

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Daniela Moura Rocha de Souza

**Memória de Professores Intelectuais como Interlocutores do
Republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até
1945**

Vitória da Conquista
Dezembro de 2009

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

Daniela Moura Rocha de Souza

**Memória de Professores Intelectuais como Interlocutores do
Republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até 1945**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador(a): Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães

Vitória da Conquista
Dezembro de 2009

S729m Souza, Daniela Moura Rocha de
 Memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até 1945 / Daniela Moura Rocha de Souza. – Vitória da Conquista: UESB, 2009.
 133f.

Orientadora: Livia Diana Rocha Magalhães
 Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

2. Professores-intelectuais. 2. Republicanismo. 3. Memória. 4. Vitória da Conquista. I. Magalhães, Livia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Título em inglês: Memory of intellectuals como interlocutors of the republicanism in Vitória da Conquista between the years 1910 to 1945.

Palavras-chaves em inglês: Intellectual teachers; Republicanism; Memory; Vitória da Conquista.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca examinadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (orientadora), Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, Prof. Dr. José Luis Sanfelice, Profa. Dra. Ana Elisabeth Santos Alves (suplente), Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (suplente)

Data da defesa: 18 de dezembro de 2009

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Livia Diana Rocha Magalhães

Prof. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (UESB)
(Orientador)

Ana Elizabeth Santos Alves

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

José Luis Sanfelice

Prof. Dr. José Luis Sanfelice (UNICAMP)

Suplentes

Ana Palmira B.S. Casimiro

Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (UESB)

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (UNICAMP)

Local e Data da Defesa de Dissertação: Vitória da Conquista, 18/12/2009

Resultado: *Aprovado*

À Tia Joana Moura (in memorian) e meu querido amigo de longos anos e de tantas jornadas Alfredo Prates Filho - Vô Filó (in memorian), que partiram durante a minha trajetória nesse mestrado e que foram tão importantes em minha vida. Deixaram em seu lugar a saudade e as lembranças de tantas lições ensinadas...

A meus pais (Glauba e Haroldo) e irmãos (Juliana e Diogo) pelo companheirismo constante, por compreender minha ausência e pela força de todas as horas...

AGRADECIMENTOS

Muitas coisas aconteceram em minha vida durante esses dois anos de mestrado. Algumas pessoas partiram, outras chegaram. Experiências riquíssimas foram possibilitadas, e um aprendizado contínuo que tanto me faz ser grata pela oportunidade concedida de poder ter ingressado nesse programa e ter chegado até aqui.

Gostaria de agradecer primeiramente ao Pai Celeste pela presença constante nos momentos de alegria e superação e também naqueles momentos de solidão, angústia e agonia, que muitas vezes compareceram nessa caminhada, e me ajudou a ter forças para continuar quando algumas vezes desacreditava dessa possibilidade.

À minha amada família - mãe, pai, irmãos, tios, primas, avós - por simplesmente existirem em minha vida, e estarem presentes em TODOS os momentos de luta, incentivando para que um bom trabalho pudesse ser realizado, e torcendo pelo meu futuro profissional, ainda que indiretamente. A vocês, meu amor incondicional.

À minha orientadora professora Lívia Diana Rocha Magalhães, minha admiração, respeito e agradecimento, mais do que especial, pelo acompanhamento constante na orientação e por todo o aprendizado conquistado nesses dois anos de mestrado. Meu processo de amadurecimento se deve principalmente a ela, que soube ser compreensiva, e, sobretudo, por ter sempre acreditado em mim e me incentivado a prosseguir mesmo quando eu não conseguia, ou não considerava capaz. É uma honra poder ter tido o privilégio de ter sido orientada por alguém que para mim se constitui em um modelo de profissional a ser seguido, porque como diria Exupéry: *“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”*. Obrigada por tudo!

Não posso deixar de registrar que, dentre as pessoas que encontramos no caminho, existem aquelas que pelo simples fato de existirem, transmitem, às vezes com uma palavra de incentivo, outras vezes apenas com um olhar, um sorriso, ou com um abraço, a coragem necessária e o conforto para que jamais desistamos da luta e se tornam modelos essenciais em nossa vida e que muitas vezes nem sabem o quanto são importantes para nós. Dentre elas, destaco Ana (professora Ana Palmira Bittencourt S. Casimiro), que me ensinou, dentre tantas outras coisas, que *“as palavras só tem sentido se nos ajudarem a ver um mundo melhor”*.

Agradeço também o apoio, o carinho, o incentivo de Beth (professora Ana Elizabeth Santos Alves) nesses dois anos de mestrado, tanto pelas sugestões de bibliografias e idéias,

quanto pelas palavras amigas, sobretudo, nas aulas do primeiro semestre. À sua generosidade e disponibilidade em ajudar foram muito importantes para mim nesse processo.

À minha colega de curso e amiga Geórgia Sampaio Godoy, pelo companheirismo e amizade, constantes, que foram tão importantes para mim nessa trajetória, sendo o ombro amigo para todas as horas. Geo qualquer agradecimento será pouco e insuficiente, obrigada por tudo!

Agradeço também ao colegiado do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, destacando o empenho de nossa coordenadora Maria da Conceição Fonseca-Silva, que não mediu esforços para que o melhor acontecesse e para que um bom trabalho pudesse ser realizado, e também a todos os professores do curso, secretários (Nay, Myriam, Gui) e colegas, (destaco dentre eles o companheirismo constante e amizade de sempre de Valdinéia, Edileusa e Jorgeval) que estiveram todos juntos nessa caminhada e para quem dedico também o meu carinho e agradecimento especial.

Ao Museu Pedagógico/UESB, que foi um divisor de águas em minha vida, sobretudo, para minha trajetória profissional. Agradeço pelo privilégio de poder fazer parte desse projeto. Os grupos de pesquisa: Memória e História das reformas educacionais e trajetórias sociais coordenado pela Profa Livia Diana e Fundamentos da Educação coordenado pela Profa. Ana Palmira, foram e continuam sendo a minha base. Um obrigado especial para toda a equipe do museu (professores, técnicos, funcionários, bolsistas, etc) e amigos queridos que lá fiz e que participaram, alguns de maneira direta nesse processo e outros de maneira indireta, que não citarei nomes a fim de não correr o risco de cometer alguma injustiça, e desse modo registrar o meu carinho por TODOS.

A FAPESB (Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia), pelo financiamento fornecido que foi imprescindível para o andamento e desenvolvimento da pesquisa. E também ao convênio da Capes com a UNL, através do Museu Pedagógico e do Mestrado em Memória, pela experiência singular em minha vida, mais do que enriquecedora, conquistada através do intercâmbio entre Brasil (Vitória da Conquista) e Argentina (Santa Fé).

Agradeço especialmente ao professor Ruy Medeiros, pela sua disponibilidade em permitir o acesso a seu acervo pessoal, para consulta de fontes importantíssimas para a pesquisa, e também pelas magníficas aulas de história local, que tanto me ajudou a compreender a história de Conquista, tirar dúvidas, uma vez que ele se constitui na maior referência nessa temática, na região. Muito obrigada Ruy!

Ao Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, que sempre me acolheu de maneira generosa, e me ajudou a encontrar documentos importantes para a pesquisa. A toda

sua equipe um muito obrigado, mas destaco, sobretudo, o apoio de Denise e também a confiança que sempre depositou em mim. Também um agradecimento especial a Saulo Moreno Rocha, que na época era colaborador do Arquivo e do Fórum, hoje membro da CARTROP e que tanto me incentivou e me ajudou na localização de fontes importantes.

A toda contribuição intelectual dada pela minha Banca de Qualificação, composta pelas professoras convidadas: Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, Maria Cristina Dantas Pina e Maria Aparecida Silva Sousa, pela leitura crítica e atenta, pelas indicações feitas, que foram muito importantes para o meu percurso de amadurecimento no desenvolvimento da dissertação.

Também agradeço a contribuição dada pela minha banca de defesa composta, além de minha orientadora, pelos professores convidados: Ana Elizabeth Santos Alves e José Luis Sanfelice, pelas apreciações criteriosas e sugestões feitas que implicaram em um grande aprendizado e me incentivaram a prosseguir com o desenvolvimento da pesquisa, o que foi para mim uma experiência bastante enriquecedora.

Gostaria de tecer alguns agradecimentos especiais para as professoras: Jaciara Marinho de Andrade (por revisar e corrigir minha dissertação para a defesa) e especialmente Ana Maria Oliveira Lima pela leitura cuidadosa e criteriosa na correção e revisão final da dissertação pós-defesa.

Aos meus queridos amigos que me “agüentaram” durante todo esse tempo e sempre tiveram uma palavra amiga, um abraço confortante e uma paciência enorme, além de serem pessoas mais do que importantes em minha vida. Dentre eles destaco: Bia (minha amiga de infância, sempre presente - Bianca Silva Tavares), Cris (Maria Cristina Nunes Cabral), Poli (Polliana Moreno dos Santos), Lane (amiga de infância e irmã de alma, Elane Coelho Ferraz), Irani (Irani Parolin Santana), Tininha (Edinalva Padre Aguiar), Keilinha (Keylla Gilvânia Bonfim do Nascimento), Josi (Josilda Moreira Souza), Lu (Luciana Canário Mendes), Fá (Fabiano Borges Sales), Neuza do Marcelo Davi e meu querido amigo de todas as horas, que deixou muita saudade Vô Filó.

Aqueles que não citei o nome, e que contribuíram para a concretização dessa etapa, gostaria que se sentissem contemplados nesses simplórios, mas sinceros, agradecimentos que finaliza, com os dizeres do pensador francês La Bruyère: *“Não há no mundo exagero mais belo do que a gratidão”*.

“Cada grupo social, nascendo do terreno originário de sua função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (Antônio Gramsci)

“As condições materiais sob as quais os professores trabalham constituem a base para delimitarem ou fortalecerem suas práticas como intelectuais. Portanto, os professores enquanto intelectuais precisarão reconsiderar e, possivelmente, transformar a natureza fundamental das condições em que trabalham” (A. Henry Giroux)

RESUMO

A pesquisa de mestrado que desenvolvemos tem como objetivo central analisar a memória escrita de professores de primeiras letras, no papel de intelectuais, que, durante a Primeira e/ou Segunda República, ganharam evidência pública, por meio de suas atuações na imprensa local, nas agremiações culturais e na política. São os interlocutores do republicanismo que se instalava a partir do lugar de professor como intelectual. Analisamos notícias de jornais, trechos de poesias, de bibliografias locais, diversos registros escritos oficiais e nos deparamos com o processo de interação que um grupo de professores intelectuais estabeleceu com o contexto republicano, a partir das oportunidades oferecidas pelo seu “status” de professores de primeiras letras. Revisitamos a categoria de professor intelectual e tomamos a memória histórica como conceito fundamental, na sua versão de memória histórica documental, ou simplesmente memória escrita como registro de experiências comuns, de trajetórias individuais ou de um grupo em um dado momento histórico. Consideramos que as primeiras décadas da República propiciaram que professores de pequenas salas de aula adentrassem em espaços como jornais, escrevessem poesias, ocupassem cargos públicos e depois se tornassem reverenciados em revistas, poesias, discursos, autobiografias, se tornando referências de uma memória coletiva (ou de grupo, no caso de professores intelectuais), que passam a fazer parte de uma memória social local.

Palavras-Chave: Professores Intelectuais. Republicanismo. Memória. Vitória da Conquista.

ABSTRACT

The research of masters that we have developed aims at examining the memorabilia from the teachers of first letters, in the role of intellectuals, who, during the First and / or the Second Republic, gained public evidence through his performances in the local press, associations in culture and politics. They are the interlocutors of republicanism that was installed from the place of teacher as intellectual. We analyze news stories, snippets of poems, bibliographies sites, several official written records and we faced with the process of interaction that a group of teachers intellectuals established with the Republican context, from the opportunities afforded by its status of first letters teachers. We revisited the category of intellectual teacher and took the historical memory as a fundamental concept in its version of historical documental memory, or simply written memory as a record of common experiences, individual or group trajectories in a given historical moment. We believe that the first decades of Republic prompted the teachers of small classrooms walk into places like newspapers, write poetry, occupied public office and later became revered in magazines, poems, speeches, autobiographies, come into being references to a collective memory (or group, in case of teachers intellectuals) who become part of a local social memory.

Keywords: Intellectual Teachers. Republicanism. Memory. Vitória da Conquista.

LISTA DE SIGLAS

ABE (Associação Brasileira de Educação)

AIB (Ação Integralista Brasileira)

BIE (Bureau Internacional de Educação)

CA (Concentração Autonomista)

CRB (Concentração Republicana da Bahia)

LASP (Liga de Ação Social e Política)

PCB (Partido Comunista Brasileiro)

PDB (Partido Democrático da Bahia)

PLC (Partido Liberal Conquistense)

PRD (Partido Republicano Democrata)

PRDB (Partido republicano Democrático da Bahia)

PRP (Partido da Representação Popular)

PSD (Partido Social Democrático)

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

UDN (União Democrática Nacional)

UNESCO (União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p.13
2 O CONTEXTO REPUBLICANO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1910 ATÉ 1945	p.17
2.1 A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL	p.17
2.1.1 A Educação na Primeira e Segunda República	p.22
2.2 VITÓRIA DA CONQUISTA (BA): CORONELISMO E REPUBLICANISMO	p.34
2.2.1 Educação: modernização e tradicionalismo em Vitória da Conquista-Ba, entre a primeira e segunda República	p.46
3 PROFESSOR INTELLECTUAL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SEU SIGNIFICADO	p.53
3.1 “SALVAR A NAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO”: A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR INTELLECTUAL NO BRASIL	p.63
4 A MEMÓRIA COMO RECURSO TEÓRICO: UMA REVISITA AOS SEUS CAMPOS	p.74
5 A MEMÓRIA DE PROFESSORES INTELLECTUAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA REPÚBLICA	p.86
5.1 A MEMÓRIA ESCRITA DOS PROFESSORES INTELLECTUAIS NOS ACHADOS DA PESQUISA HISTÓRICA DOCUMENTAL	p.94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.130
REFERÊNCIAS	p.136
ANEXO A – Professores Intelectuais	p.155

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar quem foram os professores intelectuais conquistenses que, durante a constituição da República, foram se tornando seus interlocutores e formando uma memória coletiva de professor na cidade, surgiu, a partir dos estudos realizados em dois grupos de pesquisa do Museu Pedagógico-UESB¹, que fazemos parte.

A partir de então, fomos verificando por meio das leituras teóricas e do cotejamento de fontes que, na Primeira e Segunda República, alguns professores de primeiras letras ou primário ganharam evidência pública nos espaços que ocuparam: na imprensa, na política, nas agremiações culturais e na educação em Vitória da Conquista (BA), conforme constatamos por meio dos registros em jornais locais dos períodos correspondentes a 1911 até 1945, bem como em Livros de Atas do Conselho Municipal (1910-1936), Biografias, Revista da Ala das Letras, (1975) e Registros diversos, encontrados em arquivos público e particular, no município de Vitória da Conquista.

Para a realização desse estudo, tomamos memória histórica como conceito fundamental, na sua versão de memória histórica documental, ou simplesmente memória escrita. Memória escrita registro de experiências, de trajetórias individuais e de grupo, que servem para dotar de sentido, experiências comuns ou coletivas, pessoais, de grupos sociais, memórias comuns e geracionais, mas que também apreende aquele momento histórico, no caso, apreensão de experiências vividas, apreendidas e compartilhadas por professores que exerceram funções intelectuais. Adotamos fundamentalmente os estudos de Aróstegui (2004), Magalhães (2007) e SÁ (2007a), para discutir as instâncias da memória - comuns, geracionais, escritas - sobre os professores que pesquisamos nas fontes que utilizamos.

Tanto naqueles tempos como ainda recentemente, esses professores são referenciados socialmente. Quando falamos em professor intelectual, utilizamos fontes jornalísticas como assinalamos acima e também Atas da Câmara de Vereadores (1910/1937), Livros de Registro

¹Desde 2006, participamos dos grupos: Fundamentos da Educação, coordenado pela Profa. Dra. Ana Palmira B. S. Casimiro e Reformas Educacionais e Trajetórias Geracionais, coordenado pela Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães, ambos do Museu Pedagógico. O interesse pela temática dos sujeitos da educação, mais precisamente os professores na primeira República, surgiu após termos assistido uma videoconferência ministrada pela Prof^a Lívia Diana no Histedbr, em 2005, como também a apresentação do seu grupo temático de pesquisa no V Colóquio do Museu Pedagógico, também em dezembro de 2005, despertando-nos o interesse de ingressar em seu grupo de pesquisa, como também, de desenvolver uma pesquisa dentro dessa temática, escolhendo a categoria do professor intelectual e delineando os caminhos do projeto, em consonância também com a participação no grupo Fundamentos da Educação; que dentre os variados objetivos de pesquisa, estava a localização e mapeamento de escolas extintas, bem como de seus sujeitos e materiais, das origens da cidade de Vitória da Conquista, até a década de 1960.

de Leis e Resoluções do Conselho Municipal (1893), Livro de Registros de ofícios da Intendência Municipal (1897), Livros de Atas do Conselho Municipal (1926-1930), jornais locais (1911 até 1945). E ainda escritos que referenciam alguns nomes de professores, em revistas da Ala das Letras de Conquista, e da Bahia, bem como em biografias, produções literárias e acadêmicas, locais, obras de memorialistas, etc, enfim, registros escritos que situam a memória desses professores².

À medida que fomos recolhendo e analisando as fontes, observamos que, durante a Primeira e Segunda República (especificadamente entre 1910-1945), encontramos importantes registros escritos sobre a memória, de certa forma, bastante rica sobre professores que exerceram importantes papéis (como intelectuais), considerando que, naqueles momentos, não tínhamos uma sociedade com o nível básico da escolaridade expandido. Nesse sentido, há também registros sobre a importância da educação e a defesa pela instalação de escolas, etc. São muitos os destaques para as figuras de professores como ilustres intelectuais dotados de sapiência social que se destacavam na poesia, na música, no jornalismo e na política. Ainda hoje, os registros sobre esses nomes de professores se tornaram referências fundamentais para a história da cidade, de forma clara ou não, quando aparecem em nomes de ruas, escolas, centros culturais, assim como livros escritos, que dedicaram seus estudos a esses professores.

Desse modo, vamos encontrando nesses registros a presença de pelo menos dois grupos de professores que consideramos que alcançaram a categoria de intelectuais, tema que vamos delinear melhor no Capítulo II. São professores que ocuparam vários espaços intelectivos na cidade e atuaram na primeira República: Ernesto Dantas Barbosa, Manoel Fernandes de Oliveira e Euclides Abelardo de Souza Dantas, e outros atuantes na Segunda República: o mesmo Euclides Dantas, juntamente com Laudionor de Andrade Brasil e Camillo de Jesus Lima. Ambos os grupos, vão se destacando como professor intelectual: sabem ler e escrever e são quase todos autodidatas que exerceram a profissão de docentes e de jornalistas, atuando nos espaços das letras, das artes e da política.

Assim sendo, a presente dissertação está composta de quatro capítulos. No primeiro, abordamos o contexto republicano no Brasil, em sua construção e desenvolvimento, enfocando o papel da educação, tanto na Primeira, quanto na Segunda República, trazendo, na primeira parte, o âmbito nacional e, na segunda parte, o âmbito local. Buscamos nesse capítulo identificar no processo de desenvolvimento republicano nas primeiras décadas do século XX, bem como a ascensão gradativa de novos grupos sociais que emergiam na medida

² Contamos com a colaboração do pesquisador da CARTROP, Saulo Moreno Rocha, na época colaborador do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, na localização de algumas fontes primárias oficiais.

em que o sistema capitalista industrial se consolidava, de acordo com as considerações de Florestan Fernandes (2008), pautado na urbanização contínua e progressiva, assim como nos ideais de progresso e de modernização.

Considerando que a partir da República, o quadro de instabilidade social foi agravado e, como primeira saída, foi assegurada à hegemonia política dos chefes locais que, pela manipulação dos eleitores, detinham o voto, para que as elites permanecessem no poder (FERNANDES, 2008, p. 95-100), é que situaremos no trabalho o coronelismo antes e pós-década de 30, bem como a identificação do discurso republicano que tomava a educação como uma condição fundamental para o desenvolvimento da nação, depositando não apenas a esperança de consolidação de um novo regime, como também a regeneração da pátria trazendo por consequência a valorização do professor.

Do contexto nacional, passamos a situar o contexto local de Vitória da Conquista, tendo como principal referência as pesquisas realizadas em âmbito local nos períodos correspondentes à República Oligárquica e o primeiro Governo de Getúlio Vargas, em que o coronelismo foi hegemônico, perdurando inclusive após a década de 50. Identificou-se, dentre as suas singularidades, o fato de que o mandonismo local na cidade era monopolizado por um mesmo grupo de parentela que ocupava todas as instâncias do poder local, oriundo do mesmo tronco familiar que chegava ao seu colonizador João Gonçalves da Costa. Nesses contextos, situamos a educação em Vitória da Conquista.

Feito isso, chegaremos ao segundo capítulo revisitando a nossa categoria de estudo: o professor intelectual, a partir de diversos autores que versam sobre esses dois termos. Destacamos os professores no processo, que tange a profissionalização do magistério e sua valorização que, no começo do século XX no Brasil, trouxe o termo professor, e também o processo de construção do termo intelectual na modernidade, como representante da República das Letras remontando ao caso do general Dreyfus - condenado injustamente pelo Estado francês, provocando uma reação por parte de letrados franceses que publicaram no jornal *L'áurore* o "Manifesto dos Intelectuais", marcando, nos finais do século XIX, o aparecimento do termo intelectual.

Depois relacionamos, no Brasil, o imbricamento dessas duas categorias, definindo a categoria do professor intelectual, inserida no contexto de transformação sócio política econômica e cultural, presente no mundo ocidental, que fez emergir dentro das camadas menos abastadas e médias em construção e ascensão, homens que atuavam coletivamente, ao mesmo tempo, nas áreas do saber, das letras e da política, que pouco a pouco foram adquirindo o seu prestígio e ganhando o seu espaço na sociedade, buscando intervir na

realidade concreta, tanto no contexto de revolução ou reforma, em oposição, ou não, aos governos vigentes, sejam eles na Europa, EUA, América Latina, Brasil ou Vitória da Conquista.

E quando consideramos o contexto da República com os discursos políticos que versavam sobre a modernização no Brasil, enfatizando o papel da educação nos mesmos, trazemos a discussão para o local, passando a indagar qual teria sido a memória que nossa sociedade conquistense guardou de todos esses processos sócio-históricos, especificadamente quanto à dimensão da figura do professor como intelectual. Assim construímos o nosso terceiro capítulo, tomando a categoria memória, como um recurso teórico, e após realizarmos uma revisita aos campos epistemológicos da mesma, a partir do momento em que ela se torna objeto de pesquisas científicas - mais precisamente a partir do século XIX e XX com as pesquisas de Ebbighaus, Bergson, Halbwachs, Bartlett, e outros -, encontraremos nos estudos do professor Celso Pereira de Sá, conforme já mencionamos anteriormente, a definição de memória social - que optamos por dialogar - que seria a memória como uma categoria totalizante possuidora de várias instâncias: memórias pessoais, memórias comuns (que comporta as memórias geracionais), memórias coletivas, memórias histórico-documentais (memória escrita), memórias histórico-orais, memórias públicas etc. Para Sá (2007, 2008), essas memórias não seriam excludentes entre si e sim interpenetrariam umas nas outras, podendo, inclusive algumas se transformarem em outras. Dialogaremos com essa compreensão, mas também acrescentaremos a concepção de que os processos de constituição da memória social são inseridos nas contradições presentes e nas relações todo e parte da sociedade concreta.

No último capítulo, analisamos a memória escrita sobre nossos professores intelectuais, por meio das fontes encontradas notícias de jornais, trechos de poesias, de bibliografias locais etc, identificando o processo de interação geracional e de constituição de uma memória coletiva, escrita sobre os professores que compunha os cenários da primeira e da segunda república por meio dos referidos professores.

2 O CONTEXTO REPUBLICANO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1910 ATÉ 1945

2.1 A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

As transformações pelas quais passou o mundo, após as duas revoluções liberais, ocorridas na segunda metade do século XVIII - uma de cunho industrial, na Inglaterra, e outra de cunho político, na França – implicaram, de acordo com Hobsbawm (1997), no triunfo de uma nova sociedade, que trouxe à tona uma nova palavra no vocabulário econômico e político mundial (especificamente a partir do ano de 1860) - capitalismo industrial.

Neste cenário, o processo de efetivação do sistema capitalista, pautado na urbanização contínua e progressiva, assim como nos ideais de progresso e de modernização, provocou grandes mudanças estruturais em muitos países ocidentais, durante os séculos XIX e XX.

Para Holanda (2007), as transformações decorrentes do capitalismo industrial, nos países que adotaram a República, considerando as singularidades de cada processo em cada lugar, buscaram reorganizar a sociedade e o Estado, reformando o regime anterior, de acordo com os preceitos de um novo ideal, composto, dentre outras coisas, pelos termos: liberdade, igualdade, fraternidade, federação etc., em prol do considerado bem comum.

O termo *Res Publica* - oriundo do latim - significa coisa pública, do povo (BOBBIO *et alli*, 1998, p. 1107), por sua vez, bem comum, no século XVIII, está ligado à exaltação do Estado e da democracia. Esse foi o modelo republicano que inspirou Rousseau (2002, p.33), em seu *Contrato Social*, uma vez que, para esse filósofo, seria impossível existir a verdadeira democracia. Segundo ele, o povo, incessantemente reunido, não poderia cuidar dos negócios públicos, nem estabelecer comissões para isso, sem mudar a direção administrativa, porque teriam vários interesses em jogo; isso, conseqüentemente, provocaria o caos e a desordem. Contudo, o Estado (que não seria uma pessoa idônea, como concebia os antigos) poderia assumir essa função, imbuído da virtude republicana de zelar pelo bem estar social e pelo bem comum.

Foi a partir dessa compreensão que a República Moderna começou, de fato, a delinear o seu modelo. A instalação e desenvolvimento da mesma, provenientes das revoluções liberais – com destaques para França e dos EUA, ambas ocorridas em meados do século XVIII - nos permitem considerar que a constância de várias correntes ideológicas, presentes em cada processo republicano, como as de cunho tradicionalista, progressista ou radical, possuíam antinomias e conflitos, conforme ressaltam autores contemporâneos como, por

exemplo, Hobsbawm (1997; 1982) e Furet (2001). Essas correntes, por sua vez, ocasionaram impactos profundos para o cenário mundial e influenciaram os demais países, sobretudo, o Brasil.

No processo que desencadeou a eclosão dos movimentos republicanos no Brasil, destaca Viotti (1987), estavam presentes: as contradições entre diversos grupos econômicos distintos, como, por exemplo, os aristocratas, profissionais liberais, industrialistas, militares, imigrantes etc.; a distância das províncias em relação ao centro do poder; bem como as dificuldades em manter a estrutura monárquica, frente a uma nova conjuntura apresentada, proveniente das transformações econômicas e políticas mundiais advindas a partir das revoluções liberais, como citamos anteriormente.

Para Fernandes (1975; 1976), ao contrário do que ocorreu em países como França e EUA em que a República foi instaurada a partir de mudanças rápidas nas estruturas sociais, no Brasil esta se deu de maneira gradual e lenta, considerando o processo que a desencadeou, a partir da Independência. Essa pressupunha, lado a lado, elementos, tanto revolucionários, quanto conservadores (PRADO JUNIOR, 1972), em um cenário que já introduzia o liberalismo como força cultural viva, se destacando como uma nova ideologia, a fim de satisfazer as necessidades desse novo mundo. (VIOTTI, 1987).

As transformações ocorridas, a partir daí, marcam a transição para a era da sociedade nacional e para o denominado capitalismo monopolista, entrando em cena os dois representantes mais característicos e modernos, chamados por Fernandes (1976, p. 208) de “espírito burguês” - os imigrantes e os fazendeiros de café. Os segundos, após as transformações oriundas da abolição, não dispunham mais de base material e política para manter o padrão hegemônico elaborado durante o Império, de base senhorial e escravocrata. Por meio da expansão cafeeira, a oligarquia procurou fortalecer-se e se renovar pela recomposição do seu padrão de dominação, adequando-o à ordem social emergente e em expansão que se estabelecia, inclusive com o desenvolvimento das indústrias e do comércio.

Diante dessa conjuntura, foi montado no Rio de Janeiro, atual capital do Império, o palco para a construção da República ideal, que já estava sendo pensada desde o final do século XVIII, sob influências iluministas francesas e da recém República norte-americana, presente, ainda que de maneira indireta, nas inúmeras rebeliões e revoltas ocorridas desde a Colônia e o Império. A Conjuração dos Alfaiates na Bahia (1798), influenciada pela Inconfidência Mineira de 1788, - sendo que posteriormente ambas repercutiram na Insurreição Pernambucana (1817) -, foram exemplos de movimentos que pretendiam romper

com os laços coloniais, defendendo um regime social mais libertário e igualitário, ideal muito próximo do republicano.

No dia 3 de dezembro de 1870, conforme nos esclarece Neves e Capelato (2008), um novo periódico circulou pelas ruas da capital do Império, intitulado *A República*, do clube republicano, que, de acordo com as autoras, alguns teóricos analisam como sendo a primeira página verdadeiramente política do movimento republicano. Esse periódico trouxe o Manifesto Republicano, assinado por 56 assinantes e fundadores do partido, inspirados nos princípios do liberalismo, convictos de que se podia realizar, dentro da ordem, a crença no poder da razão (as luzes), na afirmação dos princípios de soberania do povo, liberdade e progresso. A partir desses ideais que circulavam, identificando a República com a ordem e com o progresso, verificamos que os intelectuais republicanos não tinham a intenção de promover uma mudança radical na sociedade. Fundamentados pelas proposições positivistas de Comte (*apud* NEVES E CAPELATO, 2008), cunhadas na bandeira do Brasil, por meio das palavras Ordem e Progresso, também estava presente a ideia federalista, imbricada com o republicanismo. Esse se consolidava conflituosamente, uma vez que estavam presentes, nesse movimento, distintas tendências, que fizeram com que o movimento republicano que governou após a Proclamação da República se deparasse, na Assembléia Constituinte, com discussões promovidas pelos grupos dos liberais, positivistas, católicos, federalistas, oligarquias regionais e outros grupos, promovendo, então, a não supremacia de nenhum e a indefinição e crise desse novo regime que se instalava.

A Proclamação da República se deu oficialmente no dia 15 de novembro de 1889, passando o país a ser administrado pelo militar Marechal Deodoro da Fonseca. Os ideais republicanos que envolviam esse processo eram, sobretudo, pautados na união de duas correntes ideológicas que influenciavam as elites e camadas médias emergentes da sociedade: uma liberal, que possuía como representante principal o intelectual jornalista Quintino Bocaiúva, e outra, de cunho positivista, liderada por Benjamin Constant, que possuía grande aceitação entre os militares. As primeiras providências que esse “novo regime” tratou de realizar, dentre outras coisas, foram a separação do Estado e Igreja (padroado); a liberdade de cultos religiosos; o estabelecimento do casamento civil; a secularização dos cemitérios; e um discurso profundamente marcado pelos ideais progressistas, postulado na fundamentação positivista. (NUNES, 2003).

É importante destacar que, no caso do Brasil, as técnicas sociais de organização do poder político, no decorrer da República, eram muito complexas, pois visavam, em seu plano

ideal, a direitos iguais e liberdade de escolha e, por consequência, o voto. A população brasileira adulta não possuía participação direta na vida política, enquanto que, no antigo regime, segundo o autor, o Império se mantinha com certa estabilidade social facultada pela ordem escravocrata e senhorial mantendo as hierarquias sociais e políticas. A partir da República, o quadro de instabilidade social foi agravado e, como primeira saída, foi assegurada a hegemonia política dos chefes locais que, por meio da manipulação dos eleitores, detinham o voto, para que as elites permanecessem no poder. (FERNANDES, 2008, p. 95-100).

Nessa conjuntura, Holanda (2007, p. 160) faz severas críticas aos postulados positivistas e liberais incorporados pelos homens públicos e intelectuais no Brasil, que adaptavam, desses ideais, o que consideravam pertinente para o novo regime, e faziam da democracia do Brasil, nesse período, um “lamentável mal-entendido” porque:

[...] trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar as mudanças que tais condições lhe imporiam [...] uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e nos discursos.

Já durante a Primeira República, mais especificadamente entre as décadas de 1920 e 1930, compreendemos que a constituição de uma burguesia agrária, oriunda do antigo baronato brasileiro - o qual experimentava também o antagonismo de ser uma oligarquia antiburguesa - construiu para si um processo de acumulação primitiva, cuja expressão foi o campesinato e a apropriação do seu excedente, fundando mecanismos de dominação social e política coercitiva, encerrados no coronelismo. Suas sequelas refletiram, nesse momento, uma hegemonia oligárquica, como afirmou Oliveira (1975), e também a presença de correntes liberais, positivas, revolucionárias, e até mesmo fascistas, que estavam presentes de maneira contraditória na sociedade, não somente nos primeiros movimentos republicanos, desde a Proclamação da República, mas também no desenvolvimento e consolidação desse regime, nas primeiras décadas de sua construção.

A Primeira República (1889-1930), para Pang (1979), encerrava em si várias contradições intrínsecas, o que provocava a ausência de um Estado forte e centralizado, acabando por favorecer que cada região brasileira construísse a sua própria oligarquia e, por

consequência, vários tipos de coronelismos, embora a pretensão da República fosse justamente o contrário, ou seja:

[...] o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial. Os anos limites dessa fase são 1850-1950). Durante esse século de modernização, a nação passou por uma série de mudanças de estrutura, fundamentais na economia e na política. Foi também uma fase de conflito entre forças tradicionais e forças decorrentes das tensões sociais e econômicas e de um sistema político nacional que lutava sem resultados para manter sua estabilidade. O coronelismo surgiu exatamente nessa época de crise e instabilidade, para comandar a política local e regional e, freqüentemente, para funcionar como estado informal no sertão (PANG, 1979, p. 20).

Os municípios eram os baluartes políticos administrativos dos coronéis que, acima de tudo, eram políticos individualistas, autônomos, ricos e, às vezes, bem protegidos de interferências externas. Frequentemente, afirma-se que eram latifundiários por remontar à elite agrária colonial, mas havia comerciantes, industriais, bacharéis etc., que eram coronéis. O sucesso de um coronel como um oligarca local dependia, basicamente, de sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos (PANG, 1979).

Uma vez que o coronel se constituía como um elemento sócio-econômico polarizador na República, Queiroz (1975) ressalta que a simples pergunta “Quem é você?” já dizia o lugar sócio-econômico que o interlocutor se encontrava. Por exemplo, se respondesse “Sou gente do coronel fulano” o próprio termo *gente* já indicava que o indivíduo era de nível inferior e, se fosse parente do coronel, seria pobre. A ligação com o coronel *fulano* mostrava também de que lado o indivíduo estava, inclusive em relação aos poderes regional e nacional, seja na concordância ou na oposição.

Contudo, é importante considerar, assim como Fernandes (1976), que a plasticidade dessa forma política, com especificidades em cada região e lugar, fazia com que o coronelismo fosse se reestruturando e se adaptando às mudanças, uma vez que o desenvolvimento do comércio, bem como das profissões liberais (medicina, direito, engenharia, educação etc.), acabaram se tornando canais para a ascensão e perpetuação do próprio coronelismo, até meados da década de 50. Desta forma, demonstrava, mais uma vez, as contradições presentes no regime republicano que imbricavam valores tradicionais e progressistas, em seus ideais; tais contradições acompanhavam, também, os debates a respeito da educação.

2.1.1 A Educação na Primeira e Segunda República

Na tentativa de reorganizar o Estado republicano brasileiro, o analfabetismo se tornou o principal problema da sociedade republicana. Para os intelectuais republicanos, a educação possibilitaria a construção de uma nação civilizada, até então doente pelo analfabetismo e por uma cultura considerada inferior, monopolizada pelas oligarquias que também detinham o poder do voto e das eleições. Era preciso mudar essa sociedade, adequando-a para a modernidade e para o progresso e, assim, constituir a nova face da nação, tendo na difusão e ampliação do processo de escolarização o instrumento chave para a mudança (LUZ, 2008).

De acordo com Souza (1998), os republicanos depositaram na educação não apenas a esperança de consolidação de um novo regime, como também a regeneração de uma nação e, nesse sentido, a escola primária passou a ser uma das principais divulgadoras dos valores republicanos. “A escola da República para a República”. Foi dessa forma que a referida autora inseriu a escola pública discutida nesse contexto, tornando a instrução primária indispensável para determinadas finalidades. Desse modo, essa escola adquiriu novas finalidades, outra concepção educacional e outra organização de ensino:

O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p. 29).

No começo do século XX, mais precisamente a partir de 1915, aparece uma ampla campanha, configurando o que poderia ser chamado de “entusiasmo pela educação” e iniciando as discussões para um novo desenvolvimento escolar. Desiludidos com a República existente, intelectuais brasileiros e republicanos, dentre os quais se destacavam jornalistas, educadores e escritores, começam a se organizar em prol de um movimento pela republicanização da República, levantando a bandeira da educação como a salvadora da pátria. Foi um movimento que enalteceu o serviço militar e a instrução; para avivar a nacionalização, combateu o estrangeirismo; defendeu a criação de escolas primárias para erradicar o analfabetismo, priorizando o ensino da língua pátria, história e geografia do Brasil, a fim de construir uma identidade nacional, conforme já mencionamos anteriormente. (NAGLE apud FAUSTO, 1977, p. 262).

O fervor ideológico que começava a se instalar e foi ganhando força, inclusive política, era fruto do processo de modernização brasileiro que, nas considerações de Buffa e Nosella (1997), estava relacionado com a questão da identificação político-nacional do país, que envolveu os educadores, pela primeira vez, como uma categoria profissional autônoma. Esses educadores, já considerados intelectuais, por sua vez tinham o objetivo de modernizar o ensino. Com esse fim, foram efetuadas várias reformas em diversos Estados brasileiros, na década de 20, a partir das propostas pedagógicas desses educadores intelectuais, dentre os quais se destacavam: Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, Lisímaco da Costa etc. Esses se organizaram e formularam debates sobre a educação, culminando na criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924³. Através de reuniões e conferências, essa organização contribuiu para demarcar a autonomia da esfera educacional.

Os membros da ABE integraram, na década de 20, um movimento de grande importância, conhecido como Escola Nova, que se desenvolveu em função das transformações, em âmbito internacional, dos métodos de ensino e de mudanças na conjuntura política e social do Brasil. Assim, foram realizadas pesquisas sobre a educação, bem como experiências de reformas em várias partes do país. O referido movimento acabou sendo beneficiado pelo contexto de modernização cultural do Brasil e, dentre eles, podemos destacar o Modernismo, que propunha a construção de um novo nacionalismo e reforçava a crença no poder dos intelectuais como vanguarda, capazes de realizar amplas transformações sociais, cujo objetivo primordial era a formação de cidadãos para uma moderna sociedade urbano-industrial. Esses intelectuais defendiam uma educação integral das crianças, propondo a construção de uma escola nova, em oposição à escola tradicional e enciclopédica; tal proposta indicava a luta contra o que era antigo e atrasado. Nesse sentido, o movimento incorporou princípios sustentados desde os finais do século XIX, os quais propunham a defesa da escola pública, gratuita e laica, e também inovou, com a proposta da escola comum, consistindo em um modelo que separava, por um lado, a educação para o trabalho e, por outro, uma formação mais completa. (NEVES; CAPELATO, 2008, p. 137).

É importante destacar que as reformas pedagógicas defendidas nessa década, pela ABE, já representavam a tentativa de implantação de uma escola primária integral, como um

³ No Brasil, foram as influências norte-americanas, sobretudo de John Dewey, que predominaram nos ideais escolanovistas. A partir de 1924, intelectuais como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, entre outros, lideraram um movimento pela educação, onde se discutia essa pedagogia nova através da ABE (Associação Brasileira de Educação), sediada no Rio de Janeiro, promovendo o discurso da educação como propulsora do progresso da nação. Esses debates se espalharam pelo Brasil, desencadeando o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932.

modelo adequado aos incipientes processos de industrialização e urbanização na sociedade brasileira, em processo de desenvolvimento, trazendo os preceitos de uma educação nova, com novos métodos de ensino, sob forte influência norte-americana (BUFFA; NOSELLA, 1997), tais como:

[...] exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento do pensamento e da expressão: guiando-lhes as atividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidando, finalmente, do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados e o conhecimento das regras elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades da região e do ambiente. (NAGLE apud RIBEIRO, 2003, p. 100).

Numa conjuntura em que a hegemonia burguesa já se consolidava nos países capitalistas e o pensamento liberal ia de encontro à noção de reconstrução social, para além do individualismo, as ideias educacionais defendidas pelos renovadores seguiam o modelo da pedagogia da Escola Nova, cujo maior expoente foi John Dewey. Essa nova pedagogia propunha um modelo de escola destinado a reformar a sociedade, tal como afirmou Xavier⁴ (1990, p.64), que teve como resultado concreto a expansão e reestruturação do sistema escolar, apesar de o campo do debate das ideias girar em torno do reformismo social, uma vez que:

A modernização do ideário liberal nacional se deu, nesse período, através da assimilação do pensamento escolanovista, que atendia perfeitamente aos objetivos conservadores das classes dominantes, às aspirações reformistas das classes médias, e acenava com promessas de democracia e progresso para as classes inferiores. (XAVIER, 1990, p.64).

Cabe ressaltar que esse cenário sofria as transformações decorrentes do contexto da primeira guerra mundial em que o Brasil foi acometido por uma série de episódios significativos, assinalando uma nova configuração na organização sócio-cultural. Isso decorreu da crise do modelo agro-patriarcal, frente à conjuntura de conflitos que, segundo Cury (1984), ocorriam devido ao fato de as relações e estruturas sociais do Estado

⁴ Xavier (1990) realizou um importante trabalho, fruto de sua tese de doutorado, sobre o capitalismo e a escola no Brasil, tendo como problema central “o processo de produção da consciência pedagógica nacional e nele a constituição de uma ideologia educacional no país”, conforme ela esclarece em sua introdução, enfocando o escolanovismo e suas contradições presentes desde as discussões teóricas que envolviam seus ideais, quanto a sua real concretude na sociedade, a partir de um liberalismo nacional que definiu uma ideologia educacional, frente aos avanços do capitalismo no país incorporando nas concepções pedagógicas nacional.

Oligárquico não atenderem mais às demandas do Estado capitalista, motivado pela difusão da produtividade na área de industrialização, que proporcionava, cada vez mais:

[...] exigências crescentes do mercado interno. A elevação da produção cafeeira, as insatisfações regionais com o sistema de poder vigente determinam novas formas de divisão social do trabalho e introduzem uma reorganização nas estruturas da sociedade. Daí as primeiras greves operárias nos anos que antecedem 1920, o início das rebeliões militares, as insatisfações das oligarquias rurais regionais, excluídas do poder. Podemos ainda citar a fundação do Partido Comunista, a Semana da Arte Moderna, a reorganização da Igreja católica e a criação da Associação Brasileira de Educação. (CURY, 1984, p.6).

No bojo dos acontecimentos que antecederam os anos 30, de acordo com Camargo (1983), as alianças formadas entre gaúchos, mineiros e nordestinos, processadas para tomar o poder da mão dos paulistas,- através das participações de Epiácio Pessoa, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e outras figuras proeminentes do cenário político brasileiro da época- apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas, que, por meio de um golpe, assumiu o poder, a partir de 1930.

A partir daí, a renovação política da classe dominante se deu, por meio de grupos heterogêneos, com diversas aspirações. Dentre eles, podemos citar os tenentes, a oligarquia regional, as dissidências paulistas, as camadas médias, a burguesia industrialista e, também, a oligarquia deposta. A presença das camadas populares, quando apareceram no jogo político, se deu timidamente, uma vez que observamos, claramente, essa realidade se constituir como uma luta de classes que visava à ascensão política de uma determinada camada social - nesse caso representada pela camada média. Desde a proclamação da República, e até mesmo anos antes, essa parcela da sociedade já vinha gradativamente se afirmando socialmente e economicamente na nação, se imbricando com as elites tradicionais e construindo um novo perfil para a camada dominante. Para esse fim, foi necessário reivindicar uma nova constituição, a fim de moldar a face de um país que deveria ser agora urbano industrial, o que significaria mudança no campo da memória coletiva, para adequar o país a essas transformações. (CAMARGO, 1983).

Para Coutinho (2006), toda essa conjuntura possibilitou que o Brasil entrasse, de fato, na modernidade, uma vez que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para a consolidação do capitalismo, principalmente por favorecer o desenvolvimento da indústria. Mas, cabe enfatizar, que esse desenvolvimento ainda se constituía marcado por uma modernização conservadora, tendo, à sua frente, a oligarquia agrária e burguesa.

Nessa conjuntura, Romanelli (1998) justifica o alto índice de analfabetismo na Primeira República, acrescentando que, na prática, enquanto as classes médias procuravam a escola no intuito de ascender socialmente, e o operariado para obter o mínimo de condição para trabalhar nas fábricas, para a maioria da população que trabalhava na zona rural ela não oferecia nenhum atrativo; as exigências educacionais da sociedade se davam de acordo a urbanização e industrialização, que ainda eram baixas já que “a permanência da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade” (ROMANELLI, 1998, p. 45). Portanto, foi somente quando essa estrutura começou a entrar em crise que os campos culturais e pedagógicos se mobilizaram, em favor de reformas mais profundas, para aumentar o processo de intensificação do capitalismo industrial, da urbanização e, por consequência, das novas exigências educacionais, especialmente a partir da década de 30, o que não se deu de forma homogênea, considerando-se todo o território nacional.

O contexto pós-30 acabou determinando o aparecimento de novas exigências educacionais, principalmente nas áreas mais afetadas pela industrialização, através da expansão das demandas sociais educativas. Contudo, como ressalta Romanelli (1998), a expansão capitalista não se fez de maneira igual em todo o território nacional. Acabou gerando contradições sérias no sistema educacional, uma vez que essa demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produções capitalistas. Ou seja, o crescimento do sistema escolar não se fez de maneira satisfatória, tanto no que se refere à qualidade, quanto à quantidade, considerando todo o país. O tipo de escola que passou a se expandir foi o mesmo que educara as elites, e foi controlada por elas.

Apesar dos esforços por parte dos intelectuais da educação ao promover, por todo o país, a criação de escolas públicas com qualidade, essas estavam, na realidade, longe de se tornarem universais e gratuitas, principalmente nas regiões menos urbanizadas e industrializadas. Tendo assumido, então, a forma de uma luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a partir de 1930, obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea, profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática. (ROMANELLI, 1998, p. 60).

A heterogeneidade também estava presente entre os educadores intelectuais brasileiros que pretendiam reformar a educação. Os embates entre os educadores católicos e os partidários da escola nova ganhavam, cada vez mais, vulto e influência política. Desde meados da década de 20, ambos os lados estavam lutando por uma hegemonia ideológica, representando, de um lado, as ideias tradicionais que desejavam permanecer no poder e, do

outro, as ideias liberais, que desejavam dar novo rumo à educação e, conseqüentemente, ao país (CURY, 1984). Enquanto os católicos defendiam a educação subordinada à igreja, separada e diferenciada para os sexos masculino e feminino, ensino particular e responsabilidade da família na educação, os escolanovistas defendiam a laicidade, a co-educação, a gratuidade, a responsabilidade pública etc. (RIBEIRO, 2003), conforme já foi apresentado em momento anterior.

Os intelectuais católicos como Sebastião Leme, Jackson Figueiredo, dentre outros, assumiram posições políticas, definidas na luta pelo controle de consciências, por meio da educação. Afirmavam que os católicos eram maioria no Brasil, e que, por isso, possuíam força suficiente para interferir nos destinos do país. O clero e os intelectuais católicos se puseram a serviço da campanha pela escolarização, defendendo a ideia de reeducar o país, sob os princípios cristãos, cujo lema era Recristianizar a República, em detrimento do lema adotado pelos escolanovistas: Republicanização da República. O conflito entre liberais e católicos teve continuidade na década de 30 (e continuou décadas depois); aqueles atacavam a igreja, responsabilizando-a pela ignorância das camadas populares e pelo atraso do país. Os católicos, por sua vez, atacavam os intelectuais liberais, se opondo ao ideal modernizador, que, segundo eles, era responsável pelo ateísmo que degredaria a sociedade, juntamente com a obsessão pelo progresso material e científico, o qual redundaria numa pérfida formação cultural. (NEVES; CAPELATO, 2008, p.140-141).

A Igreja Católica, nesse processo de reestruturação em 1931, encontrou no até então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, um forte aliado, e foi através dele que o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas públicas oficiais (CURY, 1984, p. 18-19). Nesse mesmo ano ocorreu, também, a IV Conferência Nacional de Educação, presidida pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Cultura, Francisco Campos. Essa Conferência convocou os educadores intelectuais partidários da Escola Nova a “definirem sentido ao pedagógico da Revolução de 30, o qual se comprometiam a adotar na obra de reorganização do país em que estavam empenhados, no tocante aos problemas de educação e ensino”. (BUFFA; NOSELLA, 1997, p. 67).

Foi assim que, em 1932, os intelectuais da ABE lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que, dentre outras exigências, trazia a defesa da escola pública, influenciando, por sua vez, o texto da Constituição de 1934, ainda que dividindo-o em posições contrárias (católicos), como também enfatizou a preocupação com a formação de professores. As reivindicações resultaram na criação de faculdades, como a de Educação e a de Letras, a partir da década de 30, em que a pedagogia estaria inserida na seção de filosofia, dividida em duas

modalidades: bacharelado e licenciatura. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Cultura após a saída de Francisco Campos, deu prosseguimento a essa reforma e, a partir de 1942, através de suas leis orgânicas, desdobrou o ensino primário em fundamental e supletivo, e o ensino médio em dois ciclos: o ginásial e o colegial, tendo, também, as ramificações do secundário e técnico-profissional⁵. (SAVIANI, 2005, p. 33-34).

A educação, nesses tempos, passou a ter uma presença cada vez mais forte na vida política; por conseqüência, se tornou a arena principal, em que os combates ideológicos se dariam, devido à crença compartilhada por quase todos, em seu poder de moldar a sociedade, a partir da formação das mentes e abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. (SCHWARTZMAN; BOMENY & COSTA, 1984, p.51).

Os debates, de um lado formados pelo movimento da Escola Nova e, do outro, pela renovação católica que queria manter seu lugar no novo regime, compuseram o universo político da década de 30. Nesse ínterim, o discurso de criação de escolas, a fim de erradicar o analfabetismo, foi motivo de intensas campanhas jornalísticas. Era preciso formar cidadãos capazes de atuar com precisão no cenário produtivo da nação. Então, não bastava apenas garantir escolas às camadas populares e às elites, era preciso discutir os níveis de ensino para cada grupo; um atenderia aos interesses da formação da elite, e outro atenderia à formação da força de trabalho das camadas populares. (CURY, 1984).

Na realidade, o discurso de democratização, igualdade e laicização do ensino para todos, mascarava os reais interesses de uma minoria social, a qual vislumbrava a multiplicação de lucros e que, para esse fim, via na escola pública uma escola para a formação de mão-de-obra trabalhista. Os ideais escolanovistas estavam buscando adaptar a política educacional ao avanço do capitalismo no Brasil.

⁵ Tanto a Reforma de Francisco Campos em 1931, quanto a Constituição de 1934, se constituíram marcos importantes para a educação nesse contexto. Para Brito (2005, p.14-16), “a primeira teve três aspectos relevantes: o ensino superior, o ensino médio (escola secundária e comercial) e a organização da escola brasileira pautada num sistema nacional de educação, para isso propôs o estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931). No ensino secundário (Decretos nº 19890, de 18 de abril de 1931 e nº 21241, de 4 de abril de 1932), visando dar organicidade a esta modalidade de ensino, estabelecendo currículo seriado, frequência obrigatória, dois ciclos, além de equiparar os colégios secundários oficiais mediante inspeção federal, dando também as mesmas oportunidades de inspeção para os colégios particulares, também elaborou o Decreto nº 20158, de 30 de junho de 1931 para o ensino comercial, também o dividindo em dois ciclos. Criou também o Conselho Nacional de Educação -CNE (Decreto nº 19850, de 11 de abril de 1931), destinado a assessorar o Ministério na administração e na direção da educação em todo o país. Essa reforma se constituiu um marco importante para a educação nesse período, como também a Constituição de 1934, que além de reafirmar alguns desses princípios, buscou traçar um Plano Nacional de Educação para o país, através do CNE, determinando aos estados federativos a organização de seus respectivos sistemas de ensino, facultando à União a fiscalização dos ensinos superior e secundário. No que diz respeito aos princípios gerais, a Constituição de 1934 declarava a educação como direito de todos, bem como sua gratuidade, aparecia neste texto constitucional ainda a questão do ensino religioso, ao qual foi dado caráter facultativo” (BRITO, 2005, p.14-16).

Porém, outros interesses ganhavam força, cada vez maior, dentro do Governo de Vargas, sobretudo, com o contexto da Segunda Grande Guerra, quando se via na educação importante meio para a construção de um país forte, pois, uma vez que:

[...] a igreja não era o único setor organizado da sociedade, pretendendo se utilizar da educação como meio para atingir fins muito mais amplos, ligados a um projeto mais ou menos explícito de construção de um Estado Nacional forte e bem constituído. Também as forças armadas viam na educação um caminho indispensável para um projeto nacional de longo alcance, e pelo qual se sentia responsável. Entre os dois, havia ainda um projeto inspirado essencialmente na ascensão do fascismo europeu, e que tinha como principal meta a unificação da força moral da igreja, com a força física dos militares, em um grande projeto de mobilização nacional. Ainda aqui, a educação jogava um papel central. (SCHWARTZMAN; BOMENY & COSTA, 1984, p. 61)

Para Neves e Capelato (2008), a vida política do país se apresentava de maneira muito conturbada, até 1937, permanecendo indefinidos os destinos da mesma, já intitulada de “Nova República”. Os debates sobre a natureza do Estado se intensificaram no período entre guerras, que comportava os anos de 1930 a 1937; o Brasil conseguiu sair da crise de superprodução do café, através da acumulação primitiva de capital e da ampliação crescente do mercado interno, graças à imigração e trabalho assalariado, desenvolvendo progressivamente a indústria. Nesse contexto, Getúlio Vargas permanecia dúbio, tanto no que se relacionava ao apoio do desenvolvimento industrial, como, também, em relação aos católicos e aos pioneiros da escola nova:

[...] na verdade, a política de compromissos não lhe permitia contentar os interesses do jogo. Enquanto não lhe pareceu certo o apoio das forças armadas, ele jogou com o apoio do setor moderno e do setor tradicional, este evidentemente mais forte, em virtude do controle que tinha da máquina eleitoral. A duplicidade de ação do Governo só serviu para radicalizar as posições revolucionárias, agora agravadas pelo descontentamento da esquerda e da direita nascentes. À primeira, tentou um movimento em 1935, que foi imediatamente esmagado pelo governo, e a segunda, consubstanciada na Ação Integralista, de caráter fascista, sentindo-se apoiada pela oposição que o governo fizera à esquerda, passou a agir acintosamente, o que fez com que o governo tivesse os motivos que esperava obter para dar o golpe de Estado de 1937, contra as radicalizações de esquerda e de direita. (ROMANELLI, 1998, p.50)

O Governo permaneceu indefinido acerca da orientação da educação nacional, por parte dos educadores católicos e escolanovistas, até 1937. Até então, atendia, ora a um grupo, ora ao outro. A vantagem que a Igreja, em alguns momentos, pareceu obter do governo - sob o pretexto de que os escolanovistas estavam pregando o comunismo - demonstrava

claramente o lado dominante que a mesma representava, o das elites aristocráticas. Ambos os grupos eram unânimes em combater o princípio do monopólio do ensino pelo Estado, colocando-se, assim, diziam eles, contra as ideologias de esquerda (comunismo) e de direita (fascismo).

A justificativa de Francisco Campos, um dos intelectuais que articulou o golpe de 1937 para o fascismo no Brasil, era a de que:

[...]o mundo moderno caminharia para regimes de autoridade, ao contrário do século XIX, que abriu com as revoluções uma era de liberdade e individualismo. Toda a sua argumentação sobre a eclosão das massas se voltava para a necessidade política de sua manipulação por um chefe forte no Estado. (SCHWARTZMAN; BOMENY & COSTA, 1984, p. 62).

Nos momentos que antecederam o golpe do Estado Novo no Brasil, em 1937, conforme ressalta Molina (1997), havia outras correntes ideológicas e setores que disputavam o poder, destacando-se: Integralistas (representados por Plínio Salgado), Comunistas⁶ (representados por setores de origem operária ou de figuras como Prestes) e Oligarquia Paulista (que fazia oposição a Vargas e almejava lançar candidatura própria nas eleições de 38). Getúlio Vargas, por sua vez, articulou um plano para se perpetuar no poder, utilizando-se, num primeiro instante, da ideologia fascista, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que impunha uma rígida censura, proibindo a circulação de qualquer notícia contrária aos interesses do governo e estabelecendo, por meio de decreto, quais assuntos poderiam ser vinculados pela imprensa. Não obstante, Vargas foi mitificado como o pai dos pobres trabalhadores, herói e mantenedor da ordem nacional.

Em 1937, como sabiamente destacado por Coutinho (2006), o corporativismo, assumido pelo Estado muito próximo do fascismo italiano, incorporou nos aparelhos estatais o movimento sindical que, na década de 20 e início dos anos 30, possuíram alguma autonomia, se apropriando dos interesses da classe trabalhadora para tentar impedir qualquer forma de organização sindical ou movimentos que fossem de encontro ao governo ditatorial. Esse mesmo controle foi também exercido em outras organizações e agremiações como, por

⁶ Desde os finais do séc. XIX que as ideias de esquerda estavam presentes no Brasil. Angela Maria Souza Martins (2005) teorizando sobre a Educação Libertária na Primeira República, fala sobre a influência que o movimento anarquista e anarco-sindicalista, impulsionado primeiramente pelos imigrantes italianos, e seguido por intelectuais brasileiros e estrangeiros, exerceu na reflexão da educação brasileira. Foram criadas as Escolas Modernas, de cunho socialista, com a pedagogia racional libertária, pretendendo criar novas concepções de resistência e não submissão da classe trabalhadora às elites dominantes, pautada em valores como: solidariedade, cooperação, liberdade e igualdade, na tentativa de, por meio da educação, reverter os valores de dominação vigente, contra o tradicionalismo da igreja católica e o capitalismo dos liberais, incluindo a maioria dos escolanovistas, que se diferenciava dos libertários, por não propor a destruição da produção capitalista e uma sociedade sem Estado.

exemplo, o grupo formado pela Associação Brasileira de Educação, que trazia os intelectuais partidários da escola nova.

O Estado Novo promoveu um rápido e intenso processo de industrialização, por meio das políticas cambiais e de crédito que beneficiavam a indústria, juntamente com a criação de empresas estatais, principalmente nos setores siderúrgicos e energéticos. Os teóricos da direita nacionalista autoritária, como Francisco Campos, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, dentre outros, defendiam essa transformação do alto, ou seja, baseada no Estado forte, autoritário, centralizador, que construiria a nação brasileira pelo caminho da modernização. (COUTINHO, 2006).

Nas diversas regiões do país, contudo, os grupos políticos locais continuavam capitaneando votos para os candidatos preferidos, e assumindo o poder de sua região, o que nem sempre era compatível com o presidente e que acabava descentralizando e diminuindo o poder do Estado. Como esclarece Carone (1976), o golpe de 1937 foi uma tentativa de fortalecer e centralizar o Estado, na figura de um presidente populista e autoritário; esclarece, ainda, que o mandonismo local permanente deveria estar submetido aos interesses do chefe do Estado, o qual precisaria das instituições sociais, como escolas, igrejas e veículos de manipulação de massa - imprensa, rádio e cinema - para que seu projeto desse certo e para que a educação desempenhasse a principal função, estando no centro dessas propostas.

Nesse contexto, a educação manteve alguns princípios, construídos anteriormente, porém procurava dar mais ênfase ao desenvolvimento de atividades voltadas para o trabalho manual, para favorecer as camadas menos abastecidas, devido à prioridade do Estado em desenvolver as indústrias. Se aproximando cada vez mais do integralismo, as camadas médias, juntamente com o governo, impuseram à população o medo e o combate contra o comunismo, se colocando como o mantenedor da paz nacional. Isso, somado aos negócios mantidos com a Alemanha, fez com que Getúlio Vargas se voltasse cada vez mais às ideias fascistas e à reforma de ensino de Capanema, em 1942, que já refletia essas ideias na estrutura escolar. (RIBEIRO, 2003).

O discurso utilizado e desenvolvido por Getúlio Vargas, correspondente ao seu governo no Estado Novo (1937-1945), seguia o lema “*Lar, Escola e Pátria*”, bastante explorado e difundido por sua equipe de propaganda; a literatura ufanista, juntamente com as cartilhas infantis, foram instrumentos que se destacaram para a perpetuação deste lema. Verifica-se essa afirmação no trecho de uma Cartilha infantil, intitulada *A Juventude no Estado Novo*: “Crianças! Aprendendo no lar e nas escolas, o culto da pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito”. (MOLINA, 1997, p. 105).

Este trecho era acompanhado da imagem de Vargas, sorridente, segurando o queixo de uma menina, também sorrindo, portando uma gravata escolar e sustentando a bandeira nacional (MOLINA, 1997). Observamos, então, que a educação, sobretudo nas escolas primárias, era utilizada como espaço estratégico de controle social. O professor, por sua vez, possuindo um discurso nacional moralista, assegurado pelos livros escolares, comparece desempenhando a função primordial de estimular seus alunos a terem emoções cívicas, para fins heróicos.

A identidade nacional coletiva, tão estimulada a partir de 1937 e sustentada na ideia da ordem e da harmonia, colocava o Estado Novo na posição de saudar a modernização que levaria o país ao nível de grande nação, tal como nos esclarece Neves e Capelato (2008); porém, a entrada dos Aliados na guerra, a partir de 1942, dentre eles os EUA, dificultou a continuação do projeto autoritário do Estado Novo e obrigou Vargas a mudar a sua direção política. O Estado Novo carregava as contradições de se dizer um regime autoritário e, ao mesmo tempo, participar da guerra, em defesa da democracia.

No final da segunda guerra, com a vitória dos Aliados, as ditaduras foram postas em cheque e, com a queda de Mussolini e Hitler, a figura do ditador foi desprestigiada, o que favoreceu os opositores do governo Vargas, dentre eles, intelectuais e políticos, que se organizaram de maneira sistemática, lançando manifestos por todo o país, contra o fascismo. O governo conseguiu impedir que a imprensa divulgasse os primeiros manifestos; porém, a partir de 1945, não podia mais contê-los. Os liberais, gradativamente, foram reassumindo seus espaços e, juntamente com a ideia de redemocratização (período de transição entre a experiência autoritária e a reorganização do país sob novas bases), novas ideias passaram a orientar os setores intelectuais do país com as concepções nacionalistas e teses de desenvolvimento econômico, predominante nos anos seguintes, sobretudo no período correspondente ao governo de Juscelino Kubitschek. (NEVES e CAPELATO, 2008).

A posse de Dutra, em 1946, conforme afirma Saviani (2008), não significou uma ruptura com as forças que apoiavam Getúlio Vargas, porém, a novidade foi a significativa presença da bancada comunista no Parlamento, que teve seu mandato cassado, em 1948, após a alteração da conjuntura internacional e com a instalação da Guerra Fria, colocando em oposição os EUA e a União Soviética. No campo da educação, a partir de 1946, a nova Constituição restabeleceu os elementos integrantes do programa de reconstrução educacional dos pioneiros da educação nova e, dentre os principais educadores do país, solicitados para elaborar o anteprojeto da LDB - a convite do então Ministro da Educação e Saúde, Clemente

Mariani - estavam apenas dois professores, dentre 16 membros defensores da posição da igreja, e o restante, da escola nova.

A atuação desses intelectuais, na conjuntura de consolidação do ápice do capitalismo industrial brasileiro, dos anos 50, como afirma Xavier (1990), acabou tendo como resultado final do movimento de renovação educacional - assim como do próprio avanço econômico - apenas a consolidação do que se apresentava desde o seu início, retomando o debate e colocando em prática a sua proposta de modernização.

2.2 VITÓRIA DA CONQUISTA (BA): CORONELISMO E REPUBLICANISMO

Conforme verificamos na primeira parte desse capítulo, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, termos como mandonismo, familismo e coronelismo aparecem nas esferas político-administrativas a fim de caracterizar uma realidade em que os membros das elites proprietárias locais ocupavam todas as funções burocráticas e instâncias do poder local e regional, sobretudo no que tange a interferência do poder privado, no domínio público (PANG, 1979). Esse quadro, perceptível nas diversas regiões do país, foi, particularmente em Vitória da Conquista, palco de vários conflitos armados, provocados por grupos de parentela liderados por coronéis, que proporcionavam a manutenção das oligarquias tradicionais no poder local.

A figura do coronel - independente se sua nomenclatura emergiu das milícias coloniais, de acordo Pang (1979), ou da Guarda Nacional, segundo Queiroz (1975) - começou a se popularizar após o marco da independência política brasileira de 1822, com a participação, nesse processo, de muitos chefes políticos locais e regionais de prestígio, chamados de coronéis.

A partir do período Regencial (entre a abdicação de Pedro I, em 1831, e a maioridade de Pedro II - quando o Regente Antônio Feijó criou a Guarda Nacional, composta preferencialmente por latifundiários), os sertões foram, cada vez mais, se militarizando. Com o advento da República, aumentaram-se ainda mais os poderes dos chefes locais, e esse modelo de Guarda foi extinto, dando lugar a um outro modelo, formado por grandes fazendeiros rurais, que também cobiçavam a patente de coronel, conforme nos esclarece Medeiros (2002a, s/p): “o poder privado, decorrente da propriedade da terra, teve a contrapartida de um título público”.

O fato é que, na realidade concreta das localidades e regiões, esse título de coronel, oriundo da Primeira República, passou a ser utilizado por muitos chefes locais ou regionais,

os quais monopolizavam o poder e privilegiavam o parentesco, governando o município como se este fosse uma extensão de sua casa e, por consequência, imbricando o público e o privado em todas as relações provenientes desse contexto.

O Capitão João Gonçalves da Costa⁷, “fundador” de Vitória da Conquista, que estabeleceu a ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca - as terras entre os rios de Conta e Pardo, abrangendo Vitória da Conquista - também gozou da patente de coronel e era detentor de uma enorme quantidade de propriedade de terra, de prestígio econômico e político, facultando o monopólio do poder de sua família, na região, durante muitas décadas. Na medida em que os laços construídos de parentela se estreitavam, herdeiros de uma cultura política, baseada na dominação e subordinação - possibilitando a instalação, em Vitória da Conquista, do mandonismo local -, proporcionaram a permanência dos coronéis no poder central local, inclusive, ainda presente após a década de 1950. (MEDEIROS, 2002b, OLIVEIRA, 2005, IVO, 2004).

Essa realidade, no entanto, não foi construída repentinamente. Ela é fruto das transformações concretas, ocorridas a partir do processo de colonização e povoamento⁸ que, gradativamente, foi permitindo o acúmulo da propriedade privada de terras, nas mãos de poucos, geradoras das elites agrárias locais, sob o custo da escravidão nativa e negra; uma realidade marcada por conflitos⁹ e contradições.

É importante enfatizar que - apesar de obedecer a uma lógica de colonização determinada pela metrópole europeia, decorrente do processo de mercantilismo dos primórdios da era moderna do Brasil - eram exportados bens primários que, por sua vez, eram lançados no mercado externo, através de Portugal (PRADO JÚNIOR, 1972). Estudos mais recentes, como, por exemplo, de Pinheiro (1999), Sousa (2001) etc., apresentam que a dinâmica interna da colônia brasileira não era absolutamente dependente das determinações

⁷ Esse município localizado no Centro-Sul da Bahia, começou sua história a partir de 1783, com a bandeira do preto forro e capitão português do terço de Henrique Dias nascido na cidade de Chaves - João Gonçalves da Costa. Este fundou o Arraial da Conquista, iniciando o processo de povoamento que teve na criação de gado sua principal atividade econômica, agregando com o tempo grandes latifundiários na cidade e região. A partir de 1840, o arraial se desmembrou do município de Caetité, se elevando à categoria de Vila e Freguesia e alterando o seu nome para Imperial Vila da Vitória. Após a Proclamação da República, passou a se chamar Cidade de Conquista, em 1891 e, finalmente em 1943, a partir da Lei de nº. 141, foi denominada Vitória da Conquista, como é conhecida atualmente. (MEDEIROS, 2001).

⁸ Maiores esclarecimentos sobre o tema vide Sousa (2001).

⁹ Cabe enfatizar que a violência e os conflitos, sempre estiveram presentes desde o seu processo de ocupação e povoamento territorial, começando com a luta contra o “outro” (indígenas). Situando o cenário nacional de ocupação territorial da colônia portuguesa, a destruição dos nativos, seja pela dizimação ou aculturação, era uma realidade concreta. No plano da educação, as companhias religiosas, sobretudo, jesuítas, tiveram a missão da catequização, que juntamente à dizimação física, resultado de violentas batalhas ou contágio de doenças, acabaram por acelerar o processo de desintegração das comunidades indígenas.

de Portugal, como considerava, por exemplo, Caio Prado Júnior¹⁰ - uma vez que tal dinâmica possibilitou processos de crescimento econômico e desenvolvimento dos núcleos de povoamento por todo o país, cujo mercado interno, cada vez mais crescente, possuía grande importância, o que tornava o processo mais dinâmico e complexo, uma vez que precisamos considerar, ainda, as especificidades de cada região¹¹ e localidade¹².

A trajetória da constituição do poder, concentrado nas mãos de uma única parentela em Vitória da Conquista que, aliás, é uma de suas singularidades, está ligada à “descendência” do Cel. João Gonçalves. Este se casou com D.Faustina Gonçalves da Costa, filha do português e dono de terras, Mathias João da Costa; a partir daí, foram se ampliando os laços de família, já que seus filhos contraíram matrimônio com outras famílias proprietárias de terra e, gradativamente, foram se constituindo os donos da terra, através da concentração fundiária e herança familiar¹³, que permitiram o domínio político e econômico

¹⁰ Mesmo não se aprofundando na dinâmica interna da colônia brasileira, Prado Júnior (1972) em “A formação do Brasil contemporâneo” é um clássico indispensável para os estudos de história do Brasil, por ser rica em informações. Nessa obra, o autor apresenta o sentido da colonização portuguesa, priorizando, sobretudo, as relações econômicas, demonstrando que a agricultura se constituía o nervo econômico da civilização de todo o país, através da tríade: monocultura, latifúndio e trabalho escravo, englobando tanto o comércio, quanto a cultura, bem como as relações sociais marcadas pelo viés dominado e dominador. Apesar de apresentar um Brasil praticamente homogêneo em sua dinâmica, não apontando as contradições e especificidades de cada região e, por sua vez, em cada localidade, dados importantes são fornecidos pelo autor que, pretendendo enfocar o sentido da colonização, dividiu sua obra em três partes: povoamento (incluindo os sub-temas: povoamento interior e raças, em que ele apresenta muito superficialmente a dinâmica do interior); Vida Material (que apresenta a economia, agricultura, mineração, pecuária, indústria, comércio etc.) e Vida Social (organização social, administração, vida política, com o enfoque para os senhores e escravos). A seguinte citação sintetiza o que para ele constituía no sentido da colonização: “o sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância – o açúcar, o algodão, o ouro... vê-los-emos todos, com pormenores, mais adiante. A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.” (p. 119)

¹¹ Sobre a cidade de Salvador, para maiores esclarecimentos, vide a obra clássica *História da Bahia* de Luiz Henrique Dias Tavares, que teve sua primeira edição publicada em 1959. Apesar de seu caráter descritivo e positivo, se constitui uma das principais pesquisas de relevância histórica, a qual tematiza a Bahia, mapeando o que ele considerou como principais acontecimentos que envolveram a sua história, desde a fundação da cidade de Salvador, em 1549, até o século XX.

¹² No caso mais específico da Bahia, a descoberta de ouro nas cabeceiras de Rio de Contas, assim como nas nascentes de Itapicuru, no início do século XVIII, resultou no processo de deslocamento populacional de Minas Gerais, que já contava com essa ocupação exploratória desde o século XVII. Assim, se instalando em Rio de Contas, muitos bandeirantes não se limitaram a essa área e foram ampliando as mesmas, Pedro Leolino Mariz foi o responsável pelo devassamento de diversas áreas do interior da Bahia e norte de Minas Gerais, isso por volta de 1724. A capitania baiana tinha como vice-rei o 1º conde de Sabugos (Vasco Fernandes César de Menezes), que impulsionou o apogeu do sertanismo da Bahia. Este nomeou André da Rocha Pinto, em 1727, para conquistar o sertão entre os rios de Contas, Pardo e São Mateus, com a responsabilidade de procurar metais preciosos, criar fazendas de gado, matar os índios ou destruir quilombos possivelmente encontrados (SOUSA, 2001).

¹³ As propriedades das famílias importantes se transformaram em grandes fazendas auto-suficientes, o que explica, de certa forma, de acordo com o autor, a predominância das atividades pecuaristas, no município, além de produzir, também, cana, café, arroz, culturas de subsistência etc. Esse tipo de organização econômica em que a fazenda produzia de “quase tudo”, explica a existência de um número relativamente grande de escravos, em uma região pecuária que teoricamente precisaria de menos trabalhadores. De acordo com o referido autor, essa

da região, bem como ampliação e controle da riqueza familiar. À medida que os membros da família aumentavam, crescia também o monopólio do poder. Os Oliveira Freitas, Fernandes de Oliveira, Correia de Melo, Ferraz de Araújo, Santos Silva etc, (descendentes do tronco de João Gonçalves da Costa) eram famílias de maior prestígios econômico e político na Conquista imperial e republicana (DANTAS; BORGES, 1911, p.3¹⁴).

O núcleo urbano da cidade originava-se da chamada Rua Grande, que surgiu no fim do século XVIII, no início da ocupação do Planalto da Conquista. Ela compreendia um quadrilátero que partia da antiga Igreja Matriz (na Praça Tancredo Neves) e terminava na atual praça Marcelino Rosa. Até 1840, os limites do arraial não ultrapassavam os limites da Rua Grande. Em 1844 foi criada uma comissão para anunciar os lugares próprios para os becos, ruas e travessas que deveria haver na vila. (CASIMIRO, 1998).

Para Casimiro (1998, p. 27-28), outro fator que merece destaque é que Vitória da Conquista, entre 1888 e 1893, já contava com a grande praça, onde eram realizadas as feiras e, também nesse período, possuía como principal móvel do crescimento urbano, o acesso e a proximidade da água do córrego, uma das nascentes do Rio Verruga. Moravam na Rua Grande os chefes políticos, suas famílias e seus parentes, e morar nessa rua era sinônimo de prestígio social e poder; esse sentimento de privilégio, por parte dos moradores, perdurou até meados da década de 1950.

No período de 1840 a 1889, o poder municipal era exercido por um colegiado de cinco membros, gerando um equacionamento de tensões individuais. O poder endogâmico era legalmente constituído, e diferentes membros de parentelas compunham esse colegiado. O próprio isolamento da cidade, em relação à centralização imperial, dava certa autonomia à mesma. Com o advento da República essa realidade foi se modificando gradativamente, uma vez que o cargo de Intendente personalizava o poder da municipalidade; assim, as disputas no seio das parentelas foram se tornando cada vez mais comuns, gerando as facções políticas. A defesa republicana do federalismo acabou reduzindo a autonomia da cidade, que agora se via obrigada a negociar com o poder estadual, pois “para a cidade, o poder dos coronéis permanecia intacto, contudo, mais do que nunca, tal poder seria baseado na reciprocidade, com as instâncias superiores do poder de Estado”. (SOUZA, 1999, p.102-103).

contradição se explica porque os escravos eram utilizados nas atividades ligadas à agricultura e não somente à pecuária, e também supõe que a maioria dos escravos eram oriundos de Rio de Contas, que chegariam na Vila da Vitória por conta do declínio da atividade aurífera na região, proporcionando grande quantidade de escravos disponíveis para o trabalho (MEDEIROS, 2002b).

¹⁴ DANTAS, José de Souza; BORGES, Bráulio. Vias de Comunicação. In: **A Conquista**. Cidade da Conquista, 26 de agosto de 1911, nº. 16.

Nessa conjuntura, lideranças despontaram no seio das parentelas conquistenses. As principais figuram nas pessoas dos coronéis, como Francisco José dos Santos Silva - conhecido como Chico Santos, filho dos fundadores da família Santos - e José Fernandes de Oliveira - conhecido como Cel. Gugé, parente de Chico Santos e bisneto de João Gonçalves da Costa. Ambos, no final do século XIX e início do século XX corporificavam a tradição de poder das parentelas, representando uma centralidade política, no tronco dos Fernandes de Oliveira/Santos. O Cel. Gugé, ao longo do período republicano, até o seu falecimento, em 1918, foi a grande liderança política em Conquista, além do comerciante, Cel. José Antônio de Lima Guerra, que governou entre 1896 e 1903 e que fazia oposição a ele. Os demais intendentes que estiveram no governo eram seus aliados¹⁵, alguns até seus parentes. Cabe lembrar que todos eles eram filiados ao Partido Democrático da Bahia.

Medeiros *et al* (2009) afirma que com o governo de Lima Guerra em 1896, o Cel. Pompílio Nunes e o Cel. Maneca Moreira, os dois homens mais ricos da cidade, passaram a fazer parte da situação local, e os embates políticos se tornaram cada vez mais frequentes. Os adeptos do Cel. Gugé, agora fazendo parte da oposição, acusava Lima Guerra de ter aplicado um golpe para ocupar o poder, sobretudo, o professor, e sobrinho de Cel. Gugé, e figura central nesse conflito: o Cel. Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso). Este, a partir de 1901, passou a redigir notícias agressivas no “Jornal de Notícias”, de Salvador, contra os adversários pompilistas. Estes, por sua vez, rebatiam as acusações com outras, continuando mesmo após 1904, quando os partidários do Cel. Gugé reassumiram o poder local, com a vitória de seu candidato, o fazendeiro Cel. Estevão José dos Santos Silva.

Até 1915, o clima político na cidade estava mais calmo, uma vez que as instâncias do poder estavam monopolizadas nas mãos das famílias Fernandes de Oliveira e Santos. Porém, a vitória de J. J. Seabra pelo Partido Republicano Democrata como Governador da Bahia, em 1915, refletia, em âmbito local, um grande conflito provocado pela cisão desse partido, ocasionada por Maneca Moreira, em oposição ao Cel. Gugé, que acabou dando lugar às

¹⁵ Souza (1999, p.104-105), apresentando um artigo sobre a primeira república em Vitória da Conquista, lista os nomes dos intendentes que governaram até 1919, e sua vinculação partidária com o Cel. Gugé. A fim de enriquecer nossa discussão, achamos por bem transcrever as considerações do autor: O primeiro Intendente, Cel. Joaquim Correia de Melo (1872-1895), era seu amigo e bem articulado politicamente. Estevão José dos Santos (1904-1906) também era ligado ao Cel. Gugé e casado com sua sobrinha. Dr. João Diogo de Sá Barreto (1906-1907) era seu genro e, com seu apoio, tornou-se Deputado estadual. O Cel. José Maximiliano Fernandes de Oliveira (1908-1911) era sobrinho do poderoso coronel. No período de 1912 a 1915, o próprio Cel. Gugé exerceu pessoalmente a intendência. Foi substituído por Leôncio de Sátiro dos Santos, que era seu genro e governou a cidade no período de 1916-1919. A liderança de Gugé suscitava oposições e, nesta posição, destacaram-se o Cel. Pompílio Nunes e o Cel. Manoel Emiliano Moreira, detentores da primeira e segunda maior fortuna da cidade, respectivamente. O primeiro era primo de terceiro grau de Cel. Gugé e o segundo afilhado.

facções Meletes e Peduros¹⁶, respectivamente. Fonseca (1999), remontando esse contexto, afirma que o grupo liderado pelo Cel. Gugé filiou-se ao chefe de polícia da capital, contrariando Seabra, enquanto que o grupo liderado por Maneca Moreira aderiu ao governador baiano.

Durante o período compreendido entre 1916 e 1919, os desentendimentos foram cada vez mais constantes e, dentre as armas que utilizavam para o combate, estavam os jornais:

A imprensa surgida em 1910, com o aparecimento dos primeiros jornais responsáveis pela agitação e publicação de debates políticos entre os homens de letras da região, tomou partido do embate. Entre os intelectuais mais conceituados da época, achava-se Manoel Fernandes de Oliveira, o Maneca Grosso, que se colocava ao lado do Coronel Gugé, escrevendo no jornal *A palavra*. Os opositoristas criticavam veementemente os desmandos dos detentores do poder municipal do jornal a Conquista. (FONSECA, 1999, p.35-36).

Nessa época, os embates provocados pelos jornais eram muito agressivos; a imprensa se constituía nas considerações de Oliveira (2005), como um importante veículo de articulação do poder, responsável pela agitação e publicação de debates políticos entre os homens considerados de letras da cidade. Os jornalistas se posicionavam a favor ou contra a política situacionista, mas eram sempre ligados a líderes de famílias tradicionais da cidade que, por sua vez, financiavam as tipografias e controlavam as notícias a serem veiculadas.

Ainda de acordo com o autor citado acima, o professor Ernesto Dantas Barbosa fundou o primeiro jornal ainda manuscrito da cidade, intitulado “*A palavra*”, em 1910, que, em 1911, passou a contar, entre os seus redatores, com o também professor recém chegado a Conquista: Euclides Abelardo de Souza Dantas, a quem o jornal denominava de “espírito superior”; ambos os professores eram partidários do Cel. Gugé. Por sua vez, o professor Cel. Maneca Grosso, enteado de Ernesto Dantas e sobrinho do Cel. Gugé, embora não fosse oficialmente redator do referido jornal, publicava artigos no mesmo, dentre os quais estavam os ataques mais agressivos aos opositores de seu tio, denominados de Meletes, liderados pelo seu cunhado, Cel. Maneca Moreira.

¹⁶ Segundo Viana (1982), as origens do nome Meletes e Peduros, remontam a um certo dia, quando um amigo e correligionário do Cel. Maneca Moreira estava montado em um cavalo conduzindo um melete (tamanduá), e ao passar por partidários do Cel. Gugé, estes começaram a ridicularizá-lo e ele irritado havia dito que era preferível ser um melete que era um bicho forte e de coragem ao invés de ser peduro quanto eles de raça ruim, sem preço e sem valor e deste dia em diante os partidários de Cel. Maneca Moreira foram identificados como Meletes e os de Cel. Gugé como Peduros.

Em outubro de 1918, houve eleição para o Diretório Municipal do Partido Republicano Democrata de Conquista, e Maneca Moreira pediu a seu sogro, Ernesto Dantas, para escrever uma carta de conciliação, a ser apresentada ao grupo do Intendente Municipal. Porém, mudou de ideia, quando soube, pelas páginas de seu Jornal, *O Conquistense*, que Agripino Borges - membro de seu grupo e presidente do diretório – se desertara do mesmo, e Maneca Grosso, no Jornal *A Palavra*, manifestou apoio a este. Esse clima de desentendimento que, desde a morte do Cel. Gugé, se tornava cada vez mais frequente, acabou por acarretar o conflito denominado de Meletes e Peduros¹⁷, em janeiro de 1919. Após as denúncias graves de Maneca Grosso, feitas no jornal e destinadas ao Juiz de Direito e ao Promotor Público, que apoiava os Meletes, intensificaram-se as divergências. A caminho de sua fazenda “Baixa do arroz”, Maneca Grosso e seu amigo Cirilo Rodrigues foram surpreendidos por jagunços que espancou o primeiro¹⁸ e assassinou o segundo. Após esse episódio, foi deflagrado o conflito armado, que já transbordava entre as facções opostas (MEDEIROS *et al*, 2009).

Em torno do quadro político que se instalava em Vitória da Conquista, durante o período da Primeira República, Souza (1999, p.102) afirma que a economia da cidade permaneceu voltada para atividades primárias, destacando-se a pecuária, mas também contando com atividades subsidiárias, como a agricultura de subsistência, que era desenvolvida pelos latifúndios das famílias tradicionais, formadas pelas parentelas. Como durante as primeiras décadas do século XX, a cidade contava com um certo isolamento perante as outras localidades, o autor esclarece que as possibilidades de haver uma atividade comercial eram reduzidas. Essas condições ampliavam a submissão e a dependência em relação aos segmentos sociais, ligados às parentelas tradicionais. Para Miranda e Alves (1999), esse quadro socioeconômico sofreu modificações somente a partir da década de 40, com a construção da estrada Rio-Bahia; porém, do ponto de vista político, as forças coronelísticas continuaram atuando hegemonicamente.

A partir de 1923, uma nova configuração conjuntural se firmou na Bahia, marcada pelos seguintes elementos:

¹⁷ No dia 19/01/2009 foi realizada, na Casa Memorial Régis Pacheco de Vitória da Conquista, uma exposição seguida de uma palestra ministrada pelo Prof. Ruy Medeiros, em comemoração aos 90 anos do conflito Meletes e Peduros. Dentre os personagens destacados por ele, como um dos principais articuladores do conflito, estava o Cel. Maneca Grosso.

¹⁸ Maneca Grosso faleceu em março de 1919, dois meses após o espancamento que sofreu, uma vez que era diabético, e as feridas não cicatrizaram; antes de morrer ele escreveu, a punho, o poema Adeus Conquista, se despedindo da vida, como se fosse um mártir. Esse poema é encontrado na obra História de Conquista, de Aníbal Viana (1982).

[...] final da dominância do Partido Republicano Democrático da Bahia, o partido liderado pelo Dr José Joaquim Seabra; uma transição para o monopartidarismo, marcada pelo bipartidarismo, com dissidência do PRDB e da Concentração Republicana da Bahia; consolidação do monopartidarismo pelo Partido Republicano da Bahia, controlado pelo calmonismo, e maior espaço para os jovens doutores e bacharéis em política [...] O líder que se afirmou em Conquista na nova configuração conjuntural foi o Dr Luiz Régis Pacheco Pereira. Como pouquíssimos, na Conquista dos anos 20, contava com uma formação superior [...] Régis Pacheco passou a ser o principal articulador e vínculo da cidade com o calmonismo hegemônico no Estado, sendo citado com destaque entre os doutores que compunham o Conselho Geral do Partido Republicano da Bahia; destaque que, até então, nunca fora dado a nenhum político conquistense, nem mesmo ao velho coronel Gugé. (SOUZA, 1999, p.126-127).

Diante do exposto acima, podemos constatar o crescimento das camadas médias no contexto republicano e que, por sua vez, passaram a integrar os espaços também ocupados pelos coronéis, inclusive na própria Intendência municipal, a partir de 1930.

Após 1930, Vitória da Conquista contava com um maior abastecimento de gêneros alimentícios e outros produtos, provenientes da construção de estradas e aparecimento esporádico de caminhões, substituindo gradativamente as tropas. A expansão urbana e o crescimento do comércio “ofereceram vantagens para novos profissionais liberais, bancos e casas comerciais diversificadas, tornando-se mais atraentes para os moradores das fazendas e iniciando, dessa forma, o êxodo rural e externo”. (SOUZA, 1996, p. 31).

Enquanto que a cidade passava por esse processo de modernização, ainda que gradativo, no âmbito político continuava a hegemonia dos coronéis e, no caso de Vitória da Conquista, uma centralização endogâmica do poder, que se configurava em uma de suas singularidades. Na conjuntura que antecedia A Era Vargas, o partido republicano da Bahia - que tinha como presidente o fazendeiro Cel. Zeferino Correia de Melo e, como vice, o médico Dr. Régis Pacheco - apoiava a candidatura oficial da presidência, enquanto que o Partido Liberal Conquistense, fundado em 1929 pelo fazendeiro batista Cel. Deraldo Mendes Ferraz e pelo professor Laudionor de Andrade Brasil, apoiava os candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa. (FONSECA, 1999).

Foi nessa realidade que os dois principais partidos da Bahia surgiram na época: A Concentração Autonomista (oriunda dos remanescentes de Seabra e da Liga de Ação Social e Política - LASP¹⁹, tendo em seus nomes Otávio Mangabeira e Simões Filho) e o Partido Social Democrático (PSD), fundado pelo tenente Juracy Magalhães. Após a vitória de Vargas, o coronel Deraldo Mendes Ferraz assumiu a prefeitura da cidade e a liderança do Partido

¹⁹ Ou Liga dos Amigos de São Paulo, em referência ao movimento de 1932, que fazia oposição a Vargas.

Democrático, enquanto que Régis Pacheco liderou a Concentração Autonomista. Até 1937, o grupo de Deraldo Mendes estava assumindo o município, porém, quando o Governador Juracy Magalhães não apoiou o golpe do Estado Novo, a situação da Bahia tomou outros rumos e trouxe Régis Pacheco²⁰ à prefeitura municipal, até 1945; essa indicação se deu pelo seu amigo, correligionário de Vargas e nomeado Interventor da Bahia em 25 de março de 1938, o engenheiro agrônomo Landulfo Alves de Almeida. (FONSECA, 1999).

A partir dessa conjuntura, sobretudo após 1937, percebemos que, em Vitória da Conquista, foi cada vez mais crescente a presença dos profissionais liberais (bacharéis, médicos, jornalistas, promotores, professores) atuando na cidade e ocupando cargos políticos.

Dentre os professores defensores do governo de Régis Pacheco, estavam: Euclides Dantas - que escreveu uma biografia de Régis Pacheco, exaltando a sua figura -, Laudionor de Andrade Brasil – que, até 1934, fazia oposição a Régis Pacheco, mas rompeu com o lado de Deraldo Mendes e mudou de lado, tornando-se vereador neste mesmo ano, pelo Partido Autonomista - e o professor e poeta Camillo de Jesus Lima - nomeado secretário municipal e que, algumas vezes, até substituíu Régis Pacheco, quando este se ausentava da prefeitura municipal.

Essa conjuntura foi marcada, economicamente, segundo os memorialistas Viana (1982) e Tanajura (1992), por uma expansão urbana na cidade, entre 30 e 45, com um impulso modernizador, através da edificação de melhores casas residenciais e hospitais; casas comerciais se desenvolvem mais, melhora o calçamento de pedras; ocorre a construção, na década de 40, da BR 116, ou Estrada Rio-Bahia, promovendo surtos migratórios, com o comércio passando a ser a principal atividade econômica da cidade. O setor terciário experiencia um maior crescimento: em 1930 foi criada a primeira agência bancária na cidade (o Banco Econômico), em 1936 a Caixa Econômica, em 1942 o Banco do Brasil. Destaca-se, também, no setor secundário, a indústria de laticínios.

A partir de 1945, há o ingresso das campanhas democráticas, sobretudo, através da imprensa, contra a continuidade do varguismo, exigindo na Bahia novas eleições, anistia para os presos políticos e organização dos partidos censurados pelo regime do Estado Novo. Miranda e Alves (1999) esclarecem que as principais lideranças estaduais e locais se dividiram entre o PSD e a UDN. O primeiro, liderado pelo interventor Ronaldo Onofre de

²⁰ Luiz Régis Pacheco Pereira entre 1923 até 1937, permaneceu em oposição ao Estado, fazendo parte do Partido Autonomista sendo preso em 1932 por se deflagrar a favor da revolta constitucionalista de São Paulo. A partir do Estado Novo, foi nomeado pelo interventor getulista como prefeito de Vitória da Conquista até 1945 (Maiores informações vide: <http://www.governador.ba.gov.br/governadores/luizregis.htm>, site consultado no dia 20/10/09). É interessante observarmos que essas mudanças de lado na política conquistense não eram novidades.

Pinto Aleixo, contou com o apoio de Régis Pacheco, e o segundo, opositor a Régis no município, organizou-se sob a liderança do Coronel Deraldo Mendes, aliado de Juracy Magalhães. Apesar da supremacia desses dois partidos, outros menores também integravam os quadros políticos da cidade, como o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Comunista Brasileiro²¹ e o Partido de Representação Popular; o segundo foi considerado ilegal a partir de 1947, e seus membros passaram a se encontrar na clandestinidade.

O médico Régis Pacheco, que terminou seu mandato de prefeito em Vitória da Conquista em 1945, venceu as eleições para governador da Bahia em 1950, com o discurso liberal e conservador. Com algumas características populistas, defendeu a necessidade do aumento da produção agropecuária e do transporte, a fim de aumentar a riqueza. Ao mesmo tempo em que controlava os sindicatos, permitia que membros do Partido Comunista atuassem junto a ele e ao PSD.

Enquanto isso, Régis Pacheco lançou, em Vitória da Conquista, a candidatura do fazendeiro Gerson Gusmão Sales, pelo PSD, em detrimento do fazendeiro e médico Crescêncio Silveira, pela UDN, e, conforme previsto por Régis, o primeiro venceu as eleições. De acordo com Miranda e Alves (1999), o Cel. Gerson Sales agradou a população conquistense, uma vez que havia apoiado o governo do Estado. Com sua prática clientelista conseguiu, no início da década de 50, verbas para a abertura de ruas, para a construção de calçamentos; construiu o cemitério e biblioteca municipais, além da edificação da Escola profissional e da Escola Normal, em 1952.

Apesar desses quadros aparentemente novos, com a inserção de integrantes de novos grupos, nas instâncias do poder, verificamos as forças coronelistas continuarem hegemônicas e articuladas, através de Gerson Sales e Régis Pacheco, que, mesmo após as eleições de 1954, colocou Edvaldo Flores, sobrinho de Gerson Sales, como prefeito da cidade. Essa permanência, segundo Miranda e Alves (1999), se justifica pelo fato de que, na cidade, apesar dos discursos de modernização e crescimento urbano, continuou havendo a inalteração da estrutura socioeconômica da região, que submetia a população à dependência dos favores coronelísticos.

²¹ Quando o PCB foi considerado ilegal, e seus membros cassados, dentre seus integrantes estavam: Flávio Viana de Jesus, Ailton Pires, Everardo Públio de Castro, João Idelfonso, Emérito Pereira, Franco Ferraz, Péricles Gusmão e Camillo de Jesus Lima. O professor Everardo Públio de Castro, em relação a esse partido, descrevia que: “Entre as cidades do interior da Bahia, a que mais levantava o partido era Vitória da Conquista, e isso se expressava nas eleições. A votação do Partido Comunista em conferência era bastante expressiva. Eram alfaiates, pedreiros que, às vezes, por baixo do pano, votavam no PCB. Apesar de pequeno, o partido era composto por pessoas que procuravam desenvolver uma nova mentalidade, em busca de ideologia social correta” (CASTRO *apud* MIRANDA e ALVES, 1999, p. 143-150).

Dessa maneira, apesar de todas as novidades, e de novas disputas locais e vinculações estaduais, a política conquistense não saiu do âmbito das famílias tradicionais; os novos integrantes, envolvidos na luta pelo poder municipal, estavam vinculados pelos laços de parentela, que formavam a endogamia conquistense:

Mesmo em momentos de aparentes rupturas, como em 1930, o poder local permaneceu nas mãos dos legítimos representantes das velhas parentelas, coronéis envolvidos nos processos anteriores àquele emblemático ano. O mesmo aconteceu com o advento do Estado Novo, que longe de ser uma ruptura, representou, em Conquista, a consolidação e maior projeção de uma liderança desenvolvida nos anos vinte, o Dr Régis Pacheco firmemente vinculado ao setor tradicional. (SOUZA, 1999, p. 130-131).

O poder hegemônico dos coronéis também se manifestava no campo religioso. A legitimação do catolicismo, protestantismo e espiritismo, no município, foi também realizada por coronéis. A igreja católica²² herdou grande quantidade de terras, a partir da doação do Cel. João Gonçalves da Costa. O protestantismo veio por conta do Cel. Tertuliano Gusmão, que fundou a primeira Igreja Batista, e o espiritismo foi fundado pelo Cel. e professor Ernesto Dantas Barbosa, que, primeiramente, realizava as sessões espíritas em sua fazenda e, posteriormente, criou um centro espírita na cidade, antes de falecer, em 1921. (AGUIAR, 2007).

Aguiar (2007), em sua tese de doutorado sobre: *Do púlpito ao baquiço: religião e laços familiares na trama da ocupação do sertão da ressaca*, afirma que:

Quanto à organização religiosa, os membros das diversas famílias tradicionais filiaram-se à igreja católica, ao espiritismo kardecista e à igreja batista. Cada uma dessas religiões abrigava líderes de uma dessas famílias e membros de diversas outras, vez que casavam entre si, constituíam parentelas, onde a esposa seguia a liderança do marido e por isso passava a integrar a igreja a que este pertencia. (AGUIAR, 2007, p.222).

Para o referido autor, apesar das singularidades de cada religião, somada ao Candomblé, que era mais frequentado pelas camadas menos favorecidas, o sincretismo religioso se dava a partir do que ele denomina de “cultura do boi”, assim como todo cotidiano e cultura, presentes na sociedade conquistense, para além do universo religioso, conforme esclarece:

²² O Cel. João Gonçalves da Costa destinou um terreno para a construção da Igreja Matriz (católica) e mais outros tantos, inclusive com o laudênio, que deixou a Igreja com posse de grandes quantidades de terra.

O poderio político, exercido pelos coronéis, lastreou-se na cultura do boi, desenvolvida, desde meados do século XVIII e predominante até o final da primeira república, com repercussões durante todo o século XX. Por cultura de boi, entende-se o conjunto de atividades desenvolvidas na cidade e na região, que envolve o modo de vida dos seus habitantes: o modo de trabalhar e a jornada de trabalho, profissões, vestuários, os diversos utensílios, a alimentação, as festas populares, a música, a dança, negócios, religião, enfim, o conjunto das atividades necessárias à produção da economia local, tendo o boi como vetor. Ao adentrar os sertões, pode-se dizer que o boi levou o negro pendurado no rabo e o índio na ponta do chifre, seguidos pelo dono da fazenda. Vetor de relação entre raças e culturas. (AGUIAR, 2007, p. 41-52).

É interessante observar que, tanto nas fontes primárias, sobretudo jornais, quanto nas secundárias, as quais consultamos, os chefes locais, como afirma Aguiar (2007), Dantas (1911, *A Conquista*), Mosinho (1918, *A Palavra*), Souza (1999) e Ivo (2004) também se empenharam em organizar e ampliar a cidade, conduzindo-a a um processo de modernização. Os coronéis (proprietários de terra e criadores de gado) que ocupavam as instâncias do poder local estavam empenhados na criação e abertura de estradas, sempre com o intuito de trazer o progresso para a Cidade de Conquista - frases como essa aparecem repetidamente nas fontes escritas associadas a todos os feitos políticos - assim como a iluminação pública, a criação de cadeias²³, reforma nas poucas escolas municipais²⁴, existentes no início da República.

Tudo indica que, a partir do processo republicano, alguns professores, oriundos de camada média baixa, conseguiram, nas primeiras décadas do século XX, em Vitória da Conquista, ocupar os mesmos espaços da elite agrária local (originária dos laços de parentela provenientes do tronco do Cel. João Gonçalves). Eles adquiriram prestígio social, influência política e se tornaram, juntamente com outros intelectuais, interlocutores do republicanismo na cidade, além de serem grandes contribuintes para a construção de determinados elementos, que perduram até hoje na memória social da cidade, como o mito de Conquista como berço da intelectualidade, do progresso etc.

²³ Consulta: *Livro de Atas da Câmara 1917-1922* (Fonte – Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista); *Livro de Atas do Conselho Municipal 1926-1930* (Fonte – Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista); *Jornal O Clarim*, de fevereiro de 1926, ano I, nº. II; *Jornal A Vanguarda*, de abril de 1927, Ano I, nº 8. (Fonte – Acervo particular de Vitória da Conquista).

²⁴ Consulta: *Livro de registros de ofícios da Intendência Municipal 1897-1901* (Fonte – Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista); *Livro de Registros e Resoluções do Conselho Municipal de 1891-1898* (Fonte – Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista); *Livro de Registros do Município 1894-1897* (Fonte – Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista); *Jornal A Vanguarda*, de novembro de 1926, ano I, nº I, e de junho de 1927, Ano I, nº 10. (Fonte: Acervo Particular de Vitória da Conquista).

2.2.1 Educação: modernização e tradicionalismo em Vitória da Conquista-Ba, entre a primeira e segunda República

Conforme já vimos no começo da primeira parte desse capítulo, os republicanos tomaram a educação como uma condição fundamental para o desenvolvimento da nação, buscando desenvolvê-la por todo o país, através de campanhas em prol da alfabetização, criação de escolas públicas etc. Porém, essa preocupação já se fazia presente anteriormente, desde a instalação dos ideais iluministas do século XVIII, em Portugal, influenciando o Brasil, sobretudo a partir do período compreendido como Independência, no século XIX, quando D. Pedro I tornou livre a instrução popular e estabeleceu, em 1827, que em todas as vilas e lugares populosos haveria escolas de primeiras letras. Saviani (*apud* MAGALHÃES E CASIMIRO, 2005, p.7) afirma que, com o ato adicional à Constituição de 1834, o ensino primário ficou a cargo de todas as províncias e, mais tarde, com o advento da República, passou, prioritariamente, para a responsabilidade das unidades federadas (Estados).

Em âmbito regional, dentre os governantes que se destacaram na Bahia, desde a chegada de Tomé de Souza, primeiro governador da mesma, em 1549, vamos encontrar as ações de D. Marcos de Noronha e Brito - o intitulado 8º Conde dos Arcos²⁵ que, no começo do século XIX, mais precisamente no dia 27 de maio de 1809, foi nomeado pelo Príncipe Regente D. João VI para exercer o cargo de Governador da Capitania da Bahia, tendo sua administração marcada, sobretudo, por sua atuação no campo da instrução e cultura. De acordo com Nunes (2006), esse processo terminou favorecendo a ampliação do ensino primário, sendo criadas várias aulas régias no Estado e 25 cadeiras conhecidas de primeiras letras, em vários pontos da província. Além disso, D. Marcos Noronha abriu a primeira imprensa particular autorizada na Bahia: a *Tipografia de Serva e Carvalho*, e também um plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade de Salvador, que foi inaugurada no ano de 1811.

Uma das reformas do ensino que antecedeu os anos da Proclamação da República, em nível nacional, que nos possibilita perceber, no âmbito legal, a preocupação com o desenvolvimento da instrução, foi o Decreto de nº 7247, ocorrido no dia 19 de abril de 1879.

²⁵O rei D. José I havia, em 21 de maio de 1760, baixado uma carta régia renovando o título de Conde dos Arcos de Valdevez, concedido pela primeira vez por Felipe II de Espanha e III de Portugal, em 2 de fevereiro de 1620, por 3 vidas, a D. Luís de Lima Brito Nogueira, senhor da nobre casa dos Arcos de Valdevez. D. Marcos de Noronha e Brito, o 8º Conde dos Arcos, era filho de D. Juliana Xavier de Noronha, 7ª Condessa dos Arcos de Valdevez - e de seu esposo e primo, D. Manuel José Antonio de Noronha Menezes. D. Juliana recebeu o título de Condessa por herança de seu pai, o 6º Conde dos Arcos, D. Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768), que fora vice-rei do Brasil, de 1755 a 1760 (NUNES, 2006).

Com esse Decreto, o Imperador sancionou a Reforma do ensino primário e secundário do município da Corte e o Superior em todo o Império, tendo como redator o Doutor Carlos Leôncio de Carvalho: Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, revogando todas as disposições em contrário que, dentre outras coisas, trazia em seu Art. 2º:

Até se mostrarem habilitados em todas as disciplinas que constituem o programa das escolas primárias do 1º ano, são obrigados a frequentá-las, no município da Corte, os indivíduos de um e outro sexo, de 7 a 14 anos de idade. Esta obrigação não compreende os que seus pais, tutores ou protetores provarem que recebem a instrução conveniente em escolas particulares ou em suas próprias casas, e os que residirem à distância maior, da escola pública ou subsidiada mais próxima, de um e meio quilômetro para os meninos, e de um quilômetro para as meninas. (BARBOSA, 1942, p. 274).

Essa Reforma, de acordo com Rui Barbosa (1942), foi fruto de um prodigioso movimento que, por toda a parte, alargava os orçamentos para que tal se concretizasse, movimento este que já vinha ocorrendo pela Europa, com o Ensino Superior, sobretudo nas faculdades de medicina, em países como: Itália, França, Alemanha e Prússia, e que teve suas repercussões na Bahia.

Porém, ainda que estas preocupações estivessem presentes nos planos governamentais, na prática, nos últimos anos do Império e início da República, a Bahia passava por sérias dificuldades provenientes das precariedades existentes nas escolas públicas: má distribuição das mesmas, dificuldades de inclusão e atendimento da população, e também a má qualidade de formação de muitos professores. Costa (2009), a partir de coletas realizadas no *Pequeno Jornal* de Salvador, listou as notícias que transcreviam as falas dos presidentes da Província, e as preocupações que norteavam a questão do ensino. E a autora informa que, em 1881, foi publicado no jornal um relatório que estava sendo apresentado à Diretoria Geral da Instrução Pública da Bahia, de autoria do Cônego Dr. Romualdo Maria de Seixas Barroso, então secretário da instrução pública. Uma das coisas que ele mencionava era o fato de que, proporcionalmente, no ano de 1880, na província baiana, de 100 alunos, apenas 1/5 possuía instrução, o que considerava alarmante.

Costa (2009) ainda continua pontuando o relatório do cônego, ressaltando que a disseminação do ensino para Dr. Romualdo Barroso só seria concretizada se quatro pontos fossem atendidos: a obrigatoriedade escolar, a regeneração da classe do professorado, a edificação de casas para as escolas e a publicação de livros. Na província baiana, as escolas públicas não existiam em quantidade suficiente e a quantidade de alunos matriculados não era igual à quantidade de alunos que frequentavam a escola, o que, naquele momento, tornava

inviável a obrigatoriedade do ensino. A autora destaca, ainda, que o cônego menciona a importância do professor, fazendo a ponte entre o progresso e a instrução, comentando que:

[...] a instrução é a luz necessária para se sair das trevas; os professores são semeadores de luz, guias para a infância, abrem os olhos das novas gerações para a luz esplendorosa da verdade. Logo depois dessas referências, ele diz que esta não é a realidade dos professores da Província. O que se encontrava era o exercício da função de professor pela falta de outro emprego sem nenhum interesse pelo magistério, sem as qualidades necessárias para a instrução. O Regulamento de 5 de janeiro mudara essa realidade ao alargar a esfera dos estudos nas escolas Normais, e ao consagrar o princípio dos concursos. Assim “*fechou as portas do santuario da infancia aos mimosos da sorte, justamente chamados de piratas da instrução publica*. É o ponto de partida para a regeneração da classe do professorado”.(COSTA, 2009, p.7)

Assim sendo, a educação regional e local, conforme afirma Magalhães (2006, p.3), deve ser inserida no campo mais vasto da educação brasileira, e “as regras de constituição das escolas e de suas transformações devem estar em função do panorama social que a circunda ou a circundou, em sua conexão com a política educacional e conjuntura da época”.

Desta forma, nos primeiros anos republicanos, apesar da obrigatoriedade do ensino e das discussões a favor da instrução, o analfabetismo era predominante em Vitória da Conquista, correspondendo às expectativas do paternalismo dos coronéis, que não se manifestavam muito a favor da escolarização da população, sobretudo a mais carente.

Dentre alguns trabalhos referentes ao estudo da história da educação em Vitória da Conquista, podemos citar as publicações de MAGALHÃES²⁶. (2006b, 2007, 2009), CASIMIRO (2006, 2007, 2009) e ALVES (2006, 2007, 2009).

Casimiro, Magalhães e Carvalho (2007), a partir da pesquisa realizada com pessoas de longa vivência e de notório saber que estudaram em escolas do município de Vitória da Conquista, entre as décadas de 1910 a 1950, verificaram que, até o período correspondente à

²⁶ As pesquisas realizadas no Museu Pedagógico/UESB nos grupos: Fundamentos da Educação e Reformas Educacionais e Trajetórias Geracionais levaram à realização de um mapeamento das escolas extintas de Vitória da Conquista, através de relatos. Ao se referirem ao mapeamento das escolas, entre as décadas de 1910 a 1950, Casimiro, Magalhães, Carvalho (2007) apresentaram os seguintes dados parciais da pesquisa, apresentando a análise dos mesmos: além das escolas constantes nas entrevistas, elencamos, apenas a título de informação, outras escolas cujos nomes constam nos livros mencionados na literatura. Registramos aqui, apenas aquelas que não foram mencionadas pelos depoentes e que pertencem ao período delimitado para essa fase da pesquisa. Mozart Tanajura (1992) fala do Colégio Brasil, do Educandário Sertanejo, fundados pelo Professor Euclides Dantas, na década de 20, e do Colégio Marcelino Mendes. Fala, também, do Grupo Escolar Barão de Macaúbas, inaugurado em 1935, talvez a primeira escola pública da cidade, atualmente demolido. Fala, a seguir, da construção de um prédio, em 1920, na gestão do Intendente Ascendino Melo, onde funcionou o Tiro de Guerra 120 e onde, em 1939, foi instalado o Ginásio de Conquista, sob a responsabilidade do Pe. Luiz Soares Palmeira e, finalmente, da Escola Normal, mais tarde Instituto de Educação Euclides Dantas (CASIMIRO, MAGALHÃES, CARVALHO, 2007, p.7).

Primeira República (1889-1930), a maioria das escolas funcionava na residência do próprio professor, separadas sexualmente, isso quando as meninas iam para a escola, porque, geralmente, segundo as depoentes, elas aprendiam em casa mesmo. Em outra pesquisa, ressaltam a escassez de material escolar, “limitando-se, na maior parte das vezes, ao uso da cartilha, tabuada, pedra, giz, paleógrafo”. (CASIMIRO, MAGALHÃES, CARVALHO, 2007, p.6).

Conforme verificamos nas fontes escritas (livros de atas da Câmara Municipal, de registros diversos e ofícios), enquanto que nas décadas de 10 e 20, a educação em Vitória da Conquista não teve muita participação nos espaços de discussão política, a partir da década de 30, ganhou um novo impulso, sobretudo, após a renovação educacional que estava em debate em nível nacional (escolanovistas, católicos, etc), fruto também das discussões mundiais a respeito da instrução pública, como a UNESCO, iniciadas em 1934, com a participação de 90 nações, dentre elas, o Brasil²⁷.

Em Vitória da Conquista, entre as décadas de 30 e 50, foi fundada a primeira escola estadual pública - o Prédio Escolar Barão de Macaúbas, fundado em 1935, que possuía apenas o curso primário-, o primeiro ginásio - o Ginásio de Conquista, primeiro estabelecimento de ensino ginásial da cidade, de caráter particular, que começou a funcionar em 1940 - e a primeira Escola Normal²⁸.

Segundo as pesquisas realizadas por Casimiro, Magalhães, Carvalho (2007, p.6), novas categorias já aparecem em Conquista relacionadas à instrução local, a partir desse contexto, sobretudo, na década de 30, tais como:

escola particular e pública, professor leigo, escola isolada, ensino primário, que revelam aspectos ligados às políticas públicas do Estado; e categorias como: escola mais humilde, mais afastada, uma sala com duas portinhas de venda, escola que funcionou no sótão, que denotam uma tímida expansão do ensino para camadas mais pobres da população e não somente ao rol dos ‘bem nascidos’, moradores da Rua Grande. Entretanto, apesar do aparecimento das escolas públicas, o destaque é, ainda, para as instituições privadas, algumas de vida efêmera, e outras, mais longevas tendo em vista a trajetória de vida de alguns professores que lideraram a escolarização de

²⁷ Promovida inicialmente pelo Bureau Internacional de Educação (BIE) e, a partir de 1947, pelo Bureau e UNESCO, reunia-se anualmente em Genebra, desde 1934, a Conferência Internacional de Instrução Pública, que tinham como principais objetivos apresentar relatórios, discutir e votar recomendações a respeito do movimento educativo aos Ministérios de Educação dos países envolvidos. Essa ideia de Conferências Internacionais foram pensadas em 1912 no governo de Washington-EUA, porém a guerra de 1914 adiou a primeira Conferência, que deveria ser na Holanda e que se concretizou, em 1934, em Genebra Vide: BRASIL. **CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA: Recomendações (1934 1963)**. Brasil: Ministério de Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1965.

²⁸O Instituto de Educação Euclides Dantas, conhecido como Escola Normal, foi fundada em 1952, na cidade, e se constituiu um grande marco para a profissionalização docente.

mais de uma geração, como foram os casos do Prof. Tidinho, Dona Helena e Dona Mariquinha Viana e a própria Dona Rosália Figueira.

As novas exigências nacionais de desenvolvimento e modernização urbano-industrial refletiram, *in loco*, na necessidade da urbanização e no surgimento de um mercado de consumo e profissional, já com o aparecimento de novas reivindicações educacionais, demonstrados pela excessiva preocupação com o analfabetismo, e na formação de mão-de-obra qualificada para o trabalho. Os cursos de datilografia, de corte e costura, tão referenciados nos exemplares de jornais como *O Combate* (1930-1940), se destacavam como oportunidades de profissionalização e inserção de jovens no mercado de trabalho. (ALVES et al, 2007, p. 2).

As demandas educacionais, por conta da intensificação do capitalismo industrial do país, e as exigências de uma sociedade urbano-industrial impunham mudanças no modelo de educação e escola (ALVES et al, 2006). A difusão de escolas profissionais, como as já citadas anteriormente (datilografia, corte e costura) e outras, como as de laticínios, Escola comercial Edvaldo Flores etc., confirma uma das alternativas de qualificação da mão-de-obra, sobretudo, destinadas às camadas mais abastadas da cidade e região, marcando, na conjuntura local, a necessidade de atender às transformações decorrentes do desenvolvimentismo econômico nacional.

Essa realidade foi possível porque, a partir da conjuntura dos anos 30, as tensões que a Bahia como um todo experienciou, com os embates provocados por uma burguesia emergente e uma oligarquia dissidente, acarretaram nos discursos sobre a educação, ponto culminante para a ascensão da primeira sobre a segunda. Mesquita e Matta (2009) afirmam que para os coronéis, na Primeira República, o interesse pela instrução era apenas para o indivíduo “arranhar o nome”, para angariarem votos, uma vez que, com as mudanças promovidas pela República, o analfabeto não votava. Com o crescimento das cidades, gradativamente, veio também a noção de cidadania, das relações de trabalho capitalistas e mercado burguês, criando condições para novas estratégias, e princípios para a conquista do poder, onde a instrução, nessa nova conjuntura, desempenharia papel primordial.

Nessa conjuntura, a imprensa acabou possuindo papel importantíssimo na vinculação dessas ideias, inclusive como um dos instrumentos nessa luta de classes, conforme salientam os referidos autores:

No âmbito educacional, os jornais tiveram sua parcela na tentativa de inserção do pensamento burguês e redução da atuação oligárquica contrária, que permanecia atuante. “A politicalha desenfreada que impera nos

municípios do interior do Estado é o maior cancro que se pode imaginar, a combater e atrophiar a vida econômica e a moralidade administrativa”. Analisando os jornais: “Diário da Bahia”, “Folha do Norte” e “Diário de Notícias” de janeiro a dezembro de 1930, encontrou-se notícias que tratavam a urgência de abertura de escolas, tal como: “Abrir escolas é fechar cárceres”, justificando o surto de criação de escolas na década de 1930. Percebe-se que, mesmo com a abertura de escola, o índice de matrículas era desproporcional ao número de habitantes, que desencadeou uma campanha, por parte da burguesia, na tentativa de demonstrar a educação como o caminho para a saída da miséria. “Pela Instrução na Bahia”. “A má educação é sem dúvida o principal fator das misérias do povo, portanto, pelos novos educadores que devemos principiar”. (MESQUITA; MATTA, 2009, p. 8).

Em Vitória da Conquista não foi diferente. Os jornais da época ressaltavam a educação e se constituem, hoje, numa importante fonte de estudo para a localização das discussões, dos sujeitos, professores e intelectuais, considerando que alguns deles ou eram redatores e diretores de jornais, ou tinham seus nomes referenciados em notícias ou, ainda, escreviam artigos, geralmente tendo como temática assuntos relacionados à educação, colaborando com os jornais.

Ao tomarmos como recortes temporais a primeira e segunda República, em Vitória da Conquista verificamos, assim como esclarece Magalhães (2006), que apesar da luta dos pioneiros da escola nova na década de 30 na defesa da articulação entre o ensino primário e secundário, em prol da instrução para todos, ainda na década de 50, esta estava longe de ser concretizada. O ensino secundário, sob forte privatização religiosa, indicava o quanto o seu acesso ainda era restrito na cidade, mesmo com a instalação da Escola Normal, em 1952, que também funcionava como ginásio, uma vez que esta atendia às famílias mais importantes da cidade, apesar de ser uma escola estadual.

Após tratarmos da educação no período republicano, neste primeiro capítulo, tanto no contexto geral, quanto no local, discutir-se-á, no seguinte, o professor e intelectual, enquanto categorias de estudo, importantes para a nossa dissertação, enfocando também a educação e destacando os professores nesse processo, no que tange à profissionalização do ensino e sua valorização. Em contrapartida, falaremos sobre a formação do intelectual na modernidade, como representante da República das Letras, na França, atuando diretamente na cultura e na política, para enfocarmos o momento em que o professor passou também a ser considerado um intelectual, ocupando vários espaços além da sala de aula, tais como imprensa, política, agremiações culturais etc., e ganhando cada vez mais prestígio social, em âmbito nacional, para depois, em capítulo posterior, verificarmos essa realidade em Vitória da Conquista.

3 PROFESSOR INTELLECTUAL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SEU SIGNIFICADO

A partir dos séculos XVII-XVIII, sobretudo após as chamadas revoluções liberais - fruto do desenvolvimento do capitalismo - aparecem, por conseguinte, novos grupos sociais de referência, com relação aos quadros profissionais até então vigentes. Dentre essas profissões, o Professor, o Intelectual, comparecem como categorias novas nessa conjuntura, a fim de designarem profissionais que atuavam na área do saber. O primeiro à docência e o segundo designava aqueles que possuíam notoriedade cultural e atuação política ativa, o que nos permite inferir que nem todo professor era considerado intelectual, como nem todo intelectual era também professor. É importante esclarecer que, apesar de se constituírem categorias apropriadas ao período moderno, essas funções já existiam milenarmente, com outras denominações, tais como: letrados e mestres, como destaca Le Goff (1989).

Já que iremos tomar a discussão sobre o professor e sua significativa relação com a situação intelectual, cabe ressaltar que, em sua raiz etimológica, a palavra professor vem do latim *professore*, ou *professorum*, que significa aquele que ensina, professa um conhecimento a outra pessoa²⁹, podendo ser também caracterizado como mestre. Por sua vez, a palavra mestre vem do latim *magister*, que significa “o que manda, dirige, ordena, guia, conduz, pessoa dotada de excepcional saber”. Também, refere-se à *magister*, que derivou palavras como magistério, maestro, magistral. Os termos como preceptor, pedagogo e docente são associados ao termo professor; esses termos, porém, possuem origens distintas. Preceptor vem do latim *praecēptor*, que significa aquele que dá preceitos ou instruções, educador, mentor, instrutor; docente, do latim *docēre*, significa aquele que ensina, e pedagogo possui dois significados: no grego *paidagōgós*, significa escravo, encarregado de conduzir a criança até a escola, já no latim *paedagōgus* é o que dirige os meninos, preceptor, mestre, diretor. (TEIXEIRA, 2005; MEKSENAS, 2003).

Na escolástica medieval ou clássica, que perdurou até meados do século XVI, o termo mais utilizado para abrigar a função de educador era o termo mestre, como se verifica nas obras clássicas destinadas a estabelecer o conteúdo dessa função e suas obrigações - *De Magistro* de São Tomás (2004) e *De Magistro* de Santo Agostinho (2006). Apesar da multiplicidade de caracterizações, o termo professor foi mais bem empregado a partir do

²⁹ Dicionário Língua Portuguesa on line : http://www.priberam.pt/dlpo/ajuda/ajuda_abreviaturas_etimo.aspx, 2009.

período considerado moderno, com o desenvolvimento das profissões liberais que, dentre elas, estava o profissional do saber, o professor.

Já a origem do termo *intellectuale*, apesar das aproximações com o de *professore*, possui especificidades que os aproximam e os separam. Etimologicamente, intelectual traz em seu significado uma pessoa que usa seu intelecto para estudar, refletir ou especular acerca das ideias, de modo que o seu uso tenha relevância social e coletiva³⁰. De acordo com Kuhlmann (2007), essa palavra é utilizada para indicar produtores culturais com responsabilidades sociais, tendo sua gênese histórica no século XVIII, e aparecendo no século XIX, sobretudo, no momento do caso Dreyfus, para designar àqueles que possuíam notoriedade e intervinham no debate público - professores, artistas, escritores, filósofos, etc. (SILVA, 2003).

Como destaca Silva (2005), Charle (1990), Badinter (2007, 2009), Funes (2006), Bobbio (2000) entre outros, existem múltiplas definições³¹ para o termo intelectual; as pesquisas que tratam desse termo, enquanto categoria de estudo, são também recentes. Autores como Silva³² (2005), Bauman³³ (1995), Bourdieu³⁴ (1999), Charle³⁵ (1990),

³⁰ Dicionário Língua Portuguesa online. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/ajuda/ajuda_abreviaturas_etimo.aspx, 2009>. Acesso em janeiro de 2009.

³¹ No texto a seguir, citaremos alguns autores que trabalham de maneira direta com a categoria de intelectuais, até os momentos encontrados em nossas pesquisas e com abordagens teórico-metodológicas distintas. Apesar de, na maioria dos casos, não compartilharmos com algumas dessas abordagens, consideramos relevante e pertinente trazer para o presente trabalho, por possuírem algumas conceituações comuns e até mesmo para observarmos a forma como cada autor trabalha com essa categoria, a fim de enriquecer nossos estudos.

³² Silva (2005) que, desde a década de 70, desenvolve estudos na Universidade de Paris, privilegia em suas pesquisas as abordagens da história cruzada e transferências culturais, como ela mesma denomina, se aproximando bastante da história cultural, mentalidades e análise foucaultiana, enfocando nas mesmas a história intelectual francesa e, por conseguinte, os intelectuais. Para ela, a figura universal do modelo de intelectual remonta o caso Dreyfus e possui caráter polimorfo, uma vez que muda de acepção no decorrer do tempo histórico. Segundo suas inflexões epistemológicas, as últimas décadas do século XX rompem com o modelo de intelectual construído, desde então, de “mentor” e “profeta político”, por ter abandonado a política e os espaços públicos. De acordo com a sua concepção, o intelectual foi re-convertido à sua nova função de especialista, confinado nas instituições acadêmicas de produção de conhecimento.

³³ Bauman (1995), partidário da chamada abordagem pós-moderna, considera a categoria intelectual, como possuidora de múltiplos significados e também como sendo um elemento estrutural dentro de uma configuração societal, definido por suas qualidades intrínsecas, por ocupar nele um sistema de dependências que representa a referida configuração e também a reprodução do desenvolvimento desta. Para ele, a análise dessa categoria e das configurações parece estar inseparáveis, unidas por um círculo hermenêutico.

³⁴ Para Bourdieu (1999), seguidor de uma abordagem sociológica construtivista estruturalista, privilegiando seus três conceitos fundamentais: campo, habitus e capital, compreende o termo intelectual como sendo um ser bidimensional, que só existe como tal enquanto subsiste, por um lado, a um mundo intelectual autônomo (independente dos poderes religiosos, políticos, econômicos) cujas leis específicas respeitam e, por outro, pela autoridade específica que se elabora neste universo, a favor da autonomia, comprometida com as lutas políticas.

³⁵ Charle (1990), desenvolvendo uma abordagem ligada à história comparada social, muito influenciado pelo pensamento de Bourdieu, em sua pesquisa sobre os intelectuais, questiona dentre outras coisas, as razões pelos quais os mesmos emergiram como grupo social e como categoria política, destacando a conjuntura republicana e da democracia na França, que refletia o clima de tensão política vivida nesse contexto, onde estavam em pauta valores tradicionais, nacionalistas, republicanos, em conflito, que separavam os chamados intelectuais de direita e os de esquerda, os quais posicionavam na defesa desses valores de maneira muitas vezes ambíguas, no caso dos pró-Dreyfus e nos contra-Dreyfus.

Badinter³⁶ (2007, 2009), Funes³⁷ (2006), dentre outros. Apesar de suas abordagens diferentes, traçam em comum, definições do termo intelectual, remontando ao caso de Dreyfus, se referindo ao escândalo do capitão do exército francês Alfred Dreyfus³⁸, injustamente acusado de traição, por haver permitido que alemães tivessem acesso à documentação oficial francesa, o que provocou revolta em determinados grupos.

Dentre as repercussões desse caso, estava a acusação feita pelo escritor naturalista e libertário francês, Émile Zola, juntamente com outros nomes: Marcel Proust, Anatole France, Andre Gide, Charles Péguy, Albéric Magnard e Jean Perrin, que, já insatisfeitos com o Governo francês, aproveitaram esse caso como o estopim para denunciar o que consideraram arbitrariedades e injustiças do Estado. Desta forma, publicaram, no dia 14 de janeiro de 1898, no jornal francês *L'Aurore*, um artigo denunciando os envolvidos no processo fraudulento de Dreyfus, através do *Manifeste des Intellectuels* (*Manifesto dos Intelectuais*), marcando o ingresso dessa nova categoria, a partir da modernidade. Enfatizando que a figura do intelectual sempre existiu, o que surge, a partir do século XIX, é o intelectual como um termo designado para definir uma vanguarda cultural e política, que se contrapunha à “razão” do Estado, que já vinha se formando desde o iluminismo.

Dáí Funes (2006) afirmar que os intelectuais definidos como um coletivo que possui um saber não específico, e uma vocação atribuída por sua intervenção ativa na política, é uma criação da modernidade. Um dos *dreyfussard* desse período foi Émile Durkheim, que, dois anos antes desse ocorrido em 1896, foi agraciado na Universidade de Bourdeaux, com uma cátedra de ciência social, o que significava a institucionalização da sociologia como disciplina na França da Terceira República. Com a eclosão do referido processo, aqueles que assinaram e concordaram com o famoso Manifesto buscaram retomar a ideia de unidade e identidade de

³⁶ Filósofa francesa, estudiosa do movimento feminista e do lugar na mulher na sociedade, também pesquisa sobre o pensamento do século XVIII. Bastante influenciada pela história das mentalidades, a autora, em sua obra: *Las pasiones Intelectuales*, volumes I e II, enfoca a história dos intelectuais na França no período dos séculos XVII e XVIII, tendo como fontes as cartas escritas pelos letrados que apresenta nas obras, dentre eles: Diderot, D'Alembert, Voltaire etc. Elucidando que a palavra intelectual foi cunhada, a partir do século XIX, porém, que os seus antecedentes históricos foram a partir dos referidos letrados das luzes.

³⁷ Patrícia Funes é historiadora e professora da Faculdade de Ciências Sociais na Universidade de Buenos Aires; já proferiu várias palestras no Brasil, algumas na USP e na UFRS. Partindo de influências marxistas, ela realiza pesquisas enfocando os intelectuais latino-americanos na ditadura militar da Argentina no século XX.

³⁸ Gondra (2009), ao tratar da instrução e intelectualidade no Império brasileiro e associar o estatuto do intelectual, ao caso de Dreyfus, esclarece que Alfred Dreyfus, mesmo alegando inocência, foi acusado de alta traição por haver permitido que alemães tivessem acesso à documentação oficial francesa. Julgado, foi condenado ao degredo na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Um ano depois, foi condenado à prisão perpétua, na Ilha do Inferno Verde, na referida Guiana, em 1895. Em 1896, um oficial do Estado Maior, Tenente Coronel George Picquart descobriu que o verdadeiro traidor era o Major Walsin Esterhazy e não Dreyfus, porém, ainda assim, a súmula do exército francês não aceitou reabrir o processo. Dois anos depois, um grupo de políticos e escritores franceses lançaram um manifesto apoiando as pessoas que tiveram sua liberdade violada e realizaram um movimento a favor de Dreyfus, que culminou no Manifesto dos Intelectuais, publicado no jornal *L'Aurore*.

direitos e deveres, em prol da razão e de uma verdade, através da construção de uma “República das Letras”, influenciados pelos filósofos da ilustração, seus precursores.

Para Gondra (2009, p.61), a emergência do intelectual se encontra condicionada a três condições: um certo tipo de sujeito social, de um objeto e de um espaço onde ele se exprime, ou seja, o intelectual seria aquele que se arriscaria no debate público, defendendo valores universais. Não é um homem ou mulher isoladamente, mas uma dimensão da sociedade.

Badinter (2007), ao apresentar os antecedentes históricos da categoria intelectual, remontando ao humanismo e renascimento, esclarece que, na França, a criação das Academias no século XVII favoreceu ao nascimento dos “intelectuais”, sendo a mais antiga a Academia Francesa de Richelieu, em 1634. Para a autora, o entusiasmo pela ciência e o desejo de saber e compreender os fenômenos foram características marcantes do século XVIII e, segundo ela, favoreceram, por sua vez, o crescimento das publicações em livros, o desenvolvimento das bibliotecas públicas e gabinetes de leitura, bem como o surgimento das academias regionais e lugares reservados para a ciência nas grandes revistas e jornais, o que, por sua vez, fomentava a construção do intelectual moderno. Chama atenção, também, para o fato de que, mesmo não se utilizando a palavra intelectual, no século XVIII, essa pode ser utilizada no referido período, porém com as devidas ressalvas, ou seja, respeitando a historicidade da palavra e tendo o cuidado de não utilizá-la anacronicamente, deixando claro que esse termo foi cunhado a partir dos finais do século XIX.

Para Charle (1990), a figura social do intelectual é procedente de uma antiga tradição, que vai do filósofo ao poeta romântico, do artista e, mais recentemente, do cientista. A expansão desse campo, nas últimas décadas do século XIX, foi fruto das transformações ocorridas nesse século, provocadas, dentre outras coisas, pelas relações de dependência econômica da produção cultural e reformas universitárias, fortalecendo a importância das profissões intelectuais, em detrimento das liberais clássicas, mas também de sua própria diferenciação interna. O processo contraditório acentuava, ao mesmo tempo, nos setores do campo intelectual, a autonomia e heteronomia deste. No meio social, as funções de escritor, artista e universitário, englobados na expressão intelectual, obedeciam a essas polaridades opostas que delineavam as aparentes barreiras profissionais, o que acabava impedindo-os de formar um grupo profissional, como os demais.

Bobbio (2000) considera que o intelectual se distingue, dentre outras coisas, através da instrução, competência científica, superior à média da população. Na União Soviética, esse termo foi atribuído aos trabalhadores não manuais pertencentes a uma camada intermediária, composta por médicos, advogados, professores, etc. A outra acepção, na concepção do

referido autor, abriga aqueles que, além da notoriedade cultural, intervêm nos debates públicos, ou seja, escritores, artistas, cientistas, estudiosos, professores, que se relacionam diretamente com a política; daí o fato de, nesse sentido, essa acepção do termo ser mais utilizada pelos sociólogos. Contudo, o autor ressalta que as origens precisas do termo são incertas. Na União Soviética, na metade do século XIX, apareceu o termo *inteligencia* utilizado pelo romancista P. D. Boborykin mais ou menos quarenta anos antes do *Manifeste des intellectuels*, na França. (KUHLMANN, 2007).

Desse modo, Bobbio (2000) chama a atenção para o fato de que, considerar alguém como intelectual implica em falar de uma determinada condição social ou profissional, bem como seu posicionamento ideológico e sua participação na política.

Sigal (2002), ao tratar mais especificamente dos intelectuais na Argentina, esclarece que tanto o termo intelectual quanto *intelligentsia* tem sido objeto de uma multiplicidade de definições e que é importante não ignorar a especificidade existente quando se trata desses termos, enquanto uma categoria de análise; para ela, existem duas esferas na categoria de intelectual: uma é o puro, e a outra, o politizado, por considerar que:

[...] existem diferenças substanciais entre o saber sobre a sociedade que sustenta uma militância política, a dimensão letrada dos militantes e as conseqüências ideológicas de uma atividade organizada ao redor do conhecimento – a dimensão ideológica dos letrados³⁹. (SIGAL, 2002, p.8).

Outros autores contemporâneos utilizam o termo intelectual como uma *categoria* histórica utilizada sociologicamente, em sentido genérico, para designar grupos sociais que desempenhariam essa função, em períodos antecedentes ao moderno, como, por exemplo, sacerdotes do Egito Antigo, filósofos gregos, mandarins chineses, clérigos da Igreja Católica, etc. (KUHLMANN, 2007).

Podemos observar, então, que a relação entre o termo intelectual e a política aparece de maneira estreita. Cabe lembrar que o significado clássico para o termo político tem origem na palavra grega *pólis*, especificadamente *politikós*, que significa negócios públicos⁴⁰, ou seja, o bem comum. Aristóteles (s/d), em sua obra *A Política*, afirmou que o homem é, por natureza, um animal político⁴¹.

³⁹ Tradução nossa.

⁴⁰ Dicionário Língua Portuguesa on line. http://www.priberam.pt/dlpo/ajuda/ajuda_abreviaturas_etimo.aspx, 2009.

⁴¹ Sua obra se constituiu no primeiro tratado sobre o Estado.

Para Badinter (2007), até o final da Idade Média, o saber pertencia a alguns clérigos, que ela denomina de ancestrais dos intelectuais modernos. Durante os períodos históricos em que a Igreja Católica foi hegemônica, imbricada com o Estado, o poder do homem foi transferido para o divino, em uma sociedade hierarquizada, em que, no topo, estava o Papa, exercendo tanto a autoridade divina quanto a jurídica; em seguida, o clero, juntamente com a aristocracia, e, na base, os camponeses, em suas variadas condições. Novamente, um determinado grupo detinha o monopólio, tanto dos meios de produção quanto da cultura, e o saber era privilégio de poucos. (PAULO, 2004).

É também com essa compreensão que Le Goff (1989) concebe o nascimento do intelectual como tipo sociológico, na Idade Média do século XII, concebendo a divisão do trabalho urbano; assim como as universidades, de acordo com ele, pressupõem um novo espaço cultural. Ele parte da concepção gramsciana de intelectual orgânico⁴², para afirmar que esses intelectuais exerciam essa função como agentes da Igreja e do Estado, concomitantemente, ligados à função comercial e industrial (artesanal), se definindo com as características de sábio, professor e científico, assim como podemos perceber na seguinte afirmação “um homem cuja profissão seja escrever ou ensinar – ou melhor, as duas coisas ao mesmo tempo -, um homem que tenha profissionalmente uma atividade de professor e de sábio, em resumo, um intelectual, este homem somente aparece com as cidades”. (LE GOFF, 1989, p. 21).

Para o autor mencionado, entre aqueles que compunham os grupos de intelectuais, estavam os nobres, os clérigos (membros da aristocracia), mas também os *goliardos*, que possuíam uma vida errante e representavam o surto demográfico do desenvolvimento do comércio e criação das cidades, frutos da mobilidade social, característica do século XII. Eles eram de origem urbana, camponesa ou nobre, e ficavam relegados à periferia do movimento intelectual; criticavam a sociedade severamente, desde a vida no campo à vida monástica. Pedro Abelardo (um *goliardo*) foi, nas considerações de Le Goff (1989), a primeira grande figura de intelectual moderno⁴³, o primeiro professor, no século XII, que professava o ofício

⁴² Gramsci (s/d, p. 7-8) parte da compreensão de que todos os homens são intelectuais, assim sendo, cada grupo social cria para si ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político, que são os denominados intelectuais orgânicos.

⁴³ Le Goff (1989) define os *goliardos*, como sendo intelectuais marginalizados, rebeldes, cujas condições econômicas e sociais eram abastadas, como por exemplo, clérigos mais pobres, egressos das universidades, etc, que através de suas produções satirizavam o contexto no qual estavam inseridos, de maneira provocadora. Como o século XII é considerado o começo do desenvolvimento do renascimento comercial, aumentando por sua vez o mobilismo social, diante de um imobilismo característico do período medieval, Le Goff, considera Abelardo como sendo um intelectual moderno, por ter sido oriundo de uma camada social menos abastada, atuando no meio urbano, onde vislumbrava um certo desenvolvimento das cidades e do mercado, já no século XII.

de intelectual, reconhecendo a ligação necessária entre a ciência, a arte e o ensino, e que possuía como instrumento de trabalho, além das aptidões próprias, os livros.

Por meio das corporações de mestres e estudantes, as universidades tornam-se a grande obra do século XIII. Apesar de, neste momento, os intelectuais questionarem o monopólio dos clérigos nas corporações universitárias, encontravam-se submetidos à Sé apostólica, “que os protegia para dominá-los” (LE GOFF, 1989, p. 63), e eles, em resposta, se tornaram agentes pontificiais.

Por sua vez, a escolástica de São Tomás de Aquino, no séc. XIII, definia o professor/mestre como aquele que atualizasse e provocasse o aluno, para que o mesmo buscasse e colocasse para fora as potências intelectivas que já possuía, ou seja, o mestre estimularia o aluno a fazer emergir o seu potencial. Ele é valorizado em seu papel de estimulador, se contrapondo, por exemplo, a Santo Agostinho, no século IV, que considerava que o ato do conhecimento se dava somente através da influência direta da iluminação de Deus, que oferecia as condições do intelecto humano. Essa afirmação é percebida no seguinte trecho, em um diálogo dele com seu filho Adeodato:

[...] os homens enganam-se, chamando mestres aqueles que o não são [...] não chamemos mestre a ninguém na terra, pois que o único mestre de todos nós está nos céus. Ele próprio o ensinará, ele que também pelos homens, por meio de sinais e de fora, nos incita a que nos voltemos para ele no nosso interior, para sermos ensinados. (AGOSTINHO, 2006, p. 118).

São Tomás colocou em pauta essa questão, se contrapondo, em parte, a Santo Agostinho:

[...] do mesmo modo que se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno com a atividade da razão natural do aluno. E é nesse sentido que se diz que um homem ensina a outro e se chama mestre. (AQUINO, 2004, p. 32).

Desse modo, ele afirmava que quanto melhor a escola e o mestre, melhor o aluno se sairia, porque não bastava possuir a capacidade geral de apreender o conhecimento, se não possuísse condições para potencializar isso, e a função do mestre seria essa.

Com o avanço do capitalismo comercial e da industrialização, e a partir do momento em que se desenvolveram as forças produtivas, e a nova formação social rompeu com a organização corporativa, promoveram-se as reformas dos aparelhos burocráticos e administrativos, pondo fim ao monopólio do clero e da aristocracia, com a ampliação dos

cargos públicos. A criação de escolas públicas e renovação das universidades tornam possível a existência de uma classe chamada de culta, fenômeno bem diferente dos vistos nas castas sacerdotais e na Igreja. Essa classe culta representaria a própria burguesia que se encontrava em construção, a fim de legitimar a sua hegemonia. (GRAMSCI, s/d).

E uma nova concepção de mundo começou a ser construída no século XVI, a partir do período conhecido como Renascimento, inserindo o homem em uma nova posição, perante o mundo e o universo. Para Mayer (1976), termos como nacionalismo, glorificação de riqueza, Estado Nacional, Educação Universal etc., passaram a ser alvos de debates, assim como a ciência e seus métodos científicos mudaram de posição, deixando de ser meras alegorias, para se tornarem experiência. Destacaram-se, nesse contexto, nomes como Erasmo de Rotterdam, Rabelais, Descartes, Maquiavel, Montaigne, dentre outros. A própria reforma protestante está inserida nesse contexto de “novos ventos”. Lutero, com a concepção de que todo homem é potencialmente seu próprio sacerdote, acabou por produzir uma nova perspectiva de religião e educação.

Para Le Goff (1989), o novo personagem que ingressou no plano cultural da sociedade, nos séculos XIV e XV, antecedendo o intelectual, foi o humanista, questionando muitos dos valores aceitos até então, dentre eles, o monopólio cultural que a Igreja Católica tinha em mãos. O clima de reforma, a crítica à escolástica medieval, adotada como sistema de ensino, a mudança gradual de eixo, trazendo o homem ao centro do universo, por consequência da razão científica, acabam por trazer a figura do letrado mais próxima da escrita do que da retórica, da imprensa, dos escritos literários e do trabalho individual, que foi se configurando como um modelo, sobretudo, após o advento da camada burguesa, em busca de hegemonia, representada pelos iluministas do século XVII e XVIII.

Assim, os humanistas abandonam uma das tarefas capitais do intelectual: o contato com a massa, o laço entre a ciência e o ensino. Sem dúvida, a Renascença, a longo prazo, trará para a humanidade a seara de um trabalho orgulhoso e solitário. [...] até a invenção da imprensa, antes de se expandir por toda a cultura escrita, é apenas um retraimento na difusão do pensamento. Os que sabem ler, ou seja, uma pequena elite de privilegiados, são bem aquinhoados. Os outros se alimentam somente de migalhas da escolástica, que lhes levam os pregadores e os artistas da Idade Média, todos formados pelas universidades. (LE GOFF, 1989, p. 123).

As revoluções burguesas na Europa, ocorridas a partir do séc. XVIII, proporcionaram uma nova ordenação política, econômica, social e cultural, dando maior complexidade ao poder do Estado capitalista. Também definiram as novas diretrizes para a sociedade e as

ideias que formariam e marcariam a hegemonia ideológica da nova classe dominante. Nesse cenário, a educação também desempenharia o papel central na organização da nova sociedade em processo de construção. (PORTELLI, 1983).

Mari (2003), ao afirmar que os intelectuais, na compreensão gramsciana, exercem as funções da hegemonia e do governo político em nome da classe dominante, acrescenta, também, a importância do ato pedagógico ao político, que faz parte do processo hegemônico. A educação das massas seria o ato preliminar que levaria à tomada de poder; daí a importância que a educação ganha, por exemplo, na República Moderna, e a vinculação dos professores às funções políticas.

De acordo com Alves (2005), muitos pensadores e políticos que se destacavam na sociedade, no período da revolução francesa, se envolveram nas discussões de ideias educacionais, sobretudo, pública, fruto do próprio iluminismo, que gerou reflexões no campo da educação, se incorporando ao patrimônio revolucionário, como podemos verificar na sua afirmação:

Entre os principais escritos educacionais de pensadores de vanguarda na França setecentista, merecem registro, por exemplo, as três obras de Rousseau [...], de Diderot [...], de La Chalotais [...], de Condorcet. Os projetos de instrução pública, apresentados entre 1789 e 1795, incorporaram às suas formulações ideias tributárias desses pioneiros. [...] Portanto, o debate sobre a instrução pública na França foi expressivo, inclusive, pelo grande número de talentos que nele se envolveu. [...] Ou seja, nessas fontes, produzidas durante a conflagração revolucionária, ou pouco antes, predomina a tendência de realizar a defesa dos princípios que qualificam a nova escola – pública, universal, laica, obrigatória e gratuita, então concebida como o instrumento por excelência para formar cidadãos [...]. (ALVES, 2005, p.46).

A partir do século XIX, a criação de escolas era cercada por debates acerca da renovação pedagógica, que continha as influências de Comenius e dos iluministas, sobretudo dos franceses, que iam desde a organização da infra-estrutura da escola até a construção dos currículos e formação do professor. Nos EUA, por exemplo, conforme assevera Popkewitz (1997, p.62), as reformas educacionais ocorridas produziram a difusão do lema Ordem e Progresso, e a escola passou a ser um grande instrumento de formação cultural, caráter moral e hábitos de trabalho, favorecendo a conformidade política, por pretender proporcionar “estabilidade social, cidadãos inteligentes, mas submissos, crianças obedientes para pais ansiosos e trabalhadores produtivos para uma economia capitalista emergente”.

Ocorre, então, nesse momento, a mudança para um novo tipo de intelectual que, ao contrário da figura dos intelectuais tradicionais, ou eclesiásticos representantes de uma

aristocracia fundiária, está ligado ao trabalho industrial, tornando-se um especialista da técnica científica, e nascido da classe burguesa. Nessa nova realidade construída, os partidos políticos aparecem como aglutinadores de intelectuais orgânicos e tradicionais, tornando-os intelectuais dirigentes, capazes de organizar a sociedade civil e a política. (MARI, 2003).

Considerando que a partir do desenvolvimento do capitalismo, a divisão do trabalho material e intelectual ficou cada vez mais evidenciada, proporcionada pela determinação dialética do modo de produção da vida material, com a consciência dos homens (MARX; ENGELS, 1983, p.24), verificamos que o modelo de professor intelectual, atuando diretamente nos partidos políticos e interagindo com a massa - compondo cada vez mais os partidos, muitas vezes, como criador, organizador, ou difusor da cultura - estava inserido nas transformações decorrentes das mudanças sócio-estruturais instaladas, conforme ressalta Maximo (2008), se apropriando das categorias gramscianas.

Gramsci (s/d) afirma que os intelectuais não se constituem em uma classe propriamente dita, mas, integram-se a grupos vinculados a determinadas classes, ou seja, cada camada tende a formar seus intelectuais, cuja principal função é exercer a direção ideológica e política de um sistema social, homogeneizando a classe que representa.

Assim sendo, na perspectiva da totalidade dialética, os professores aparecem, nas primeiras décadas do século XX, atuando como intelectuais, no tripé: saber, cultura e política, mediante as formas ideológicas dos grupos no qual estavam inseridos, imbuídos da função consistente em formar consciências. Essa atuação, por consequência, não ocorreu sem conflitos e, mesmo sujeitando-se às determinações do Estado e à sua intervenção direta na escola, ou em seus estabelecimentos de ensino, desde as suas organizações estruturais, administrativas, curriculares etc., há, ainda assim, a compreensão de que, mediante todo esse processo, eles poderiam, também, romper os laços da alienação, reproduzidos pelos aparelhos do Estado, e tomar consciência das contradições existentes nas bases materiais, lutando por resolvê-las, desempenhando um papel importante e central nesse processo.

Observamos, então, pelas referências acima, um certo consenso quanto à identificação do professor em sua função intelectual, a partir do século XIX. A seguir, verificaremos como esse processo se deu no Brasil, destacando o período republicano, sobretudo, porque nas primeiras décadas do século XX, a bandeira levantada em prol da educação pelos republicanos trouxe, dentre outras coisas, a valorização social do ensino e do professor, que ocupava também outros espaços, para além da sala de aula, sendo considerado também um intelectual.

3.1 “*SALVAR A NAÇÃO POR MEIO DA EDUCAÇÃO*”: A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR INTELLECTUAL NO BRASIL

A história da América Latina sempre foi marcada pelas ações e intervenções de atores sociais que desempenharam papéis decisivos nos domínios das ideias, das atividades culturais e da política. Altamirando (2008) afirma que não se pode falar do século XIX, período em que a categoria de intelectuais entra em cena, sem mencionar os processos de independência, guerras civis, construções de Estados Nacionais, e a atuação dos homens de saber, letrados, que se distinguiram na sociedade através da cultura escrita e da oratória (discussão e argumentação), utilizando seus conhecimentos a serviço do poder político, seja na oposição, ou na situação, se tornando importantes agentes impulsionadores da conjuntura vigente e das mudanças sociais ocorrentes ao longo de todo processo sócio-histórico. Nas mudanças ocorridas no século XX, em que os países latino-americanos passaram a girar em torno da modernização capitalista, a marcha do progresso tomou diferentes vias políticas, na forma da república oligárquica mais ou menos liberal, buscando unificar o Estado e consolidar seu domínio sobre o território de toda nação hispano-americana e impulsionando a educação pública, sendo que, no caso do Brasil, essa realidade não foi muito diferente.

O espaço característico dos intelectuais latino-americanos, assim como os europeus, é a cidade, ainda que não sejam as grandes cidades, metrópoles e províncias, porque as condições urbanas definem o tipo de cultura em que eles se formaram, de padrão europeu ocidental, trazendo esse modelo com a colonização ibérica, ainda que incorporando as especificidades locais e regionais, porém conservando a matriz européia. Outro destaque importante é que a comunidade intelectual era predominantemente masculina; assim as mulheres, quando participavam, era marginalmente⁴⁴. O perfil do intelectual engloba conexões entre as instituições, movimentos, no campo da cultura e da política; geralmente eram homens oriundos de famílias ricas, ou herdeiros de um capital cultural que os colocavam na posição de autodidatas, durante o século XIX. Em meados do século XX, a concepção do mesmo abarcava a noção de apóstolo secular, educador do povo, ou de nação. O protótipo do

⁴⁴ Badinter (2009) dedica um capítulo de seu livro para tratar das mulheres intelectuais, afirmando que, embora se destacassem uma ou outra no meio dos ilustrados, no século XVIII, como intelectual, essa atuação era restrita ao âmbito literário e artístico, uma vez que entre os próprios intelectuais elas não eram bem vistas, integrando o grupo, assim como no meio social, daí a autora afirmar que era uma atividade predominantemente masculina. Essa realidade perdurou até mais ou menos meados do século XX, assim como esclarece, também, Altamirando (2008) e Myers (2008).

intelectual latino-americano, seguindo o modelo iluminista, teve a imagem de seu papel social associada ao discurso americanista, juntamente com o emancipatório libertário, fazendo com que os heróis da palavra alcançassem um respaldo maior que os demais, o que favoreceu o destaque para o professor. (ALTAMIRANDO, 2008).

Para Myers (2008), se, na época da primeira fase colonial, o clero executava a função de intelectual no período iluminista e da crise imperial, outros grupos sociais, como os funcionários da Coroa, jesuítas, advogados, juristas, especialistas das novas ciências etc., ocupavam essa função, a partir do século XIX, tanto na América espanhola, quanto na portuguesa. Desta forma, houve uma crescente modificação da estrutura de recrutamento dos quadros intelectuais do “novo Estado” e, gradativamente, outros profissionais passaram, também, a integrar os mesmos, como professores, jornalistas, comerciantes, militares letrados etc. Cabe destacar que os clérigos, advogados, engenheiros etc., também continuavam ocupando essa função.

No caso do Brasil, mais especificamente, o início da trajetória das funções de educador e letrado remonta o período das grandes navegações, quando o mundo ocidental cristão, no século XVI, se encontrava dividido pela reforma protestante (que influenciava países como Alemanha, Inglaterra, Suíça, Holanda etc.) e pelo mundo católico (Itália, Espanha, Portugal, França etc.). Na tentativa de se combater os efeitos da reforma protestante, em meados do referido século, o frei Santo Inácio de Loyola criou a denominada Companhia de Jesus, constituindo uma renovação da escolástica em detrimento da liberdade religiosa, pregada pelo protestantismo, ou seja, uma reforma na igreja católica (ou contra-reforma), que tinha o caráter missionário e educativo, trazendo os primeiros professores para o Brasil⁴⁵, na figura dos jesuítas e seguindo as regras da denominada *Ratio Studiorum*⁴⁶. (LEITE, 1938).

Durante o reinado de D. João III, quando se iniciava o processo de colonização do Brasil, os jesuítas foram chamados para a Universidade de Coimbra, a fim de, através da renovação escolástica, tentar frear os avanços do protestantismo, marcando um retorno à retórica conservadora, em detrimento do espírito científico que denotava um notável

⁴⁵ Maiores esclarecimentos vide Saviani (2008), que juntamente com sua equipe de pesquisa, publicou um livro, fruto de um longo processo de investigação científica, que se constitui uma obra importante e riquíssima para a temática que abarca a história da educação e pedagogia no Brasil, intitulado: *História das ideias pedagógicas do Brasil*, das suas origens até os dias atuais.

⁴⁶ Leite (1938) conceitua a *Ratio Studiorum*, como sendo um verdadeiro código pedagógico, ou conjunto de normas, dos jesuítas, com influências tanto da escolástica tomista (São Tomás) quanto modernas, adquiridas por Santo Inácio, quando este foi estudar em Paris. Autores como Klein (1997) e Casimiro (2004) ressaltam a importância da *Ratio*, para o campo da educação, por se constituir em um minucioso manual de funções que, dentre outras coisas, enfocava como deveria ser conduzida a ação dos dirigentes, dos professores, dos alunos, etc.

progresso na ciência náutica, representada pela Escola de Sagres, no século XV, período que marcava cronologicamente o chamado Renascimento. Os descobrimentos marítimos, sob a liderança das grandes potências do momento, Portugal e Espanha, intensificaram o desenvolvimento do capitalismo moderno. (COSTA, 1967, p. 18 a 31).

Nesse contexto de transformações provenientes do Renascimento, e intensificadas a partir da Reforma e Contra-reforma, Casimiro (2004) ressalta, do ponto de vista pedagógico religioso, que, nos séculos XVI e XVII, dois importantes fatores - o Concílio de Trento e a Companhia de Jesus - colaboraram para um “redirecionamento pedagógico”, o qual, mesmo não tendo alterado os conteúdos tradicionais, intensificaram e sistematizaram a docência e evangelização, principalmente nos países ibéricos. Santo Inácio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus, reconhecida oficialmente em 1540, estudou em Paris e foi fortemente influenciado por um conjunto de costumes escolares e normas pedagógicas que modularam o ensino. No início do século XVI, período marcado pelos embates entre humanistas e escolásticos, insistia-se, por exemplo, na atividade da repetição para a assimilação do aluno, e uma classe era dividida por idade, bagagem intelectual e complexidade das matérias; a frequência era obrigatória e os professores estavam disponíveis para atender aos alunos interessados

[...] sobre a *Ratio Studiorum*, se pode dizer, por fim, que ela se constituiu num paradigma importante para a educação escolar e para a pedagogia até o início do século XX. Mesmo não tendo definido ou explicitado o princípio educacional ou pedagógico, ordenou uma razão política que é parte constituinte da formação do mundo moderno e que é, também, razão pedagógica em sua origem e justificação (CASIMIRO, 2004, p. 128).

Castanho (2004) afirma que, para a Companhia de Jesus, a *Ratio Studiorum* visava também à preparação do professor, compreendida em quatro fases - sem considerar o ensino superior -: a formação moral, com dois anos para a formação da alma; a formação intelectual, mais dois anos estudando letras clássicas, latim, hebreu e grego; a terceira fase com três anos destinados a uma sólida formação filosófica, a depender da escolha feita pelo candidato: se resolvesse partir para os chamados estudos superiores, ele passaria por um quadriênio de teologia e um biênio na especialização do enfoque que ele iria tratar, mas, se ele resolvesse ficar nos estudos inferiores, a filosofia seria o término de sua preparação. Após isso, se o aluno quisesse prosseguir com sua formação, passaria por uma quarta fase: a complementação pedagógica.

Na realidade, a vinda dos jesuítas ao Brasil, capitaneada pelo Pe. Manoel da Nóbrega, no século XVI, teve a missão de ensinar aos índios as primeiras letras e o Evangelho. Através da catequização, criaram os primeiros colégios e consolidaram um modelo educacional

(CASIMIRO, 2005). Saviani (2005) considera essa vinda como sendo um marco inicial dos antecedentes históricos do professor, uma vez que os primeiros jesuítas cumpriam a função de docentes e formulavam regimentos que o autor considera como sendo uma primeira política educacional no Brasil⁴⁷.

É importante destacar, ainda segundo Casimiro (2005), que apesar de se manter como uma organização poderosa, não era só a Companhia que educava; outras ordens religiosas, como os carmelitas, beneditinos, franciscanos (e dentro dos franciscanos tinham as ramificações: os observantes, os conventuais, os capuchinhos) eram responsáveis também por missões de ensinos, porém, se restringiam apenas às primeiras letras e à catequese.

Essa realidade passou a ser modificada a partir do momento em que Portugal passava por transformações, desde 1709, quando mantinha o tratado de Methuen com a Inglaterra, que obrigava o país a repassar a maior parte dos lucros de sua colônia Brasil, aos ingleses, impedindo, por consequência, o desenvolvimento industrial em Portugal. Uma das implicações disso foi uma grande crise financeira que obrigou o rei D. José I a tentar, em 1750, recuperar a economia, através de uma concentração do poder real e da modernização de Portugal. Assim, nomeou, como primeiro ministro, Sebastião de Carvalho e Melo - o Marquês de Pombal, que durante 27 anos na política, influenciado pelas ideias iluministas, tentou reorganizar o Estado, protegendo os grandes empresários portugueses, criando companhias monopolistas de comércio e combatendo, tanto a nobreza, quanto o clero. Como a colônia se constituía peça fundamental para a política de consolidação portuguesa, após o Tratado de Madrid que ampliava as fronteiras do norte e sul do país, Pombal acabou entrando em conflito direto com a política protecionista dos jesuítas e, após vários atritos com os mesmos, os acusou de conspirarem contra o Estado e os expulsou não só do Brasil, mas também de Portugal. (SECO & AMARAL, 2005).

Após a expulsão dos jesuítas, todo o sistema de organização escolar construído por eles em duzentos anos, no Brasil, foi praticamente destruído. Começando com o Alvará de 28 de junho de 1759, redigido por Pombal, que determinou o fechamento dos colégios jesuítas e tentou reorganizar o sistema educacional, criando as chamadas aulas régias, no lugar das

⁴⁷ Saviani (2005) realiza uma interessante discussão sobre a escola pública no Brasil, dividindo o seu percurso em duas acepções: a primeira tomando como referencial o autor Giancarlo Angelozzi. Para este, no início da época moderna era considerada escola pública toda escola coletiva em detrimento do ensino individual do preceptor. E a segunda que corresponderia à escola popular, destinada à educação de toda população, intensificada a partir do século XIX. Assim sendo, a escola jesuítica poderia ser considerada como um modelo de educação pública religiosa, se considerarmos a parte em que a mesma recebia recursos públicos do governo e mantinha um caráter de ensino coletivo; porém, as demais condições materiais e pedagógicas, desde a infraestrutura dos prédios, as diretrizes pedagógicas, os agentes etc., se encontravam no controle da ordem jesuítica, ou seja, sob o domínio privado.

suprimidas e instituindo o cargo de diretor de estudos, a fim de centralizar estatalmente o ensino. Isso, porém, não trouxe resultados imediatos, e Castanho (2004, p. 42) coloca que, nesse ínterim:

[...] as aulas tinham lugar, além das preceptorais nas casas grandes, em escolas confessionais, dos carmelitas, dos beneditinos, e dos franciscanos, onde alguns mestres leigos despreparados e uma maioria de professores religiosos desincumbiam-se da docência de maneira medíocre e desarticulada. Os professores, praticamente sem nenhuma preparação mais específica para o magistério, ficavam dispersos, sem qualquer coesão sistemática.

Tem-se início, a partir desse Alvará, a tentativa de se construir uma educação pública estatal, sendo os professores régios nomeados pelo rei, e podendo ser denominados, como os agentes da modernização, tanto na metrópole quanto na colônia, a serviço do sistema. Buscou-se, então, transformar a instrução Pública em dois períodos: estudos menores e estudos maiores; os menores eram o chamado de primeiras letras - ler, contar e escrever - mas também pelas aulas de humanidades, línguas, poética, retórica; somente após a independência é que os estudos menores passariam a ser divididos em dois níveis distintos: o ensino primário e o ensino secundário. (CASTANHO, 2004).

É importante considerar que a escassez de pessoal habilitado para exercer o magistério dificultava a aplicação do referido Alvará, além disso, o estado deplorável das escolas primárias existentes, como assegura Tanuri (2000), demonstrava que existiam poucas escolas espalhadas nas capitanias e, quando tinham, eram exercidas por pessoas com um mínimo grau de instrução, sendo que não havia nenhuma norma para escolha de professores. Na maioria das vezes, as aulas eram dadas na casa do próprio professor.

A partir dos anos de 1820, o ensino mútuo foi instalado nas escolas, não possuindo apenas a preocupação de ensinar as primeiras letras, mas também de preparar professores, instruindo-os no domínio do método. Pode ser considerada como uma primeira iniciativa pública para formação dos docentes, porém, sem nenhuma base teórica, era uma formação essencialmente prática. (TANURI, 2000).

Diante do quadro de efervescência sócio-político e cultural, no Brasil, a partir de 1822, período que compreende o processo de Independência do Brasil e de mudanças significativas provenientes desse marco, D. Pedro I tornou livre a instrução popular, decretada pela Lei de 20 de outubro de 1823. Já a Lei de 15 de outubro de 1827 estabelecia que, em todas as vilas e lugares populosos, haveria escolas de primeiras letras. (MAGALHÃES; CASIMIRO, 2005).

Podemos considerar essa Lei de 1827, de acordo com Magalhães e Casimiro (2005), como um primeiro esboço de “sistema” de instrução pública nacional, composto de escolas de primeiras letras, centralizado e descentralizado simultaneamente, devido ao fato de que, às províncias, cabia estabelecer a quantidade e a localização das escolas, ao mesmo tempo em que atribuía, ao poder central, a criação desses estabelecimentos.

Os professores que ocupavam os cargos nesses estabelecimentos, mediante concursos, além de provar seus conhecimentos, deveriam provar também sua boa conduta moral. Essa Lei não exigia nenhum requisito de formação dos mesmos, supunha-se que eram autodidatas ou, no máximo, possuíam um nível elementar de escolarização. Eram mal remunerados e mal preparados em sua formação. (CASTANHO, 2004).

Consideramos que, mesmo com todas essas dificuldades, no Brasil Imperial as criações das leis e atos adicionais desse período - como, por exemplo, o Ato Adicional de 1834, que deixava a cargo das províncias o ensino primário (SAVIANI *apud*, MAGALHÃES; CASIMIRO, 2005) e a criação de escolas normais, em 1835, visando à formação de professores de primeiras letras (CASTANHO, 2004) - já apresentavam uma preocupação do Estado com a instrução pública, que foi ganhando gradativamente importância, sobretudo, a partir da instauração da República, em 1889.

Apesar da preocupação com a formação de professores desde 1835, foi a partir do século XX que o magistério passou a ser considerado formalmente uma profissão regulamentada. Antes disso, Ferreira (1998, p. 27) ressalta que a função de professor era ocupada por autodidatas, religiosos, militares etc. Quem discutia as questões educacionais eram, em sua maioria, artistas, intelectuais, homens públicos, sem qualquer formação específica na área. Foi a partir de 1920 que iniciou o processo de profissionalização dessa atividade, com o surgimento de educadores profissionais; embora esse quadro fosse definido com mais clareza nas décadas de 1930 e 1940, através de iniciativas, como a Lei de 1931, de Francisco Campos, que regulamentou a profissão de professor e a criação, neste mesmo ano, do primeiro sindicato da mesma, marcando a organização política dessa nova categoria: o professor profissional.

A valorização social do professor e o início de sua profissionalização do magistério primário já ocorriam no final do século XIX, conforme esclarece SOUZA⁴⁸ (1998),

⁴⁸ Souza (1998), partindo da perspectiva da História Cultural e da categoria civilização de Nobeit Elias, apresenta a história institucional dos primeiros grupos escolares paulistas, enfocando a cultura e as práticas simbólicas, mas também apresentando os valores republicanos e a profissionalização do professor. Daí citarmos sua pesquisa e destacarmos sua importante contribuição, apesar de adotarmos um alinhamento teórico-metodológico diferente.

substituindo a figura do mestre-escola da palmatória e compêndio do Império pelo apóstolo da civilização. O discurso republicano enaltecia essa categoria:

A profissão docente nas quais o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica. Era pelo professor que se poderia reformar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública. [...] Foi construída a figura enaltificada dos apóstolos da instrução primária. Profissionais de sólida competência, cômnicos de sua missão, formados pela Escola Normal – o templo de luz, o viveiro onde saíam os heróis anônimos da República. (SOUZA, 1998, p. 62).

Ferreira⁴⁹ (1998) afirma que a valorização social do professor e do magistério ocasionou, dentre outras coisas, a instituição do dia do professor, em 1933 e, em 1939, a criação do curso de Pedagogia, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, pelo Decreto 1.190, de 4/4/1939, com o primeiro curso de formação de professores de terceiro grau. Em 1940, essa atividade estava legalmente regulamentada, quando o Estado obrigou os estabelecimentos de ensino a assinarem as carteiras profissionais dos professores. A partir daí, o professor vai ganhando também respaldo social:

Houve uma época – entre o início do século XX e meados dos anos 50 – em que professores desse extinto país ocupavam uma posição invejável na escala social [...] Casar com uma professora era aspiração suprema de muitos homens. Elas eram olhadas com respeito, admiração e desfrutavam de um status semelhante aos militares. (NOVAES *apud* FERREIRA, 1998, p. 69).

⁴⁹ Apesar da opção teórica tendida às mentalidades e priorizando o campo das representações, Ferreira (1998) realiza um interessante trabalho, com levantamento de fontes jornalísticas e oficiais, visando entender o processo em que o professor transitou entre uma posição de prestígio social até a sua desvalorização (que ele chama de passagem do sagrado para o profano), afirmando que, até a década de 60, o professor era portador de *status* social e o magistério era sinônimo de prestígio, por conta de uma tradição construída desde a Companhia de Jesus, que o colocava como sagrado: o mestre, o anjo formador de almas etc., porém, em sua maioria contando com recursos financeiros limitados, abraçavam a profissão pela concepção idealista de estar cumprindo um dever de cidadão, até o momento em que este profissional passou a questionar melhores condições de vida, renunciando o sacrifício que o mantinha com prestígio, mesmo com condições materiais pequenas e, somado a isso proletarizou-se e feminizou-se, passou para a condição do profano, perdendo gradativamente o *status* que possuía. Mesmo não compartilhando com essa denominação sagrada e profana, utilizamos algumas considerações de Ferreira, que consideramos pertinentes para a pesquisa, uma vez que partimos da compreensão de que, diante dessas circunstâncias contempladas pelo autor, havia toda uma conjuntura de mudanças estruturais e ideológicas presentes nesse processo, como, por exemplo o período compreendido pela Ditadura Militar, inserida no contexto do capitalismo internacional, que se preocupava cada vez mais com a formação de mão de obra técnica para o trabalho, e menos com a formação educativa da massa popular que estava presente nas escolas públicas. E como os professores atuavam ativamente na política, uma vez que também ocupavam a função de intelectual, sempre foram considerados formadores de consciências, a partir do momento em que passaram a reivindicar condições melhores, atuando em sindicatos, realizando greves etc., representaram ameaça ao sistema ditatorial presente e aos interesses das camadas dominantes, e também mediante toda uma conjuntura de mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais, gradativamente foram separados da função política e caminhando para a sua desvalorização.

A década de 1930, como assevera Fernandes (2008), aponta um Brasil em ebulição política; o Estado não promovia as inovações sociais que se faziam necessárias, permanecia divorciado da nação, tornando-se complicado considerar o país como uma comunidade política, diante das antinomias. Os homens públicos (políticos) que estavam à frente dos partidos políticos e do poder, imbuídos dos valores liberais e das experiências bem sucedidas dos EUA e alguns países europeus, pretendiam investir em um Estado forte e na prosperidade da nação. Uma das saídas encontradas foi a de colocar a educação como fator de integração política e social. Os líderes políticos tradicionais não se preocupavam com essas questões, uma vez que os partidos políticos representavam ideologicamente um ponto de intersecção entre a família e a igreja, com ideais de dominação patrimonialista nas concepções políticas. Porém, diante de um quadro de instabilidade social, os partidos precisariam assumir outras funções, como a de adotarem uma postura ideológica mais definida, controle de seus quadros, a fim de proporcionar uma estabilidade do poder legislativo, promover a democracia, com autonomia e autoridade. (FERNANDES, 2008, p. 100-106).

Para chegarem a esses fins, os partidos precisariam de bases sólidas, e a educação assumiria um papel importante nesse processo. Fernandes (2008) afirma que, apesar das discussões acerca da educação estarem presentes, inclusive desde os tempos dos jesuítas, foi a partir de 1930 que se intensificaram os debates sobre a mesma, sobretudo, as que se referiam à bandeira pedagógica, que visava a formação das elites, o que significava a elaboração da democracia brasileira e integração do país, como uma comunidade política. Mas, o autor, esclarece que:

As elites não podem ser criadas como flores de estufa. Elas nascem de um processo lento de competição entre os mais capazes e só atingem níveis intelectuais satisfatórios quando a seleção se opera entre muitos (ou entre todos) – não entre alguns. Portanto, enquanto não se ampliar, até os limites possíveis, a extensão das oportunidades educacionais, na base das aptidões, não se estará formando, mas simplesmente improvisando elites. Nesta esfera, como em outras, os móveis egoístas de alguns setores da população (as classes conservadoras e uma parcela das classes médias) tendem a prevalecer sobre as necessidades essenciais da sociedade brasileira como um todo. (FERNANDES, 2008, p. 108).

Então, a ideia de ajustamento do ensino brasileiro, por meio da intervenção do Estado, visava, nos primeiros anos da Segunda República, às suas necessidades mais urgentes, que era a vida política nacional. Às camadas populares, restava o acesso ao ensino primário e profissional, pois, para o acesso a outros graus do ensino médio e superior, encontravam barreiras que só eram ultrapassadas por alguns poucos, considerados os mais capazes e que,

por sua vez, integrariam o quadro político e intelectual desejado, proporcionando uma nova organização econômica, social, cultural, política, com os ideais de democracia que envolvia a construção da nova nação. (FERNANDES, 2008).

Nessa realidade apresentada, a partir do governo Vargas, em 1930, a figura de alguns professores já se encontrava imbricada com a de intelectuais e políticos, e sua atuação perpassava os diversos meios de comunicação, seja na imprensa, nas produções literárias, nas escolas etc. Essa atuação era permeada por conflitos e ambiguidades. Com a entrada de Gustavo Capanema (1934-1945) no Ministério da Educação e Saúde⁵⁰, vários intelectuais modernistas foram convidados a atuar na Educação e Cultura, em diversas formas culturais orientadas pelo poder público, como o rádio, a música, o cinema, a escola.

Nesse quadro heterogêneo, no primeiro governo de Vargas (1930-1945), Silva (2000) afirma que a posição de intelectual nesse período era almejada porque implicava intervir diretamente com a comunidade, através da política e dos próprios meios de comunicação. Indicava *status*, e alguns professores almejaram e ocuparam os espaços que permitissem essa titulação, que começaria com a imprensa - o principal meio de divulgação de produção intelectual, além de abrir as portas para os cargos públicos e para o ingresso na política e compensava, ainda que não financeiramente, pela projeção social que proporcionava. A iniciação ao jornalismo se dava a partir de indicações de amizade, simpatia, filiações políticas etc.; as vagas eram ocupadas por professores, advogados, médicos, engenheiros, literatos. Além desse espaço,

[...] as salas de aula consistiam em locais cobiçados e importantes. Ser professor secundário possuía suas vantagens. Era um ensino destinado às elites. Assim como a imprensa, o ensino facilitava o acesso aos estratos dirigentes e mantinha atualizados os contatos entre os seus membros. [...] Havia ainda outros meios de manifestação da vida intelectual, tão relevantes quanto a imprensa e as salas de aula: as conferências, os discursos, os recitais. Não é por acaso que a Bahia, por exemplo, adquiriu renome pelos seus oradores. Como já mencionado anteriormente, até mesmo artigos de jornais pareciam escritos para ser lidos em voz alta. (SILVA, 2000, p.88).

O professor se dirigia diretamente ao público, por meio da sala de aula e por diversos meios de comunicação que lhe era franqueado. Assim, foi legitimando sua categoria com a função de intelectual, o que o levou a ocupar muitas vezes outros espaços, seja nos salões

⁵⁰ O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado em 1930, logo após Getúlio Vargas ter assumido o poder, tendo em Francisco Campos o primeiro ministro que ocupou o cargo até 1932, quando decidiu sair para tentar ocupar uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, por Minas Gerais. Francisco Campos foi um dos articuladores do Golpe do Estado Novo; ele e Gustavo Capanema, que assumiu o Ministério em 1934, ficando até a saída de Vargas, em 1945, foram dois intelectuais importantes para o governo varguista. Homens de seu tempo promoveram reformas na educação, adotando as contradições e ambiguidades do contexto, tendendo ora para os interesses dos escolanovistas, ora para os católicos e também integralistas.

privados, seja nos públicos, através dos agrupamentos literários, nos grêmios, nas alas etc. Esses agrupamentos proporcionavam revistas literárias e mais respaldo social perante a população, expandindo ainda mais a condição do ser intelectual e político.

Considerando o contexto da chamada modernização no Brasil, tão discutida politicamente, ressaltamos que, apesar dos discursos progressistas e industrialistas, a base material continuava sendo agrícola e passamos a indagar qual teria sido a memória que nossa sociedade, no caso a conquistense, guarda desse processo histórico, especificadamente quanto à dimensão da figura do professor como intelectual. Para isso, vamos tomar a categoria memória, considerando a mesma em sua dialética, porque estaremos considerando a memória social do professor e da cidade com a dimensão de totalidade, e a memória coletiva dos grupos de professores intelectuais como variantes da mesma. Dentro dessa memória coletiva, percebemos também que há memórias geracionais, formadas pelas experiências vividas por esses grupos que interagiram, geracionalmente, uns com os outros. Quando tratamos da memória coletiva de dois grupos de professores intelectuais, um na Primeira República e outro na Nova, observamos que, possivelmente, eles tenham interagido na sociedade como interlocutores do republicanismo que se desenvolvia, ajudando a construir um ideal de professor, valorizado socialmente, e guardado na memória social do mesmo e da cidade. Contudo, nossa principal referência de estudo para essa análise são as fontes escritas, sobretudo jornais locais e poesias; daí utilizarmos como recurso de pesquisa a memória escrita que guarda esse processo e que também compõe uma das variantes da memória social.

4 A MEMÓRIA COMO RECURSO TEÓRICO: UMA REVISITA AOS SEUS CAMPOS

A memória, divinizada e sacralizada na Grécia Arcaica como *Mnemósyne*, (VERNANT, 2001), sempre esteve presente nos diversos períodos da humanidade, porém, a partir do advento da modernidade, especificadamente no século XIX, ela adquire o caráter de fenômeno e objeto do conhecimento científico, através dos estudos realizados, primeiramente por estudiosos da mente como Hermann Ebbinghaus⁵¹ (ROSENFELD, 1994; SANTOS, 2003), Freud⁵² (1948). entre outros, que se debruçavam nos mecanismos de funcionamento da mente e, em seguida, pelas ciências humanas, principalmente pelos filósofos e sociólogos, contemporâneos daqueles.

A preocupação das ciências sociais do século XIX com as reciprocidades e interdependências dos seres em sociedade apresentou como grande teórico o sociólogo francês Émile Durkheim (2001). Este se preocupou em estabelecer um método que melhor adequaria o fenômeno social ligado à moralidade e à ordem, sendo a consciência coletiva a síntese das interdependências, como assim considerava. A partir de então, começa a aproximação do objeto da memória com as teorias de classificações, postuladas pelas ciências sociais desse período, que teve amplitude maior na França.

Dentre os grandes fundamentalistas e teóricos da memória do século XIX, podemos destacar o filósofo francês Henri Bergson (1999), que se debruçou na subjetividade da memória, compreendendo que a vida (material) subordina o intelecto humano (razão), pretendendo, assim, superar o dualismo entre a matéria (percepção pura) e o espírito (memória pura). Contudo, o sociólogo francês durkheimiano, Maurice Halbwachs (2006), no começo do século XX, já relacionava a memória com os grupos sociais de maneira sistemática, propondo a noção de memória coletiva, se referindo às memórias de grupos que

⁵¹O interesse dos psicólogos pela memória no século XIX remontava às teorias darwinistas, através das concepções evolucionistas; desse modo, às primeiras investigações no campo epistemológico da memória, se orientaram na função da mesma enquanto aquisição, transmissão (por via hereditária) de esquemas de comportamento e reações orgânicas, ou seja, como uma faculdade fundada sobre bases fisiológicas. Quem mais se destacou, dentre os que pesquisavam o grau de absorção e conservação da memória, no referido século, foi o psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus (MONTESPERELLI, 2004, p.83).

⁵²Freud (1948) se contrapôs às noções estabelecidas pelos psicólogos e neurologistas do século XIX, que compreendiam que a memória estaria localizada em regiões funcionais do cérebro, formando centros mnemônicos para as diversas imagens captadas pelo organismo humano. Sem abandonar a noção de memória permanente, ele defendeu a ideia da memória enquanto inconsciente, uma vez que, para o autor, toda situação traumática e indesejável, sobretudo na infância, ficaria armazenada no inconsciente, vindo à tona nos sonhos, nos rituais, nos lapsos, nas recordações etc. Ele exemplifica essa teoria na explicação do esquecimento de nomes e nos sonhos, na obra *Psicopatologia da vida cotidiana*.

reconstruam o passado, a partir de seus interesses presentes, concluindo que toda lembrança é sempre lembrança coletiva, e rejeitando qualquer estudo que separasse o indivíduo das construções sociais. Desde então, o caráter social da memória passou a ser pesquisado e teorizado, tendo no psicólogo inglês, Frederic Bartlett, em meados do século XX, a elaboração de uma teoria da memória a partir de uma perspectiva psicossocial. Para Manzi (2007), foi Bartlett que propôs uma teoria, apontando que a memória era sempre construtiva e não apenas reproduzida, o que significa dizer que as recriações da mesma têm dimensão coletiva, que se intensifica a partir das instituições sociais e características culturais de grupos, os quais determinam as formas de recordações.

De um modo geral, quando recordamos experiências vividas, ficamos com a impressão de que as reconstruções que fazemos do passado são estritamente pessoais. Essa maneira de conceber a memória foi contestada pelos dois citados intelectuais clássicos que tratam do tema, os quais estabeleceram, no começo do século XX, bases teóricas que rejeitavam qualquer separação entre memória e sociedade. Eles definiram memória como sendo uma construção social, e demonstraram que os indivíduos não são vistos como seres isolados, e sim em constante interação uns com os outros, a partir de estruturas sociais determinadas. (SANTOS, 2003, p. 33).

A obra *Memória Coletiva* do sociólogo Halbwachs obteve grande mérito por ter sido escrita em um momento no qual a memória era compreendida, primordialmente, como fenômeno individual e subjetivo, e era também ignorada pela antropologia, sociologia e história. O autor defendeu a tese de que formações políticas, religiosas e econômicas deveriam ser compreendidas a partir da investigação das práticas coletivas. Também defendeu “a crença de que memórias só podem ser pensadas em termos de convenções sociais, denominadas quadros sociais da memória” (SANTOS, 2003, p. 47), concebendo que o passado existe apenas quando é reconstruído socialmente.

Bartlett, por sua vez, como destaca Sá (2007b), a partir de uma experiência psicossocial, foi de encontro às experiências desenvolvidas pela psicologia experimental, que limitava a memória apenas às ações biológicas mentais. Para ele, a memória faz parte do processo de conhecimento e reconhecimento do mundo, que é definido pela busca de sentido, ou seja, este autor defendia a ideia de que, para ser lembrado, primeiramente é preciso ter percebido aquilo que estava sendo lembrado.

Os indivíduos utilizam o que guardaram das experiências pretéritas, quando percebem algo novo, é o que ele chama de rememoração ao invés de percepção, como concebia Bergson. Uma outra característica de Bartlett, que o afasta das teorias dos psicólogos de sua

época, é que ele aproximava as memórias das construções sociais. A partir das influências da antropologia social, este desenvolveu estudos sobre as determinações sociais nos processos cognitivos e defendia a ideia de que as condutas são socialmente determinadas pelos grupos dos quais os indivíduos faziam parte. A depender do grupo, ele muda a conduta, ou seja:

[...] para que as práticas coletivas exerçam influência sobre indivíduos, é necessário que estes encontrem significado nessas práticas e as percebam. Não há determinação de convenções sociais sobre indivíduos, portanto, porque estes últimos estão se apropriando das convenções, de acordo com critérios e julgamento. A memória coletiva é aquela presente em condutas complexas desenvolvidas pelos indivíduos em determinado contexto; a memória que existe é a memória no grupo e não do grupo. (SANTOS, 2003, p. 58).

Dessa forma, os elementos da cultura se movem de um grupo para o outro e sofrem modificações no percurso, ao se tornarem apropriados por novas experiências incorporadas por novos grupos que detêm outros valores, hábitos, costumes, provocados pelas transformações do processo histórico, por sua vez, alterando a memória social, e assim por diante. (SANTOS, 2003, p. 59).

Bartlett introduziu no estudo individual da memória a noção de esquemas (experiências) enquanto estruturação de uma memória de fatos, ou seja, para ele, as memórias não seriam fixas, mas sim recriações do passado, que produziriam nos indivíduos um sentido de continuidade, logo, o processo de recordar implicaria na tentativa de reconstrução do passado no presente “através de algum propósito social e ou psicológico particular, a partir da lembrança coletiva de acontecimentos pessoais e históricos” (NAIFF; SÁ; NAIFF, 2008). A rememoração, em sua teoria, era pautada na ênfase do valor afetivo, ou seja, para Bartlett, as lembranças teriam sempre elementos emocionais, cujo objetivo principal seria reviver determinados sentimentos.

A partir da elaboração das teorias acima citadas, ampliaram-se os debates e discussões sobre a memória enquanto objeto epistemológico, que abarcando uma multidisciplinaridade científica (psicologia, neurologia, biologia, ciências sociais, filosofia, história, antropologia)⁵³

⁵³Candau (2002), na obra *Antropologia da Memória*, após realizar uma revisão teórica dos principais autores que discutiram a questão da memória, apresenta os campos da mesma que poderiam interessar aos antropólogos, que seriam: os meios mnemotécnicos, ampliação da memória e amnésia coletiva, elucidando que um dos desafios dos antropólogos da memória seria compreender que a mesma é objeto de uma luta no presente, porque certos grupos tentam se apropriar dela, e que não se deve confundir com uma exploração do passado, ainda que não se descuide desta dimensão, já que a memória, para ele, vive no presente, e que é preciso elucidar as manifestações contemporâneas desta faculdade humana. Bastante influenciado por Pierre Nora, Candau apresenta as categorias da memória que interessariam aos pesquisadores antropólogos, que seriam a mesma associada aos monumentos, patrimônios, amnésias, lugares/casas, relatos de vida, identidade, tradições, costumes, ritos e transmissão social.

etc.), inseriu a memória, no século XX, atrelada ao medo da amnésia, aos estudos da coletividade, aos conflitos sociais e políticos da contemporaneidade, em que diversos grupos buscam sua identidade, principalmente, a partir da década de 1970. Nesse período, os estudos sobre memória vão se voltar às histórias de vida de grupos e de indivíduos (NORA, 1993), sendo esta também considerada como um instrumento de poder, através dos mecanismos de manipulação das lembranças e esquecimentos coletivos. (LE GOFF, 1996).

Assim sendo, os estudos da memória retornaram com muita força nos últimos anos, como sendo uma necessidade do presente, para que não percamos a identidade e continuemos vivendo, conforme deduziu Aróstegui (2004), frente ao avanço da máquina substituindo o vivido, e a globalização que, cada vez mais, impõe uma cultura hegemônica sobre as demais.

Hannah Arendt (1997, p. 31),⁵⁴ diante do quadro relatado por ela, sobre as mudanças proporcionadas pelo mundo pós-guerra, mundialização desenfreada, e substituição da tradição (testamento/memória) pelo fenômeno de globalização, afirma que:

[...]sem testamento – que seleccione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece, e, portanto, humanamente falando, nem passado, nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem. O tesouro foi assim perdido, não mercê de circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou sua realidade; por nenhum testamento o haver legado ao futuro. A perda, talvez inevitável em termos da realidade política, consumou-se, de qualquer modo, pelo olvido, por um lapso de memória que aconteceu não apenas os herdeiros como, de certa forma, os atores, as testemunhas, aqueles que por um fugaz momento retiveram o tesouro nas palmas de suas mãos; em suma, os próprios vivos. Isso porque a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é imponente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo. Assim é que os primeiros a fracassarem no recordar como era o tesouro, foram precisamente aqueles que o haviam possuído e o acharam tão estranho que nem sequer souberam como nomeá-lo. Na ocasião, isso não os incomodou; não conheciam seu tesouro, mas sabiam muito bem o significado do que faziam e que este estava acima da vitória e da derrota: a ação que possui sentido para os vivos somente tem valor para os mortos e só é completa nas mentes que a herdam e questionam. A tragédia não começou quando a liberação do país como um todo destruiu, quase automaticamente, as pequenas e imperceptíveis ilhas de liberdade que, de qualquer forma, já se encontravam arruinadas, mas sim quando desapareceram mentes para herdar e questionar, pensar e lembrar.

⁵⁴ A autora se refere ao processo de perda de tradição (ou testamento), no contexto dos finais da Segunda Guerra, citando como exemplo, uma grande crise sofrida na França nesse processo.

A perspectiva adotada por Arendt (1997) é de que a submissão do homem, a mecanização, a perda de sentido por conta de sua individualização, o imediatismo do presente e a perda dos elos entre passado e presente aparecem como principais características da prisão moderna. A memória, nesta perspectiva, se perderia no mundo da informação, processo esse que veio, segundo ela, se constituindo a partir da substituição do artesão pelo operário de fábrica, com seu trabalho mecânico e repetitivo, desvinculando o tempo das experiências de vida, uma vez que o tempo se torna autônomo, regulado, controlando os passos de cada um, tudo isso somado à quebra dos vínculos das tradições, cada vez mais enfraquecidas, frente ao fenômeno de mundialização.

Dentre os teóricos que compartilham dessa perspectiva apresentada acima, está o historiador francês da 3ª geração dos *Annales*, Pierre Nora (1993), que parte da compreensão de que, atualmente, fala-se tanto em memória porque essa não existe mais, o que há são lugares onde a mesma se cristaliza de maneira esfacelada, se tornando história. Para o autor, enquanto que a memória é vida, presente, dinâmica, sempre carregada por grupos vivos, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, a história é uma reconstrução incompleta do passado. Assim, o autor conclui que “uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória”. (NORA, 1993, p. 9).

Também conhecedor da teoria da memória coletiva construída por Halbwachs, Nora (1993) introduz, nas discussões acerca da realidade, a noção dos *lugares de memória*, a fim de explicar a perda das memórias, em decorrência da destruição das tradições:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora [...], valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. [...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa das minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados. (NORA, 1993, p. 15).

Essa concepção de Nora (1993) também influenciou as pesquisas realizadas pelo também historiador francês da 3ª geração dos *Annales*, Jacques Le Goff (1996), e o sociólogo austríaco Michael Pollak (1992), que também influenciados por Halbwachs, relacionaram a memória coletiva com os lugares de memória, estabelecendo, sobretudo Le Goff (1996), uma primeira discussão crítica da memória no campo da história, mas também limitando a

primeira a certos lugares, que ele apresenta a partir da visão histórica. Esses seriam: *lugares topográficos* - museus, arquivos, bibliotecas; *simbólicos* - comemorações, aniversários etc.; *monumentais* - cemitérios, arquiteturas, entre outros. Este autor enfatiza que não podemos perder de vista a ideia de que não se deve somente procurar a sua produção, e sim os “denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos, em função dos usos diferentes que fazem da memória.” (LE GOFF, 1996, p. 473). Ou seja, ele estabelece a noção de manipulação da memória que existiria nesses lugares e em seus registros.

Pollak (1992), que foi orientado em seu doutorado por Pierre Bourdieu, discutindo a memória social, a compreende como sendo seletiva, a partir de três elementos que seriam os seus constituintes: acontecimentos, pessoas e lugares, empiricamente fundados em dados concretos, mas que também poderiam projetar outros eventos, como por exemplo: as pessoas lembrarem episódios de um fato que, na verdade, ocorreram em outro etc. Para o autor, a memória é sempre seletiva, porque nem tudo fica gravado e nem tudo registrado, e isso equivale, em suas considerações, tanto para as memórias individuais quanto para as coletivas:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento - mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p.204).

No Brasil, iniciativas de estabelecer diálogos com o campo da memória levaram autores, como Ecléa Bosi, já no final da década de 1970, mais precisamente em 1979, a introduzir estudos mais apurados da memória, relacionando-a, nesse momento, com as histórias de vida, através das memórias individuais. Quando escreveu a obra clássica, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, a autora dividiu sua pesquisa basicamente em três partes, a primeira apresentando algumas discussões teóricas sobre a memória social,

coletiva e individual, utilizando teóricos como Halbwachs e Bergson; a segunda apresentando as transcrições das entrevistas com pessoas idosas que relatavam sua trajetória de vida; e, na terceira, a análise desses dados. Bosi (2007) adota claramente as concepções de Bergson, compreendendo a relação entre memória individual e coletiva, porém priorizando a primeira, dando a ela um caráter mais autônomo, como podemos verificar na seguinte consideração da mesma, na qual se contrapõe a Halbwachs, quando ele considerava que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva:

Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado [...] O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso, seu passado [...] Será a memória individual mais fiel que a social? Sim, enquanto a percepção original obrigar o sujeito a conter as distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno. Mas o quando, o como, entram na órbita de outras motivações. Se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espelhar apenas os interesses e distorções de cada um. (BOSI, 2007, p. 413-420).

Os estudos realizados por Bosi, no campo da psicologia social, se destacaram no Brasil, influenciando outras áreas do conhecimento, como história, sociologia, antropologia etc., que a consideraram uma pioneira nos estudos sobre a memória. Além disso, outros estudos enfocando memórias autobiográficas ou documentais, reduzindo a mesma apenas como ferramenta de pesquisa (memória oral, para tratar de entrevistas, e memória escrita, para tratar de fontes documentais), foram e são muito utilizadas, sobretudo, nas pesquisas de caráter histórico. Podemos destacar uma obra que exerce grande influência nos estudos brasileiros, sobretudo, em pesquisas com oralidade, redigida pelo historiador inglês especialista em história oral, Paul Thompson (1998): *A voz do passado: história oral*. Nesta obra, ele dedica um capítulo para tratar da memória, associando-a aos estudos psicanalíticos, através do inconsciente, que seriam as lembranças (memórias) subjetivas:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem

relaxados sobre o divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair o mais profundo de seus segredos? (THOMPSON, 1998, p. 197).

São recentes, no Brasil, os trabalhos que compreendem a memória numa perspectiva teórica mais abrangente, introduzindo novas perspectivas a esse campo, sobretudo da memória social, em que destacamos autores como: Myrian Sepúlveda dos Santos⁵⁵ e Celso Pereira de Sá⁵⁶, ambos professores da UERJ. Vale ressaltar que esses, apesar de seguirem uma linha mais voltada para a representação - sendo que a primeira desenvolve pesquisas, priorizando os campos das ideias e da sociologia da cultura, e o segundo, o campo psicossocial da memória e representações sociais -, realizam atualmente, no Brasil, importantes pesquisas. Podemos até mesmo arriscar em dizer pesquisas inovadoras, dentro do campo da memória social, principalmente o segundo, compreendendo esta como uma categoria maior que abrange tanto as memórias particulares quanto as universais, ultrapassando os limites da oralidade, escrita, ou de seus lugares.

A partir da apresentação sucinta desses teóricos da memória, buscaremos compreender, em nossa pesquisa, as contradições e conflitos presentes na memória social, enfocando as memórias de grupos, ou memórias coletivas, como constituintes de uma das várias instâncias que comportam a memória social⁵⁷, por designarem memórias “que em seu processo de construção, são objetos de discursos e práticas coletivas, por parte de grupos sociais razoavelmente bem definidos” (SÁ, 2007b, p. 292), construções estas que cada grupo faz, guarda e transmite, através da interação de seus membros.

Conforme nos aponta Montesperelli (2004), as definições acerca da memória são polissêmicas e podem ser distinguidas através de três diferentes funções, que norteiam os posicionamentos epistemológicos e metodológicos das diferentes áreas de pesquisa científica que trabalham com essa categoria, sendo elas: objeto, recurso e limite.

⁵⁵ Com pós-Doutorado na Universidade de Coimbra (2009) na *Centre de Recherche sur les Liens Sociaux, Université de Paris V* (2001) e na *University of Cambridge* (2000), é professora adjunta de Ciências Sociais na UERJ. Dentre as pesquisas que desenvolve, estão a memória coletiva e a teoria social no Brasil.

⁵⁶ Com pós-Doutorado na *Université de Provence* (1996) e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (2004), é professor titular de psicologia social na UERJ. Desenvolve, dentre outros, um projeto de pesquisa em sistematização da análise psicossocial da memória social brasileira.

⁵⁷ Para Celso Pereira de Sá (2007), há várias instâncias na memória social, que seriam: memórias pessoais, memórias comuns (que comporta as memórias geracionais), memórias coletivas, memórias histórico-documentais, memórias histórico-orais, memórias práticas, memórias públicas e memórias de massa. O autor esclarece que essas memórias não seriam excludentes entre si e sim interpenetrariam umas nas outras, podendo, inclusive algumas se transformarem em outras. Dialogamos com essa compreensão de Sá, mas também acrescentamos a concepção de que os processos de constituição da memória social são inseridos nas contradições presentes, nas relações todo e parte da sociedade concreta, por isso consideramos a mesma enquanto uma categoria de totalidade e dialética.

Tomaremos a memória em sua dialética, considerando a mesma nessas três dimensões, relacionando a memória coletiva (do grupo dos professores intelectuais que enfocaremos) com a memória social (os professores como um grupo social), a fim de estudar a memória dos professores intelectuais de primeiras letras em Vitória da Conquista. Esses considerados como interlocutores do republicanismo que se instalava, e também construtores e difusores, em âmbito local, do ideal do ser professor, que ao longo do tempo foi permanecendo e se atualizando dentro desse grupo, o qual guarda na memória social da cidade a ideia do professor exaltado, prestigiado, referenciado socialmente, ainda que a conjuntura atual apresente uma realidade completamente adversa a esse fato.

A fim de realizar nossa pesquisa, utilizaremos como recurso a memória escrita. Nela verificaremos como as fontes escritas, sobretudo jornais, apresentam um registro de verdade, a partir do momento em que são constantemente referenciadas e revisitadas, ao longo do tempo, ganhando gradativamente veracidade, e compondo parte da memória social, que guarda o ideal do professor intelectual republicano.

A referência aos grupos remete a compreensão de que, dentro de uma mesma sociedade, estão presentes identidades, culturas, interesses, estamentos e instituições, que convivem de maneira contraditória e conflitiva na referida sociedade, e que:

[...]esta multidisciplinaridade de categorias sociais corresponde à pluralidade de memórias coletivas, dentro de um mesmo sistema social [...] mas posto que cada sociedade compreende muitos grupos, cujos interesses e valores podem diferir entre si, deveremos compreender que a memória coletiva é sempre intrinsecamente plural: o resultado nunca é adquirido definitivamente, de conflitos e compromissos entre ‘testamentos’ de distintas memórias. O lugar onde estes testamentos se enfrentam é a esfera pública, a arena onde grupos diversos competem pela hegemonia sobre os discursos plausíveis e relevantes dentro da sociedade em seu conjunto. (MONTEPERELLI, 2004, p. 14-15)⁵⁸.

É importante destacar que estamos considerando o campo das memórias coletivas, e memória escrita, como variantes da memória social, que seria a categoria totalizante, abrigando, também, as experiências de vida ou memórias individuais (SÁ, 2007b). Perspectiva essa diferente da apresentada por Halbwachs (2006), que considerava a memória coletiva como sendo a categoria totalizante, por abrigar, dentro de si, as memórias individuais, que seriam fundamentalmente dependentes dela.

⁵⁸Tradução nossa.

Halbwachs (2006, p.106) considerava que não existia nenhuma memória universal, porque toda memória coletiva teria como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço, ou seja, o que existiriam seriam multidisciplinaridades das memórias coletivas, uma vez que, para ele, não se pode reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser quando se tira da memória dos grupos que guardam suas lembranças. Afirmava, também, que quando um grupo mantém relações com outros grupos, muitas ideias resultam de semelhantes contatos, o que equivale dizer que, quando uma família vive por muito tempo na mesma cidade ou muito próximo dos contatos desta, surgem então lembranças “[...] comuns aos membros dos dois grupos [...] por outro lado basta que alguns membros da família deixem a cidade para que tenham menos facilidade para lembrar” (HALBWACHS, 2006, p. 52), daí concluir que a memória coletiva permanece viva por conta do grupo que a mantém.

O autor também chamava a atenção para a observação de que um grupo inserido no tempo e no espaço o molda à sua imagem, mas também, se adapta às condições materiais que lhes resistem: “não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio”. (HALBWACHS, 2006, p. 159).

Halbwachs, ao conceber a memória, recupera as influências recebidas pelas noções durkheimianas, de solidariedade mecânica e consenso moral, e não observa as tensões dialéticas, deixando ausente de suas análises as lutas pela dominação, conflitos, interesses antagônicos de grupos, a relação dialógica entre as memórias individuais e as coletivas. Sujeitando, desse modo, a memória ao campo de uma sociedade coesa. Para ele, tanto a memória quanto a identidade que a determina seriam sistemas estáticos e coerentes, de acepções e valores que permitiriam manter e solidificar os laços afetivos existentes entre os membros de um grupo, materialmente e mentalmente identificados no tempo e no espaço, em constante harmonia. Ao contrário dele, partimos da compreensão de que a memória social compreende as tensões e as relações entre as dimensões individuais com as dimensões sociais, e seria constituída pela integração de diferentes passados, num passado comum aos membros de uma coletividade, em sua relação dialética. (PERALTA, 2007).

E, como ressalta Sá (2007b), a memória social desempenha um caráter construtivo, de manter, atualizar e significar as experiências pessoais e de grupo, que aparecem tanto no campo do vivido quanto no apreendido, conceito esse bastante utilizado pela abordagem psicossocial, segundo a qual, quando falamos nesse tipo de memória, podemos estar tratando de muitas coisas, não necessariamente muito diferentes de si, mas distinguíveis.

Uma outra variável da memória social, muito pouco estudada e importante para o nosso campo de estudo é a chamada memória geracional, se destacando as pesquisas realizadas por Aróstegui (2004) e Magalhães⁵⁹ (2007). Para os referidos autores, a memória também está correlacionada com a experiência e a história de grupos, contudo, a mesma realidade de um dado grupo seria permeada por convivências entre contemporâneos e coetâneos. Os segundos compartilham hábitos e vivências comuns, entre si, ao participarem de um processo histórico comum, que formam uma memória geracional e, por sua vez, herdam ou compartilham experiências com os primeiros, ou seja, há um compartilhamento de estratificações de vivências e experiências que, em sua dialética, organizam os processos sincrônicos e diacrônicos que definem a memória social.

Sá (2007b, p.293) considera as memórias geracionais ou memórias comuns, como sendo:

[...] coleções de muitas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, construídas independentemente umas das outras. Por força de sua participação comum em dado período histórico, em dada configuração cultural ou em dado estrato social, tais pessoas teriam sido expostas aos mesmos fatos, às mesmas informações, aos mesmos gostos, etc., e deles guardariam aproximadamente as mesmas lembranças.

Essas memórias são balizadas por eventos históricos, mudanças sociais e preferências culturais que podem ter sido objeto de elaboração de alguns grupos, mas, não necessariamente, de todos os participantes de uma coletividade; porém, podem ser apropriadas por quase todos os integrantes de uma mesma geração, o que lhes confere uma identidade característica e única.

Edward Palmer Thompson (1987, p.10), historiador marxista britânico, em sua obra clássica “*A formação da classe operária inglesa*” estabelece o campo das experiências como sendo resultado das experiências comuns (herdadas e partilhadas), que estão presentes tanto na formação da classe, determinadas pelas relações de produção de onde nasceram ou foram inseridos, quanto na consciência de classe, a forma de como essas experiências seriam tratadas, em termos culturais (tradições, valores, ideias, instituições etc.). Desse modo, apesar

⁵⁹ Magalhães (1999, p. 214) tenta analisar a incidência das políticas educacionais sobre determinados grupos de idade. Atravessando as décadas de vida, toma em sua análise a ótica da abordagem geracional, discussão que faz desde a tese de doutorado, 1999, quando, após realizar uma “radiografia” das características básicas que definem os sujeitos sociais das cinco gerações analisadas por ela, de 1926 até 1975, tais como trabalho, educação, gênero, religião, etc., observa as experiências comuns, à medida que esses grupos coetâneos envelheciam. Constatou, dentre outras coisas, que “o que se pode abstrair da chamada realidade comum, organizadas por intermédio das idades e gerações, é a evidência de que, a partir da existência de jovens, adultos e velhos, historicamente localizados na sociedade, pode-se construir uma importante análise do desenvolvimento social como um fator de continuidade, de sobrevivência, das características de uma sociedade pela renovação geracional”.

do enfoque de Thompson ser classista e Aróstegui geracional, ambos compreendem a experiência nessa dupla caracterização e ressaltam sua importância, sobretudo, quando se trata de estudos relacionados aos grupos sociais, sejam eles da natureza que for, da camada que for. Em ambos, a experiência aparece como elemento velho e novo, ou seja, em algo que é e não é, ao mesmo tempo, inédito resultado de uma realidade anterior e também projeto de uma vindoura. As experiências dos grupos sociais produziram, portanto, memórias.

A partir dessas considerações, compreendemos que a própria dinâmica da pesquisa está indicando que não podemos prescindir da concepção dialética da memória, uma vez que não podemos separar o todo das partes, nem quando abordamos a coletividade e as particularidades, nem as localidades e nacionalidades, e nem as questões temporais. É nesse sentido que situaremos, nesse processo, os professores intelectuais conquistenses republicanos, tendo como recurso de pesquisa a memória escrita.

5 A MEMÓRIA DE PROFESSORES INTELECTUAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA: ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA REPÚBLICA

Definimos a categoria do professor intelectual, como aquela cunhada a partir dos finais do século XIX e começo do século XX, compreendendo toda transformação sociopolítica, econômica e cultural, presente no mundo ocidental, que fez emergir dentro das camadas médias em construção e ascensão, homens que atuavam, ao mesmo tempo, nas áreas do saber, das letras e da política. Esses, pouco a pouco, foram adquirindo o seu prestígio e ganhando o seu espaço na sociedade, buscando intervir na realidade concreta, tanto no contexto de revolução ou reforma, em oposição, ou não, aos governos vigentes, sejam eles na Europa, EUA, América Latina, Brasil ou Vitória da Conquista.

Guiada por essa perspectiva, vamos buscar nos registros indícios de memórias escritas sobre as atuações de professores intelectuais conquistenses, durante as quatro décadas da instalação da República brasileira, compreendendo que as transformações conjunturais, presentes no Brasil naquele momento histórico, possivelmente, possibilitaram a construção de novas concepções de homens, a partir de novos valores psicossociais que devem ter sido registrados, enaltecidos e configurado uma memória necessária para o desenvolvimento dessa sociedade.

Por meio das fontes, principalmente escritas, podemos localizar pelo menos dois grupos de professores que atuaram nesses momentos históricos e que, tudo indica, foram guardiões de uma memória coletiva singularmente, apreendidas, registradas e guardadas na memória histórico-documental. Trata-se de um estudo que recorre à memória histórica, ou seja, que registra as memórias comuns ou coletivas, pessoais, de grupos sociais, por meio de construção de monumentos, registros orais e escritos, nomes ou referências, instituições, obra de arte etc., que geralmente são registrados em um dado momento.

No presente estudo, estamos considerando que, nos registros escritos, encontramos a preservação da memória social de professores que se tornaram fundamentais para a sua permanência ao longo do tempo. Ainda hoje, encontramos a continuidade dessa imagem em nossa cidade, mesmo que modificada, a partir de determinadas necessidades.

Nos registros escritos, a memória dos que atuaram como professores e intelectuais vai sendo conservada, na medida em que aqueles são constantemente revisitados e referendados nos estudos de bibliografias e pesquisas locais, como fatos que servem para manter o ideal de cidade, de homens professores que atuaram em um dado momento, parecendo indicar que

é preciso manter viva essa Memória. Os nomes desses são encontrados em ruas da cidade, escolas, centros de cultura etc., além de sempre compor os registros biográficos e de escritos anteriores e posteriores ao período de estudo. Na maioria das vezes, esses registros referenciam o ideal de professor, como alguém superior, que merece respeito social, embora tenha havido profundas mudanças na sua concepção concreta. De igual modo, sobrevive uma memória de grupo, ou seja, de professores, quando reservam para si esse lugar, tomando a referência do passado, ou, melhor dizendo, de uma memória coletiva construída socialmente. É nessa perspectiva que compreendemos que a memória social, em sua dialética, comporta as demais memórias enquanto partes que a compõem.

Nesse sentido, passamos a estudar um grupo de professores intelectuais que atuaram nas quatro primeiras décadas do século XX, em Vitória da Conquista, em dois momentos de desenvolvimento da República Brasileira, considerando um grupo que atua mais diretamente durante a chamada Primeira República e o outro na Segunda República, por ocasião da ascensão de Vargas. São velhos ou novos grupos sociais que passam a atuar como professores e intelectuais nos espaços de representatividade social e política.

À medida que fomos recolhendo e analisando as fontes escritas (jornais, livros de registros da Câmara Municipal, poesias, bibliografias locais, biografias), vamos observando que, durante a primeira e segunda República (especificadamente entre 1910-1945), encontramos uma memória escrita, de certa forma bastante rica sobre os professores, considerando que, naqueles momentos, não tínhamos uma sociedade com o nível básico da escolaridade. É interessante observar que alguns professores e matérias referentes à educação quase sempre estavam na ordem do dia dos jornais locais, ora noticiando a campanha em prol da criação de escolas, a fim de erradicar o analfabetismo, ora exaltando os professores, conforme podemos ver nos escritos de alguns textos dos próprios jornais, como o do jornalista Yolando Fonseca, em *A Vanguarda* (1927), e a do professor Mário Padre, escrito no Jornal *O Combate* (1934), fundado e dirigido pelo professor Laudionor Brasil:

PROFESSOR ELIO MELLO: Manifestação merecida – O prof Elio Mello passou pela cidade e foi alvo de “simpáticas manifestações” por parte do professorado. Às duas horas da tarde compareceram: o Delegado Escolar Residente: Antônio Mattos, prof Euclides Dantas e Laudionor Brasil, diretores do Educandário Sertanejo, e as professoras: Maria Leal, Maria Viana, Emília Carvalhal, Evergista Lamego, Idália Sampaio e Lídia Dantas. Todos os alunos da escola, representantes da imprensa e outras pessoas foram para prestigiar o professor (FONSECA. *A Vanguarda*, 1927, Ano I, nº 9).

O MÁXIMO PROBLEMA DO BRASIL: Diz o Prof. Mário Padre, considerando que só a instrução do povo resolverá as mazelas do país. “[...] O homem ignorante, o homem analfabeto, é uma célula morta, nociva, é um entrave ao progresso. E neste todo de mais de 40 milhões de homens que é o Brasil, quase 90% já na mais completa ignorância [...]” Portanto o maior problema é criar escolas, sobretudo primárias. Ele critica o número exacerbado de criação de universidades e faculdades, pois os ‘doutores’ só ficam nas capitais desempregados e temem o sertão. Fala que o homem pobre, sobretudo do campo, deveria ter noções de agricultura e fala que este horror e descaso vêm desde a época colonial, quando a imensa maioria era analfabeto, não tinha escolas primárias e tinha uma faculdade de Medicina. Ele questiona: como se construir um edifício sem bases? (PADRE, In: BRASIL. *O Combate*, 1934, Ano V. nº 39).

Consideramos o jornal como sendo uma fonte de memória escrita, que resume a visão do grupo social a que ele pretende atingir e representar. É um instrumento que, tudo indica, pretende lembrar e influenciar as relações e seu universo de leitores, de maneira complexa e conflitiva. É interessante a utilização dos jornais enquanto fonte de pesquisa, porque estes apresentam com maior ou menor ênfase determinados fatos, modos de dizer e vozes privilegiadas ou ocultadas nos processos e pautas que formam o cenário educacional, bem como sua capacidade em produzir memória social. Essa memória constitui uma forma de expressão própria dos membros de um coletivo que administra, produz, organiza e atribui sentidos às expressões, relações e tensões que mobilizam indivíduos e grupos sociais, partilhando um sentimento e modo de compreender e se relacionar no mundo. (MORAES, 2000, p.387-400).

Assim sendo, elegemos dois grupos de professores intelectuais que atuaram entre a Primeira República e a Nova, para realizar o presente estudo:

a) O nosso primeiro grupo de professores atuou entre 1910 até 1930. Trata-se de Ernesto Dantas Barbosa (*aprox.* 1850-1921), Manoel Fernandes de Oliveira (reconhecido como Maneca Grosso, 1869-1919) e Euclides Abelardo de Souza Dantas (conhecido como professor Tidinho, 1888-1943). Observamos que é um grupo de professores com diferença de idade considerável, ou seja, formado por um grupo de contemporâneos, que são unidos, apesar de suas singularidades, a um ideal comum. Esse ideal permitia que os mesmos convivessem harmonicamente, compondo o mesmo grupo, a partir do momento em que atuavam nos mesmos espaços, construindo inclusive, laços de amizade e defendendo posições comuns, embora, de vez em quando, divergentes.

Ernesto Dantas Barbosa nasceu em Caetité, em meados do século XIX, próximo ao ano de 1850⁶⁰. Lá exerceu, desde jovem, a função de professor e jornalista. Seu pai foi professor, e fundou um estabelecimento de ensino de primeiras letras, no qual o próprio Ernesto foi aluno e, posteriormente, professor. Mudou-se para Vitória da Conquista, a fim de ensinar os filhos de D. Umbelina Oliveira, viúva de um importante coronel da cidade⁶¹ e residente na Fazenda Jequitibá. Posteriormente, contraiu matrimônio com a mesma e adquiriu o título de coronel. (VIANA, 1982; TANAJURA, 1992).

Apesar de adquirir esse título, Ernesto Dantas permaneceu defendendo as posições que ele detinha, tanto que, segundo informações de um familiar⁶², uma condição imposta por Ernesto Dantas para aceitar casar-se com Dona Umbelina foi a de que ela alforriasse os escravos de sua propriedade e permitisse que ele os alfabetizasse, uma vez que era partidário das ideias republicanas e humanistas, de liberdade e igualdade, e também da doutrina kardecista. Dona Umbelina teria consentido e ele assim teria feito.

Ernesto Dantas adquiriu respaldo social, não pelo título de coronel que adquiriu e sim por saber ler, escrever e contar, e, como autodidata, ter aprendido diversas línguas estrangeiras (VIANA, 1982; ORRICO, 1982), realizando traduções, quando maestro da filarmônica chamada “Aurora”, que geralmente se apresentava nas festas cívicas e em datas comemorativas da cidade. Além de participar das agremiações culturais, foi poeta e fundador do primeiro jornal da cidade, em 1910, *A Palavra*⁶³, no qual era também redator. Utilizava as notícias para se posicionar politicamente ao lado do poder situacionista do Cel. Gugé, e também contra a perseguição católica, por ter sido o fundador do espiritismo na cidade. (VIANA, 1982, TANAJURA, 1992, AGUIAR, 2007). Nas “cantilenas”, assim expressou a sua crítica à Igreja Católica:

Nobre povo acorda! É tempo! Abre os olhos fita a luz! Da verdade trilha a senda, que ao progresso nos conduz [...] deixa os antros da ignorância, onde o clero te mantém! [...] Inferno, penas eternas, satanáas, a confissão – eis de Roma as ímpias armas, a monstruosa invenção [...] Eis os tempos são chegados – diz o céu, a terra, o ar – dessa igreja corrompida para sempre baquear! (DANTAS, In: COLETÂNIA CONQUISTENSE, 1976, p.77-78).

⁶⁰ Estamos considerando o registro iconográfico, em que aparece junto à sua esposa, mãe de Maneca Grosso, com pouca diferença de idade, já idoso, anos antes do seu falecimento, em 1921. Tudo indica que ele era mais ou menos vinte anos mais velho do que Maneca Grosso.

⁶¹ Manoel Fernandes de Oliveira.

⁶² Essas informações nos foram concedidas pela sobrinha de Ernesto Dantas, ainda viva, Dona Zenaide e contamos com a colaboração do historiador Fabiano Borges Sales, no contato com a mesma.

⁶³ De acordo com Oliveira (2005), os primeiros jornais foram manuscritos.

O segundo professor, objeto de nosso estudo, era considerado dono da “patente” de coronel, por ser filho de um dos “coronéis” mais importantes da cidade. Trata-se de Manoel Fernandes de Oliveira, conhecido como Maneca Grosso, que aprendeu a ler e escrever com seu padrasto Ernesto Dantas (que apresentamos a pouco) e, posteriormente, se tornou professor. É possível que Maneca Grosso tenha se espelhado em seu padrasto Ernesto Dantas, e decidido seguir “seus passos”, uma vez que ele passou a ocupar os mesmos espaços que Dantas, inclusive na postura dada em suas aulas ministradas em sua fazenda Baixa do Arroz - localizada no Morro da Tromba, perto do atual Distrito de Iguá, onde residia - quando atendia tanto aos seus filhos quanto aos filhos dos agregados, geralmente meninos, conforme verificamos na foto em anexo⁶⁴. Seguiu as pegadas de seu padrasto, também construindo carreira na imprensa local e nas agremiações culturais da cidade, destacando-se, sobretudo, na política, uma vez que ele foi uma das figuras mais centrais no confronto político entre coronéis, dos Meletes e Peduros, vindo a falecer, inclusive, por conta dos embates provenientes do mesmo. (MEDEIROS et al, 2009, VIANA, 1982).

E o terceiro professor desse grupo, Euclides Abelardo de Souza Dantas, era chamado de professor Tidinho que, embora tenha nascido em Salvador, em 1888, chegou a Vitória da Conquista em 1911. Como já exercia a função de professor e jornalista na capital, a sua vinda foi anunciada com destaque pelo jornal *A Conquista*, cujo redator e diretor foi José de Souza Dantas, que se referia a ele como sendo o “espírito superior, que viria morar na terra que era o berço da intelectualidade”. (DANTAS. In: *A Conquista*, 1911, s/p).

Assim que chegou à cidade, Euclides Dantas, assumiu a redação deste jornal e se posicionou a favor do grupo de Cel. Gugé, inclusive publicando os artigos escritos por Maneca Grosso, que era colaborador do referido jornal. Aquele sempre exaltava a figura do líder político, e de seu grupo, perceptível nos poucos exemplares que restaram desse jornal, e que conseguimos ter acesso em um acervo particular⁶⁵.

No contexto da Primeira República, Euclides Dantas também fundou agremiações culturais (MEDEIROS. In: BRASIL, 2002), bem como escolas, na década de 20, como o Educandário Sertanejo e o Colégio Cabral, no qual exercia as funções de professor e diretor.

⁶⁴Na foto, Maneca Grosso aparece entre seus alunos. Vale ressaltar que eram todos meninos, porém, não podemos afirmar com certeza que ele não dava aulas para meninas também.

⁶⁵Preocupado com a preservação e recuperação da história e memória local, o Prof. Ruy Medeiros possui um riquíssimo acervo, com documentos diversos, dentre eles, exemplares de jornais que datam de 1911 até os dias atuais, que recebeu como doação de algumas famílias tradicionais da cidade e, também, das investigações que realizou e realiza, ao longo de sua vida como pesquisador, uma vez que ele é grande admirador da história de Conquista.

b) Nosso segundo grupo de professores atuou entre os anos de 1930 a 1945: Euclides Dantas (que continuou atuando nos mesmos espaços), Laudionor de Andrade Brasil (1901-1950) e Camillo de Jesus Lima (1912-1975). E, assim como no grupo anterior, poderíamos dizer que apresentam uma certa interação geracional, sobretudo através de Euclides Dantas. É um grupo que também possuía um ideal comum republicano, que os unia nos mesmos espaços que atuavam.

O professor continua atuando após a Primeira República, uma vez que Ernesto Dantas faleceu em 1921, e Maneca Grosso, em 1919, acompanhando as mudanças provenientes do cenário nacional, na chegada de Vargas ao poder. Tendo permanecido nas esferas sociais que ocupava (nas áreas do saber, das letras, da política, da imprensa) desde sua chegada em 1911, Euclides Dantas, ainda detentor de prestígio social, continuou, mesmo após a década de 30, já na casa dos quarenta anos de idade, dirigindo escolas (Marcelino Mendes), sendo o orador oficial das festas cívicas e das cerimônias oficiais, e convidado para compôr o hino da cidade. De acordo com Lima (In: BRASIL, 2002), desde 1935 que ele já se encontrava cego e, ainda assim, continuou colaborando com a imprensa; fez uma obra biográfica sobre Régis Pacheco, quando este já era prefeito da cidade (1937-1945). Foi um dos fundadores da Ala das Letras de Conquista, em 1938, já partilhando com uma nova geração de intelectuais, mais novos, espaços considerados de encontro dos letrados conquistenses, que o respeitavam. (LIMA, 1975; VIANA, 1982, TANAJURA, 1992).

De acordo com Viana (1982) e Tanajura (1992), Euclides Dantas, durante toda sua trajetória, ministrava aulas particulares em sua residência, para crianças de famílias tradicionais da cidade, como também para alunos das camadas menos abastadas, os quais não tinham condições de realizar o pagamento. Além disso, assumia de vez em quando a posição de advogado nos tribunais, defendendo gratuitamente os réus que não tinham condição de pagar e que eram levados ao júri. Com isso, adquiria o carinho e respeito da camada mais carente e, apesar de ter sido sempre referenciado na cidade devido o seu prestígio, sempre mencionado em jornais - como *O Combate* - e ter sido homenageado com seu nome na Escola Normal, fundada em 1952, ele faleceu, em 1943, pobre, depois de ter passado necessidades financeiras por anos. (BRASIL. In: *O Combate*, 1936. Ano VIII).

O segundo professor, Laudionor de Andrade Brasil, nasceu no dia 13 de fevereiro de 1901, em Vitória da Conquista; era filho do carpinteiro Manoel de Sena Brasil e Henriqueta Andrade Brasil, iniciando seus estudos primários em 1907 e se estendendo até 1910, na escola pública da professora Honorina Andrade, concluindo até o terceiro ano primário. Desde criança, ele começara a trabalhar em casas comerciais da cidade, continuando como

balconista, até 1920. A partir desse período, foi ser aprendiz de alfaiate na alfaiataria de Otávio Moreira, permanecendo até 1922, quando foi sorteado a prestar o serviço militar em Maceió, retornando em 1924 para trabalhar em lojas comerciais. Em 1929, com 28 anos, fundou o jornal mais importante da cidade, entre as décadas de 1930 a 1964, que sobreviveu à sua morte, em 1950, e foi fechado pela censura da ditadura militar: *O Combate*. No entanto, já publicava poesias desde 1918, com 17 anos, no jornal *A Palavra*, cujos redatores eram Ernesto Dantas e Euclides Dantas, ganhando visibilidade entre o grupo de letrados da cidade. Euclides Dantas foi um dos seus principais incentivadores e do qual foi auxiliar no Educandário Sertanejo, além de dirigir sua própria escola, o Externato Brasil⁶⁶, colégio situado ao lado da tipografia do *Combate*⁶⁷, ambos com o ensino primário. Também foi um dos fundadores do Partido Liberal Conquistense, ao lado do Cel. Deraldo Mendes (que fazia oposição ao grupo de Régis Pacheco), da Ala das Letras; foi vereador, já pelo Partido Autonomista de Régis Pacheco, após se desvincular do grupo de Deraldo Mendes, em 1936. (BRASIL, 2002).

É importante destacar que, conforme já mencionamos anteriormente, os conflitos existentes entre os partidos políticos nessa época continuavam sendo mais pela busca do poder do que por questões ideológicas. Apesar da fundação do Partido Liberal Conquistense aparecer como uma proposta inovadora, modernizadora, que visava combater o tradicionalismo de gestões anteriores, o próprio líder do partido era um coronel tradicional, que comungava de ideais positivistas e liberais de exaltação da pátria, progresso da cidade, etc, tal como as demais lideranças do período, incluindo os seus opositores.

O terceiro professor deste grupo, Camillo de Jesus Lima, é o mais conhecido pela memória escrita da cidade, por sua atuação política e poética. Nascido em Caetité, em 1912, veio, em 1935, para Vitória da Conquista. Aprendeu a ler e escrever com seu pai que também era professor. Também, por meio do autodidatismo, se tornou professor de português de escolas primárias e, depois, do Ginásio de Conquista, sendo também redator do Jornal *O*

⁶⁶ EXTERNATO Brasil: aos pais de família. In: ANDRADE Laudionor. **O Combate**. Vitória da Conquista. Ano I, nº 26, 22 de fevereiro de 1930. Notícia: Fundou nessa cidade no dia 10 desse mês, Laudionor Brasil este externato. Ele não aceita mais do que 20 alunos. Funciona o colégio no prédio contíguo a Tipografia de O Combate.

⁶⁷ De acordo Oliveira (2005), o jornal *O Combate* foi fundado no dia 11 de agosto de 1929 por Laudionor Brasil, e durante os anos que sobreviveu, até 1964, teve como redatores os professores Flaviano Dantas, Euclides Dantas, Clóvis Lima, Camillo de Jesus Lima, Padre Palmeira, Aníbal Viana, e também intelectuais como Erathóstenes Menezes, Orlando Leite e Newton Gonçalves.

Combate, secretário municipal do governo de Régis Pacheco⁶⁸, um dos fundadores da Ala das Letras e membro do Partido Comunista. (LIMA, In: REVISTA, 1975, p. 203; LIMA, s/d).

Em uma sucinta autobiografia feita no discurso que proferiu em sua posse, na Academia de Letras de Ilhéus (cuja data não consta no documento), Camillo de Jesus Lima reafirma em sua trajetória de vida sua formação autodidata⁶⁹, bem como seu posicionamento político, conforme podemos verificar nos trechos abaixo:

“[...] aos trezes anos de idade, matriculei-me na velha e tradicional escola normal de Caetité – minha terra natal. Submeti-me aos exames de admissão sem nenhum curso primário regular, valendo-me, apenas, dos ensinamentos recebidos de meu pai, homem de vasta cultura e autodidata, como eu. Fui aprovado, com distinção e louvores. No terceiro dia de aula, convidou-me o professor de português a ir ao quadro-negro. Para que eu o analisasse logicamente, lá estava um trecho de A última corrida de touros em Salvaterra. Analisei-o, a meu modo, desprezando a nomenclatura oficial, ensinada no método de análise de Carlos Góis, então adotado na Escola Normal. Esta oração é coordenada, vem ligada à principal por uma conjunção de primeira classe. Circunspeto e imponente, o professor olhou-me com ares solenes, cruzou as pernas e ajeitou os óculos do nariz. – o senhor analisou o trecho, não usou, entretanto, a terminologia oficial, ensinada pelos mestres, não disse se a oração é coordenada sindética ou assindética. Sente-se, interrompeu o mestre. Vou chamar outro aluno ao quadro negro. Preste atenção ao que ele vai dizer; já que não teve tempo ou vontade de passar a vista no livro, aprenda com ele como se deve analisar rigorosamente. Não me sentei. Dei-lhe as costas. Saí da sala. Transpus o portão de saída. Nunca mais voltei a Escola Normal de Caetité. Passaram-se os anos. Nos idos de 1943, em modesto quarto de pensão, a rua Correa Dutra, completava eu a indumentária com que deveria apresentar-me ao edifício do Conselho Municipal, onde receberia da Academia Carioca de Letras, ali provisoriamente instalada, o prêmio que coubera ao meu livro POEMAS. Canhestro, ajeitava o smocking. Sentia-me preocupado por ter de enfrentar, dentro de meia hora, o salão [...] Enquanto aguardava os retoques finais que eu dava a gravata, Afonso Costa passou a admoestar-me quanto a inconveniência de permanecer em meu discurso de agradecimento certa frase violenta e irreverente, com relação a decadência da literatura nacional, dirigida e asfíxiada pelo Santo Ofício do Estado Novo.

-O representante do presidente da república estará presente. Você vai criar um caso para si mesmo e para a Academia. Acomodando, pela última vez, a cabeleira, então revolta e romântica, respondi-lhe:

só vejo uma solução capaz de evitar constrangimentos a Academia: deixarei de comparecer a sessão, telefone a casa, dizendo que adoeci seriamente e designe um acadêmico de sua confiança para que me represente. Não mudarei uma vírgula em meu discurso. Ou o lerei como está, ou não o lerei.

⁶⁸ Vide: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista - Livro de Atas para tomada de contas da Prefeitura (1938-1948) e Livro de Decretos e Portarias (1943-1945).

⁶⁹ O discurso é um documento inédito, não datado, mas assinado por Camillo de Jesus Lima e conta com 20 páginas e transcrevemos apenas os trechos que consideramos importantes para discussão. Contamos com a colaboração da Profa. Ana Palmira B.S. Casimiro, na localização do mesmo.

Comecei a despir o smocking, disposto a não ir. Afonso Costa levantou-se bateu em meu ombro: - Vamos cangaceiro teimoso, o carro está esperando, leia seu discurso e agüente as conseqüências... Li o discurso, na íntegra, as conseqüências não vieram, felizmente, experimentei imensa alegria interior, não havia traído minha consciência. Continuei e continuo a ser, na maturidade e na pré-velhice, aquilo que fui na infância e na adolescência, rebelde, indisciplinado, anticonvencional, arredio, introvertido e sincero até a violência. Sou rebelde e indisciplinado por índole e formação. Sou anticonvencional por princípios. Sou arredio e introvertido, jamais restringi meus ímpetos ante a pressão de estatutos ou normas, de artigos e parágrafos, do faça ou não faça. Alheio ao juízo ou opinião de terceiros, escrevo para minha satisfação íntima, não para satisfação ou insatisfação dos outros. Considero-me o único juiz do que bem ou mal realizo (LIMA, s/d).

5.1 A MEMÓRIA ESCRITA DOS PROFESSORES INTELECTUAIS NOS ACHADOS DA PESQUISA HISTÓRICO DOCUMENTAL

Nos registros escritos pesquisados vamos encontrar as seguintes referências sobre professores que atuaram como intelectuais até a década de 30 na nossa cidade. Entre outras, as publicações dos memorialistas Aníbal Viana (1982) - que trata da trajetória de todos três)- e Mozart Tanajura (1992) - que trata mais sucintamente da trajetória dos três professores); bibliografias locais como: Israel Orrico (1982) - cita Ernesto Dantas e Maneca Grosso -, Souza (1999) - tratando da política local na Primeira República, cita Maneca Grosso -, Antônio Cipreste (2008) - cita Ernesto Dantas e Jeremias Oliveira (2005) - cita os três professores enfocando o lado da imprensa-; trabalhos acadêmicos: Aguiar (2007) - cita Ernesto Dantas por ter sido o fundador do espiritismo, mas também menciona os outros dois, quando trata dos jornais locais -, Medeiros (2009) - enfoque em Maneca Grosso, no conflito Meletes e Peduros -, Magalhães e Casimiro (2005, 2007) - citam Euclides Dantas, no mapeamento das primeiras escolas-; discurso de Clóvis Lima, publicado na Revista da Academia de Letras da Bahia (1975) - cita os três-; poesias escritas por eles e prefácio de Clóvis Lima, publicados na Coletânea Conquistense (1976) - cita os três; Livro de Atas do Conselho Municipal (1921) - prestou uma homenagem a Ernesto Dantas, pelo seu falecimento -; exemplares do Jornal *A Conquista*, de 1911, quando Euclides Dantas era redator, *A Vanguarda*, de 1926, menciona em uma notícia uma cerimônia solene no Educandário Sertanejo, cujo diretores eram Laudionor Brasil⁷⁰ e Euclides Dantas. Após analisarmos os registros acima descritos, verificamos que tudo indica que, embora todos três tenham ocupado

⁷⁰ Apesar de já em 1926 Laudionor Brasil ter sido diretor de escola junto a Euclides Dantas, ele passou a ser conhecido e atuar mais ativamente a partir da década de 30.

os mesmos espaços de atuação (saber, cultura e política), Maneca Grosso parece ter tido mais destaque como político, poeta e professor-educador, enquanto que Ernesto Dantas e Euclides Dantas se destacaram mais enquanto educadores, jornalistas e fundadores de agremiações culturais, sendo que o primeiro esteve mais ligado à fundação de filarmônicas e o segundo às revistas literárias.

Ao afirmar que Ernesto Dantas e Maneca Grosso foram os dois primeiros intelectuais de Vitória da Conquista, Tanajura (1992) ressalta o destaque que esses tiveram, não somente por apenas saber ler e escrever - mesmo porque, apesar de a cidade se constituir por uma sociedade em sua maioria analfabeta, existiam outros poucos homens que liam e escreviam, e inclusive ensinavam, e não tiveram o destaque que eles tiveram – mas, sim, por todo capital cultural adquirido pelos primeiros. Capital esse que permitiu que, mesmo com condições mínimas de escolaridade, se tornassem eruditos, e atuassem em vários espaços sociais, lhes conferindo o título de intelectuais e formadores de gerações. O próximo nome, após os deles, foi o de Euclides Dantas, que era o mais novo de idade do grupo.

Os registros escritos, sobretudo as obras de memorialistas, bibliografia local e jornais, pautados nas influências positivistas de exaltação de grandes nomes, grandes fatos, ufanismos etc., quando se referem a esse grupo de professores, ressaltam-nos como sendo as maiores figuras intelectuais que a cidade conheceu desde então, relatando seus feitos exaltados, e aliados ao mito conquistense do berço da intelectualidade e dos precursores do progresso. Orrico (1982), falando da filha de Ernesto Dantas, também o ressalta, destacando:

Filha do coronel Ernesto Dantas Barbosa e de Umbelina de Oliveira Dantas, Maria Dulcina Dantas Moreira nasceu neste município, no ano de 1876, e faleceu na cidade de Poçoões, no dia dez de maio de 1930. Criança alguma de seu tempo, nestes sertões, recebeu tão esmerada educação. Filha de grande renomado mestre, cultor das letras e artes, poeta, jornalista, dramaturgo, latinista, músico e vernaculista, poliglota – falava inglês, francês, espanhol, italiano – todo ele um cabedal de cultura, do pai recolheu excelente formação literária, filosófica e musical. Ernesto Dantas fazia questão de transmitir aos descendentes os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, árduos serões dedicados aos estudos. A filhos e netos o professor esforçou-se por lhes legar o saber. [...]. Os meninos começavam a freqüentar as aulas, onde até um pequeno internato funcionava. Eram as crianças que residiam na casa do professor, durante o período letivo. Na volta diária da escola, os filhos de Dulcina contavam-lhe quem tinha aparecido para conversar com o professor. Geralmente gente grande da cidade. Políticos, jornalistas, poetas. Quando tinham pressa, procuravam Ernesto no meio da semana e destes falavam-lhes as crianças. No mais, visitavam o mestre aos domingos, pedindo-lhe opiniões, conselhos, ou iam apenas rever o amigo. [...] Dinâmico amante da música, Ernesto funda a sua filarmônica e reúne-se com amigos e familiares, executando as melodias mais caras. Fazem os concertos

na fazenda e, havendo ali no Jequitibá, poucas pessoas e considerável quantidade de monos, o professor apelidava de Filarmônica dos macacos [...] efetuava apresentações na cidade, especialmente em festas promovidas pela Igreja Matriz. Maneca Grosso fazia parte dessa Filarmônica. (ORRICO, 1982, p. 47-49).

Poucos registros poéticos ficaram de Ernesto Dantas, como, por exemplo, a poesia intitulada *Protesto*, e as *Cantilenas* (poema em que ele critica a igreja católica, por manter o povo na ignorância, acreditando em inferno, penas eternas, confissão, satanás etc.). Seguem alguns trechos

Irmãos, escutai! Alerta escutai! Que a voz da razão percorre a amplidão. Deixa os antros da ignorância, onde o clero te mantém [...] Inferno, penas eternas, Satanás, a confissão, eis de Roma as ímpias armas, a monstruosa invenção. [...] Esse julgo, que te avilta, arranca e quebra de vez! Dos lares varre essa lepra! Imita o povo francês. [...] Os homens todos sem exceção merecem surra de cansação [...] se alguns merecem execração, bem vês que indignos nem todos são [...] os homens todos sem exceção merecem doce com requeijão (DANTAS. In: COLETÂNEA..., 1976, p.77 - ,80).

Cipreste (2008), ao publicar um livro local sobre a trajetória do espiritismo em Vitória da Conquista, dedica ao seu fundador Ernesto Dantas alguns atributos:

Ernesto Dantas Barbosa, desde cedo, demonstrava ser possuidor de rara inteligência, que se somava a intelectualidade do pai, o professor Manoel Barbosa [...] Segundo os poucos registros que se tem a respeito, por volta de 1890, mudou-se para Vitória da Conquista e foi morar na Fazenda Jequitibá [...] Casou-se com Dona Umbelina Maria de Oliveira, viúva do Cel. Manoel Fernandes de Oliveira [...] era possuidor de uma inteligência sem igual. Era considerado o maior talento entre os homens leigos do sertão. Educador, músico, escritor, falava fluentemente o inglês, o francês, o italiano, o espanhol e o latim, além de possuir um vasto conhecimento sobre astronomia, geografia e história universal [...] Homem de caráter sem igual e de uma bondade que encantava a todos, chegou a receber o título de coronel, mesmo sem ser militar. Fato que só acontecia com pessoas com um alto conceito perante a sociedade. [...] No início do século XX já conseguia fundar a Filarmônica Aurora, o início de uma tipografia, objetivando a publicação de uma gazeta quinzenal, além de atividades de assistência aos menos favorecidos. Desencarnou no dia 26 de maio de 1921 e recebeu homenagens das personalidades mais ilustres de Conquista que exaltaram as suas qualidades como homem de bem. (CIPRESTRE, 2008, p. 17-20).

Quando nos reportamos a Viana (1982), Orrico (1982), Cipreste (2008) e Dona Zenaide⁷¹, sobrinha de Ernesto Dantas, verificamos, por meio de seus registros, que há uma memória sobre o referido professor, enaltecendo-o com todas as atribuições de um professor intelectual e que ainda permanece viva Destarte, basta observarmos no relato da família de

⁷¹ Dona Zenaide permitiu que seu nome fosse citado no presente trabalho.

Ernesto Dantas⁷², concedido esse ano, e a publicação de Antônio Cipreste (2008) “*100 anos de espiritismo em Vitória da Conquista*”, destacando o seu fundador Ernesto Dantas.

Para Viana (1982, p.444-446), Ernesto Dantas:

[...] neste município espargiu a luz do seu saber e muito concorreu para o alevantamento da instrução, como magnífico mestre. [...] O professor Ernesto Dantas tinha sua escola na fazenda Jequitibá onde ficou residindo depois de casado. [...] Com razão dissemos não ter sido ele um homem vulgar e sim, um dos mais ilustrados e talentosos sertanejos da Bahia. [...] foi mestre, também foi educador provecto. Em sinal pelo muito que fez para o desenvolvimento intelectual de grande número de conquistenses e pelo progresso da comunidade, o Prefeito Edvaldo Flores, num aplaudido ato de justiça e reconhecimento deu seu nome a uma de nossas ruas centrais. Quem passa hoje, pela Rua Ernesto Dantas e vê a placa com seu nome, fique sabendo que ele foi um grande vulto da História de Conquista.

Quando Medeiros (2009) relata o conflito político dos Meletes e Peduros⁷³, cita Ernesto Dantas como conciliador, já em um momento de dissidência política entre Maneca Moreira e Cel. Gugé:

Em 21 de outubro de 1918, em segunda reunião, pois na primeira, no dia 20, não houvera quorum, foi eleito o diretório, que ficou composto de Paulino Fonseca, Paulino Fernandes de Oliveira, Cassiano Fernandes dos Santos Silva, Leôncio Satyro dos Santos, tendo como seu presidente Antonio Agripino da Silva Borges (Agripino Borges). O último, como dissemos, do grupo de Maneca Moreira, ausente este de ambas as reuniões. A eleição do diretório motivou outro rompimento: diante de nova tentativa de acordo, Maneca Moreira encarregou seu sogro, Ernesto Dantas, de escrever as bases da conciliação, que seriam apresentadas ao grupo do Intendente Municipal. (MEDEIROS, 2009, s/p).

No entanto, o Cel. Maneca Moreira recuou após a solicitação feita a Ernesto Dantas, que a essa altura se via na seguinte situação: tanto o Cel. Maneca Moreira, quanto Maneca Grosso, eram membros de sua família; o primeiro era seu genro, casado com sua filha Maria Dulcina Dantas Moreira, contrário ao Cel Gugé, e o segundo era seu enteado Maneca Grosso, que lutava a favor de Cel. Gugé, sempre defendido por Ernesto Dantas.

Apesar de se encontrar nessa situação, tudo indica que Ernesto Dantas tenha se posicionado ao lado do grupo de Cel. Gugé, mesmo porque os que não o apoiaram foram considerados traidores, e chamados pejorativamente de Meletes (o grupo perdedor). Inclusive, o próprio Cel. Maneca Moreira foi embora da cidade, mudando-se para Poções,

⁷² Relato de Dona Zenaide.

⁷³ Que já mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho.

por vergonha da derrota, apesar de ser considerado o segundo homem mais rico da região. (MEDEIROS et al, 2009).

Recentemente foi organizada uma exposição - na Casa Memorial Régis Pacheco, localizado na Praça Tancredo Neves - pretendendo recompor os 90 anos do conflito entre coronéis Meletes e Peduros, e observamos que, na palestra proferida pelo Prof. Ruy Medeiros, na abertura da exposição, a maioria do público era descendente da família Santos Silva e Fernandes de Oliveira (do lado do Cel. Gugé), que se orgulhavam da vitória deste lado, na época que ocorreu o confronto. Relembrando as histórias contadas por seus pais ou avós que viveram naquela época, destacaram que ser chamado de Melete era uma vergonha para o cidadão, porque seria o mesmo que ser denominado de perdedor. Isso demonstra a permanência de uma memória construída, tendo como suporte além do que foi passado por meio das lembranças do grupo familiar, o registro escrito.

Apesar do conflito, após 1919, Ernesto Dantas continua como redator do jornal *A Palavra*, que se posicionava a favor de Cel. Gugé, o que nos faz inferir que Ernesto Dantas tenha se posicionado a favor deste e não em sua oposição.

Cabe lembrar, conforme já mencionamos anteriormente em capítulos anteriores, que na conjuntura do século XIX e começo do século XX, tal como afirmaram Medeiros (2009), Fonseca (1998), Souza (1999) e Ivo (2004) a tradição de poder das parentelas, representando uma centralidade política, provenientes no caso de Conquista de uma só parentela, geradora do tronco dos Fernandes de Oliveira/Santos, inseriu o Cel. Gugé como sendo a grande liderança política local, entre os anos de 1872 (mesmo quando não governou diretamente) até 1918, período de seu falecimento, além do comerciante, Cel. José Antônio de Lima Guerra, que governou entre 1896 e 1903 e que fazia oposição a aquele, juntamente com o Cel. Pompílio Nunes e o Cel. Maneca Moreira, sendo todos parentes. Cabe lembrar também que ambos os lados eram filiados ao Partido Democrático da Bahia e que a cisão que havia era pela busca da centralidade do poder local e não propriamente por conflitos ideológicos.

Quando Ernesto Dantas faleceu, em 1921, o Conselho Municipal lhe prestou uma homenagem, e no Livro de Atas deste Conselho (1917-1922), o conselheiro (vereador) Cel. Octávio Santos, no dia 26/05/1921, registra seus votos de pesar, referindo-se a ele como “educador e jornalista”, e decretou luto na sessão. Conforme vimos no primeiro capítulo, os municípios eram baluartes políticos e administrativos dos coronéis, tal como, definiu Pang (1979). Quando percorremos todos os livros de atas, durante os anos de 1910 a 1930, verificamos que os conselheiros eram todos “coronéis”, e sempre homenageavam, sejam póstumas ou não, as pessoas consideradas ilustres da cidade.

E dentre os nomes considerados mais ilustres da cidade, na década de 10, estava, o professor Maneca Grosso - quase sempre presente na memória escrita por sua agressividade (TANAJURA, 1992; MEDEIROS, 2008). Ele é revivido como sendo uma das figuras mais importantes no maior conflito político entre coronéis da década de 10, que houve na cidade - Os Meletes e Peduros:

Antecedendo ao confronto intitulado *Meletes e Peduros*, dois jornais se digladiavam, apresentando denúncias, muitas vezes pesadas, sendo portavozes dos dois grupos: de um lado, o jornal *O Conquistense*, que defendia o grupo de Maneca Moreira e, do outro, estava *A Palavra*, defensor dos *Peduros* que teve no Cel. Manuel Fernandes de Oliveira, o Maneca Grosso, um dos grandes nomes envolvidos no conflito. (MEDEIROS et al, 2009, p.3).

Seus escritos no espaço jornalístico, desde o início do século XX, mais precisamente em 1901, são utilizados para reafirmar suas posições políticas agressivas, como, por exemplo, no *Jornal de Notícias* de Salvador. O ataque que fazia aos seus inimigos políticos, como foi o caso do Cel. Pompílio Nunes e o Cel. Terêncio Nunes Bahiense, é assim noticiado “*Conquista: À Sua Majestade EL Rei Lobisho-mem e ao Príncipe seu Irmão*”.

Nos registros escritos apontados por Medeiros (2009, s/p), contextualizando a realidade política da Primeira República e enfocando a importância de Maneca Grosso no referido processo, o autor o destaca como partidário do Partido Republicano Democrata que, desde 1901 até 1919, ano em que faleceu, esteve atuando ativamente na política local, tendo na imprensa uma arma importante para a veiculação de suas ideias:

O coronel Francisco José dos Santos Silva assumiu a chefia do Partido Republicano e cuidou de reagrupar a numerosa família [...] Contou o coronel Francisco José dos Santos Silva com dois fortes militantes, dentre outros: Maneca Grosso, professor, poeta, jornalista e rábula, e João Diogo de Sá Barreto, bacharel. Estes usavam da imprensa para acicatar o coronel Pompílio Nunes de Oliveira. A partir de 1901, os artigos de Maneca Grosso no *Jornal de Notícias*, de Salvador, tornaram-se mais ferinos contra os adversários pompilistas. Em 1904, o coronel José Fernandes de Oliveira Gugé assumira o papel antes desempenhado pelo coronel Francisco José dos Santos Silva. Tornara-se líder da numerosa família. É ainda dentro de sua família que sairá o sucessor no governo local, como logo se vê. [...] Na disputa pelo controle do partido Republicano Democrata e na busca de apoio de J.J. Seabra, com necessária demonstração de força lado a lado, estavam os Meletes e os Peduros. Ambos estavam no mesmo partido, mas já divergiam entre si, já eram grupos distintos: Meletes e Peduros eram políticos conservadores. Em 1917 A luta, na imprensa, tornou-se mais virulenta. “O Conquistense”, em matérias duras, falava mesmo em “plano sinistro” por parte dos Peduros, para “exterminar a oposição”. O Intendente Major Leôncio Satyro Santos Silva passou a ser a vítima preferencial dos ataques

daquele jornal. Mas, os Peduros não deixavam por menos. Especialmente Maneca Grosso, nas páginas de “A Palavra”, atacava os adversários Meletes. Eram acusações intermináveis de lado a lado, não faltando sequer o ressurgimento de velhos fatos. Maneca Grosso faz graves acusações ao Juiz de Direito e ao Promotor Público, atribuindo-lhes haver planejado a libertação de Manuel Arruda (jagunço contratado por Maneca Moreira que estava preso) e empreitado o pessoal para isso. O artigo de denúncia de Maneca Grosso contra o Juiz de Direito e o Promotor Público intensificou as divergências que, há muito, transbordavam da política para a rivalidade fígadal entre muitas pessoas. Jagunços já eram empreitados por ambos os grupos. A caminho de sua fazenda, Baixa do Arroz, em 5 de janeiro de 1919, Maneca Grosso e seu amigo Cirilo Rodrigues foram surpreendidos por um grupo de pessoas armadas, que muito espancou o primeiro e assassinou o segundo.

A memória escrita sobre a cidade, encontrada em bibliografias locais e trabalhos acadêmicos, como também em fontes escritas, como jornais e registros oficiais, afirma que Conquista foi comandada pelos laços de uma mesma parentela, ainda que tivesse oposição dentro de si, como no caso da dissidência de Pompílio Nunes e Maneca Moreira com o Cel. Gugé. Nos seus escritos, Maneca Grosso, que dedicou, em 1911, algumas palavras para confirmar a hegemonia política de uma mesma família em Conquista (posteriormente Euclides Dantas, recém-chegado na cidade, também confirmou essa afirmação no mesmo jornal, ou seja, “*A Conquista*”, 1911. Ano I, s/p), destaca:

É por demais sabido que as famílias Santos Silva, Fernandes de Oliveira Ferraz, Oliveira Freitas, Correia de Melo, Andrade, Moreira, Mendes Gusmão e outras mais, sendo aliadas pelo parentesco constituem uma só e numerosa família, cuja preponderância política entre nós é incontestável. (GROSSO. In: *A Conquista*, 1911, s/p).

Falecendo dois meses depois, em decorrência dos ferimentos provenientes do espancamento que levou em janeiro de 1919, por jagunços contratados pelo grupo dos Meletes, Maneca Grosso redigiu a punho o poema “*Adeus Conquista*”, sempre revisitado pela memória local. Inclusive, sendo lembrado atualmente por alguns dos moradores mais antigos da cidade, sobretudo, em eventos sobre a história de Conquista, como a exposição que ocorreu em janeiro de 2009⁷⁴. Esse poema de Maneca Grosso o fez permanecer na memória da cidade como um herói, por ter falecido em prol de sua coragem, na luta a favor do lado “correto”, “vencedor” e por ter sido escrito a mão, poucos dias antes de falecer, se despedindo da cidade, e que foi vinculado logo após a notícia de seu óbito. De acordo com

⁷⁴ 90 anos dos Meletes e Peduros, sob a coordenação do Prof. Ruy Medeiros.

Viana (1982), deu ainda tempo de ele escrever várias cópias à mão, para serem entregues para seus amigos, vindo a falecer logo depois:

Adeus Conquista, meu torrão querido,
 Berço florido, que deixei ali...
 Onde, inocente, sob um véu dos enganados,
 Há cinquenta anos, infeliz nasci!
 Meus umbuzeiros, meus cercados campos,
 Meus pirlampos, lá dos prados meus,
 Meu céu, meu lar, divinais, formosos,
 Ouvi, saudosos, meu dolente – adeus!
 Velhos amigos que deixei distantes,
 Cujos semblantes, ao sair gravei
 No pensamento, eu vos peço – abraços
 De abertos abraços, se podeis...não sei!
 Meu horizonte, meu nadir, meus astros,
 Onde meus rastros eu deixei o chão,
 Onde vivendo meus seiscentos meses
 Tive revezes...infeliz paixão
 Meu sangue ingrato me fugiu das veias
 E cousas feias emprestou a mim
 Eu fui malvado, ou feroz na lida?
 Para o sangue em vida me deixar assim?
 Por ti, Conquista, se sofri...não nego!
 Nem te renego, como sabe Deus!
 És inocente, não me deste a morte
 Mas fora a sorte...fora o fado – adeus!
 (GROSSO, In: ORRICO, 1982; VIANA, 1982; MEDEIROS, 2009).

Aníbal Viana (1982, p.201), recorrendo ao jornal *A Palavra* (1919) que, na época, contava com Ernesto Dantas e Euclides Dantas como redatores do mesmo, transcreveu a edição de 9 de maio. Assim, apresentou a homenagem póstuma feita, pelo jornal, ao seu colaborador falecido há pouco tempo:

Poeta sentimentalista, cantando em estrofes admiráveis as belezas de sua terra natal, a vida lhe correria sossegada e calma [...] quando teve de enfrentar, ele só, uma luta, valendo-lhe este gesto de civismo a perda de sua vida. Jornalista de peso, manejando com admirável maestria a sua pena afeita aos prélios que dignificaram, o seu talento másculo fulgurou nas colunas de *A Palavra*, que se curva reverente a sua memória, desfolhando sobre a sua campa as flores da saudade: os lírios e os cravos roxos.

Viana (1982, p.201) também registra trechos do *Jornal de Conquista* de 1961, quando Camillo de Jesus Lima escreveu um artigo, na edição de 28 de janeiro, recorrendo à memória de Maneca Grosso:

Iremos sim, ao cimo da Serra da Tromba. Lá, ergueremos um obelisco. Nele, afixaremos uma placa. Na placa estará gravado um dos mais belos poemas⁷⁵ da literatura brasileira, escritos nos idos de 1919, por Manoel Fernandes de Oliveira (Maneca Grosso), conquistense de velha têmpera, homem de lutas e de ideias, complexo de talento nativo amalgamado à têmpera de bronze de uma lealdade sem peias.

De acordo com Medeiros (in: BRASIL, 2002, p.48-49):

Nomes como Alziro Prates⁷⁶, Odilon Silva⁷⁷, Ernesto Dantas e Maneca Grosso, dentre poucos outros, escreviam notícias, alguma crônica e poesia. Maneca era afamado, poeta valente, de pena irônica e combativa, fato que lhe valeu a morte traiçoeira. Dele, até hoje, os conquistenses recitam: De Cima do Morro da Tromba. Mas ele também escrevia versos líricos, íntimos, tendo deixado livro de poesias inédito.

De Cima do Morro da Tromba era uma poesia que tratava da paisagem desse morro, localizado em Conquista, descrita por Maneca Grosso, conforme podemos verificar no registro abaixo:

Em Cima do Morro da tromba,
 não há no mundo, na Terra.
 igual a esta, outra vista.
 Na falda daquela serra,
 está engastada Conquista.
 [...] Não é um lombo de terra
 que forma a crista da serra
 chamada Periperi [...]
 Encantada natureza,
 é tão distinta a beleza
 da vista desse lugar,
 que a mais eloquente musa
 versejaria confusa
 se aqui viesse cantar! (GROSSO, In: COLETÂNEA..., 1976, 131-133)

Também encontramos um outro poema do professor Maneca Grosso, publicado no Jornal *A palavra*, já em meados da década de 10, que o memorialista e jornalista Viana (1982, p.204) transcreveu:

Meio de vida de Simão (Escrito por Maneca Grosso)
 Papai, eu quero aprender uma arte que renda bem,
 Porque sempre ouvi dizer na Terra é grande o que tem...
 - Queres tu ser alfaiate? Aqui está o teu tesouro
 - Para que nós eu desate, ai papai não quero não!
 - Queres tu ser sapateiro? Dize lá meu maganão...

⁷⁵ Camillo de Jesus se referia ao poema *De Cima do Morro da Tromba*.

⁷⁶ Alziro Prates era jornalista e Coletor Municipal.

⁷⁷ Odilon Silva, além de jornalista, era bacharel.

- Eu lamber o ano inteiro? Ai papai não quero não!
- Se queres ser ferreiro, deves cuidar no carvão...
- Eu queimar-me no braseiro? Ai papai não quero não!
- E ourives? É um tesouro que a gente tem sempre a mão
- Eu vender latão por ouro? Eh papai não quero não!
- Se quiseres tabolita, mandes fazer o balcão
- Para ver freguês capeta? Ui papai não quero não!
- Se quiseres comprar gado é negócio de ricão
- Escutar ouvir boiado? Ai papai não quero não!
- Então cuides do celeiro e dos produtos do chão
- Eu lidar com jornaleiros? Ui papai não quero não!
- Então sejas Intendente e cuides na votação
- Pra inveja me ter no dente? Ui papai não quero não!
- Pois ao governo do Estado peças emprego Simão
- Para ficar no fiado? Eh papai não quero não!
- Queres tu ser arquiteto? Responde? Que tal então?
- Para andar de teto em teto? Ai papai não quero não!
- E juiz de beca ao peito com ares de sabichão?
- Para ser torto em direito? Oh papai não quero não!
- E engenheiro? É coisa lida por agulha em direção.
- Para bater a baliza? Ah papai não quero não!
- E esculápio? Tu que pensas? Podes cobrar dinheirão?
- Para lutar com doenças? Ai papai não quero não!
- Enfim se entrares com jeito no tesouro da nação?
- Este sim papai aceito, pois no Brasil o ladrão traz as medalhas no peito e a república na mão.

É interessante observarmos que no poema podemos localizar as principais profissões da época, mas, apesar de exercer na cidade a função a profissão de professor não aparece em seus versos. Seria porque era uma função considerada filantrópica, de pouca vantagem econômica, ou porque estava acima de todas as profissões?

Nesse poema, tudo indica, que Maneca Grosso também critica as vantagens oferecidas aos políticos que se beneficiaram da República, aos seus inimigos políticos, ou seja, a alguns membros do Partido Republicano Democrata que queriam a liderança do poder local. Quando o juiz Antônio José de Araújo, amigo de J.J. Seabra (então governador da Bahia, em 1917), se aproximou do Cel. Maneca Moreira, que o considerou politicamente importante, Maneca Grosso passou a atacá-lo, aumentando ainda mais a oposição (MEDEIROS, 2009, s/p). Ao afirmar: “no Brasil o ladrão traz as medalhas no peito e a República na mão”, cabe lembrar, conforme mencionamos anteriormente, alguns coronéis como Pompílio Nunes, aliado de Maneca Moreira e também juizes e promotores que eram a favor desses. Apesar de serem do mesmo Partido de Maneca Grosso, Republicano Democrata, divergiam na briga pela liderança do comando local, e esse professor os denunciava, chamando-os de ladrões, o que, inclusive, provocou profundos desentendimentos, culminando na sua morte.

Sobre Maneca Grosso, Tanajura (1992, p. 218-220) registra:

[...] homem de letras e ideias, talento singular e nativo [...] apesar de viver no sertão isolado de sua época, constituiu-se no representante máximo da família intelectual que vicejou na gleba do Sertão de Conquista do seu tempo. [...] Professor e poeta durante quase toda a sua vida, viu-se envolvido entre os partidos Meletes e Peduros da política local. [...] Maneca Grosso, quando não estava no jornal ou na tribuna, incendiando as massas com o seu verbo fluente, abria as portas do sentimentalismo e deixava que escapasse a torrente de amor à terra natal.

O discurso republicano modernizador e progressista já estava presente em Conquista, na conjuntura da Primeira República, através das incursões em alguns exemplares do jornal local, *A Conquista* (1911). Pudemos verificar, já nesse contexto, o referido discurso imbuído dos postulados positivistas e liberais de exaltação da pátria: civismo, liberdade etc., ressaltado em diversos momentos, até mesmo quando anunciou a vinda de Euclides Dantas para Conquista, notificada pelo seu redator, o jornalista José de Souza Dantas, se referindo ao primeiro como o “espírito superior, que viria morar na terra que era o berço da intelectualidade”, colaborando com o progresso da cidade. (DANTAS. In: *A Conquista*, 1911. Ano I, s/d).

Euclides Dantas, assim que chegou à cidade, assumiu a redação deste jornal e logo se posicionou a favor do grupo de Cel. Gugé, a quem o jornal era favorável, inclusive publicando os artigos escritos por Maneca Grosso, que lhe era colaborador, sempre exaltando a figura do líder político e de seu grupo, perceptível em exemplares do jornal *A Conquista* (1911), e também no Jornal *A Palavra* (1918). Após O jornal *A Conquista* ter sido fechado, Maneca Grosso foi praticamente o continuador das notícias veiculadas pelo mesmo em anos anteriores, considerando que os membros que compunham *A Palavra* eram os mesmos que compunham *A Conquista*, dentre eles Maneca Grosso, Ernesto Dantas e Euclides Dantas.

Euclides Dantas, por meio das notícias redigidas ao Jornal *A Conquista*, talvez tenha mediado um discurso já presente na cidade, nos exemplares desse jornal, entre os anos de 1911 e 1912: o ideal progressista presente de várias maneiras, seja com a construção de um chafariz, na Praça Matriz (onde hoje é localizado o Tancredo Neves), de um mercado, de alinhamento das casas - para melhorar o aspecto da cidade etc. -, ou nos discursos dos intelectuais como ideal modernizador e republicano. Isso nos permite verificar como a estética da cidade, que era associada à urbanização, por exemplo, estava sendo relacionada a questões progressistas, conforme notificou Euclides Dantas, em 1912: “estamos certos de que

Conquista tende a progredir cada vez mais, de um modo admirável e, com essas e outras medidas, mais depressa se efetuará o seu embelezamento, que é uma das bases do progresso” (DANTAS, In: *A Conquista*, 1912, p. 2). Esse mesmo exemplar apresenta a nota do Cel. Jacintho Sampaio, comunicando que em sua fazenda iria instalar um cinema com equipamentos apropriados e “aparelhagem moderna”.

Um outro exemplo que registra o lema republicano do progresso da nação, ainda que de maneira tímida nesse contexto, foi a publicação do Jornal *A Conquista*, de 26 de agosto de 1911, quando Euclides Dantas escreveu na primeira página um artigo intitulado “Vias de Comunicação”. Neste artigo, ele chama a atenção para a criação e ampliação de estradas, a fim de que a cidade progredisse ainda mais, exaltando a atuação do Intendente e Cel. José Maximiliano Fernandes de Oliveira, e também a cidade, com frases do tipo: “nossas terras são ubérrimas e forazes”, e “Conquista cada vez mais se concretiza como sendo o berço do progresso da nação”.

Apesar de ter tido formação apenas primária, conforme afirmam Viana (1982) e Tanajura (1992), Euclides Dantas também desenvolveu um autodidatismo que o diferenciava na sociedade local. Ele foi um dos fundadores das agremiações culturais de destaque na cidade, como o Grêmio Dramático Castro Alves, fundado em 1920, onde havia recitais de poesias e musicais, além de discussões políticas. (MEDEIROS. In: BRASIL, 2002, p.49).

De acordo com Tanajura (1992, p.223-224):

Euclides Dantas dividiu seu tempo entre o magistério, o jornal, o seu gabinete de trabalho, associações literárias que ajudou a fundar. Como professor, fundou e dirigiu colégios, modernizando os métodos de ensino e os velhos programas educacionais. Como jornalista, foi colaborador e redator assíduo de vários jornais da cidade. [...] Como teatrólogo não foi menos importante do que o poeta e o ensaísta. Fez um teatro voltado para a moralização dos costumes e para o patriotismo, espécie de complemento às suas atividades pedagógicas.

Viana (1982, p.448) também ressalta, dentre essas características, outras do professor Tidinho:

O prof. Euclides Dantas tinha muita cultura jurídica e por algumas vezes foi defensor de réus que não tinham advogados por causa da indigência e que foram levados ao júri. Era o professor Tidinho um fluente orador cujo verbo empolgava multidões. O seu recurso oratório era surpreendente, razão porque era procurado como orador oficial de festas cívicas [...] Seu nome ficará imperecível na História de Conquista, como um de seus vultos proeminentes.

Viana (1982, p.449) transcreveu um poema de cordel escrito por Euclides Dantas, em 1918, no qual virou cantiga tocada pelos violeiros da região, com o título “*ABC – O fim da Guerra*”, e destacamos alguns trechos, em que Euclides Dantas se posiciona ao lado dos Aliados da Primeira Guerra (Inglaterra, França, EUA):

A guerra está terminada. Reina a paz, reina a alegria!
 acabou-se a trovoada, que roncava noite e dia [...]
 Danado monstro terrível. O imperador da Alemanha.
 já se julgava invencível, mas quem bate um dia apanha.
 Está preso o bicho horrível e nossa causa está ganha. [...]
 França invicta, gloriosa, sofreu mas não foi vencida.
 Ei-la enfim, vitoriosa, cheia de força e de vida.
 Salve França esplendorosa. Bela na paz e na lida![...]
 Inglaterra se levanta, e os hinos de glória canta!
 o mundo inteiro descanta: Salve Rainha dos mares. [...]
 Wilson, defensor potente dos fracos, dos oprimidos.
 Luz do Novo continente, grande amparo dos vencidos!
 Tão forte, mas complacente, glória aos Estados Unidos.

São vários os registros escritos após a década de 30 que mencionam outros professores, os quais assumem a função de intelectuais: as publicações dos memorialistas Aníbal Viana (1982) e Mozart Tanajura (1992); bibliografias locais, como: Jeremias Oliveira (2005); trabalhos acadêmicos: Souza (1999) - cita Laudionor Brasil -; Fonseca (1999) - cita Laudionor Brasil; Sousa e Borborema (2001) - escreveram um artigo sobre a política na Segunda República, enfocando Camillo de Jesus Lima -; Magalhães e Casimiro (2005, 2007) - citam Euclides Dantas; o Hino de Conquista (escrito por Euclides Dantas); as biografias de: Régis Pacheco, escrita por Euclides Dantas, após 1937; Laudionor Brasil (2002), que é uma obra que apresenta uma coletânea de poesias do mesmo e também a contextualização de sua vida, escrita por Camillo de Jesus Lima e o Prof. Ruy Medeiros. E também a biografia de Camillo de Jesus Lima, por Clóvis Lima (1975), pelo Departamento de Letras da Uesb que lançou um livro com suas poesias, com uma breve trajetória do mesmo e documentos inéditos do próprio Camillo de Jesus. Também encontramos na Coletânea do escritor conquistense (1976) algumas poesias dos mesmos. Livro de Atas da instalação do Diretório Municipal de Geografia da cidade de Conquista (1938-1943) -menciona Euclides Dantas, Laudionor Brasil, Camillo de Jesus Lima, como membros do Diretório; Livro de Atas para tomada de contas (1938-1948) - menciona Laudionor Brasil como presidente da sessão e Camillo de Jesus como secretário municipal; Livro de Atas do Conselho Municipal (1932-1936) - menciona Laudionor Brasil por ter substituído o secretário municipal em sua ausência; Livro de Decretos e Portarias (1943-1945) - menciona Camillo de Jesus Lima como secretário

municipal; Jornal *O Combate*: exemplares de 1929-1945 (Laudionor Brasil era fundador, diretor e redator e Camillo de Jesus Lima redator, a partir de 1936).

Todos os três professores ocuparam os mesmos espaços de atuação que o primeiro grupo: imprensa, sala de aula, agremiações culturais e na política. Euclides Dantas, já com 42 anos, em 1930, dando continuidade à sua trajetória iniciada na Primeira República, interagiu com uma geração mais nova de professores intelectuais, como Laudionor Brasil, que contava com 29 anos, e com Camillo de Jesus Lima, com 18 anos. Com isso, continuou no grupo com um prestígio social que, conforme já dito anteriormente, permaneceu nos registros escritos, sendo mais destacado enquanto educador e fundador de grêmios culturais. Laudionor Brasil foi destacado enquanto jornalista e Camillo de Jesus Lima, pelo lado político e poético.

Esse grupo acompanhou em sua trajetória um período de guerras mundiais, mudanças no cenário político brasileiro, a partir da ascensão de Vargas, bem como os processos de urbanização e desenvolvimento, provenientes dessas mudanças. Acompanhou, também, a influência das variadas correntes políticas que se instalavam, além das liberais e tradicionais que permaneciam: o integralismo e o comunismo. No campo da educação, podemos nos remontar às considerações de Magalhães (2006b, p. 6), para afirmarmos que:

Os grupos geracionais em estudo receberam, de um passado relativamente recente, importantes iniciativas que vinham ocorrendo desde os anos de 1930, na área educacional e, sob a atmosfera de importantes nuances de desenvolvimento econômico e político, urbano-comercial e industrial.

Ou seja, os debates que emergiam acerca da educação entre a bandeira levantada pelos pioneiros, em prol da “Republicanização da república”, e pela igreja católica, que defendia a recristianização republicana, ambas por meio da educação, chegaram em âmbito local, certamente influenciando esse grupo de professores intelectuais. No entanto, verificamos que os assuntos que mais estavam em pauta nas notícias registradas nos jornais, era a defesa de uma educação moderna, cruzada contra o analfabetismo, campanha para criação de escolas, exaltação de professores, etc.

Assim, conforme observamos no exemplar do Jornal *O Combate* datado em 15 de junho de 1930, Laudionor Brasil, redator e diretor do mesmo, publicou notícias denunciando o analfabetismo da Bahia, considerando que a instrução pública era deficientíssima, e que o governo havia reduzido ainda mais o salário do professor interino - o que ele considerava um absurdo -, e que o governo da Bahia, ao contrário de São Paulo e Minas Gerais, fazia de tudo para conservar o povo no “mais clamoroso analfabetismo” (BRASIL. *O Combate*, 1930. Ano

I, nº39). Um ano depois, mais precisamente em 24 de outubro de 1931, esse professor comemorou o primeiro aniversário da revolução de 30: “Somos livres! É livre o Brasil, acabou-se o reinado torpe da mentira eleitoral, das oligarquias nefastas do despotismo, do desrespeito à soberania popular, do mandonismo” (BRASIL. *O Combate*, 1931. Ano III, nº2). É interessante observar que, nesse período, Laudionor era membro do Partido Liberal Conquistense, fundado pelo mesmo juntamente com um coronel, representante dessa oligarquia agrária, o Cel. Deraldo Mendes Ferraz, que ocupava o cargo de prefeito em Vitória da Conquista. (MEDEIROS. In: BRASIL, 2002).

Em 1932, o referido professor publicou notícias sobre o Colégio Marcelino Mendes, cujo diretor era Euclides Dantas, se referindo a este estabelecimento como um colégio que mantinha um “padrão magnífico de cultura física, moral e intelectual, com os moldes da pedagogia moderna” e que “um bom pai de família que preza pela boa educação moral e intelectual de seus filhos tem nesse colégio o lugar ideal de formação” (BRASIL. *O Combate*, 1932. Ano III, nº 35). Laudionor Brasil, neste mesmo ano, escreveu uma notícia, mencionando a atuação de Euclides Dantas como diretor do Colégio Marcelino Mendes juntamente com o professor da escola Normal de Caetité. Essa notícia afirmava que esses estavam pleiteando junto com o prefeito Deraldo Mendes e com o governador do estado, Juracy Magalhães, a construção de uma Escola Normal em Conquista, “o jornal incentiva essa proposta, para evitar a necessidade da vinda de professores da Capital”. (BRASIL. *O Combate*, 1932. Ano IV, nº 13).

Diretor e, ao mesmo tempo, redator do Jornal *O Combate*, Laudionor Brasil prosseguiu, em 1933, preocupado com a criação de escolas, como podemos ver, nas seguintes manchetes escritas pelo mesmo: “Política do trabalho: será colocada amanhã, com grande solenidade, a primeira pedra para o início da construção de um prédio escolar desta cidade” (BRASIL. *O Combate*, 1933. Ano IV, nº 29); e “Mais uma escola: nunca é tarde para se fazer justiça” (BRASIL. *O Combate*, 1933. Ano IV, nº 36).

A partir de 1934, Laudionor Brasil, em conjunto com Flaviano Dantas, como redatores de *O Combate*, publicam, dentre outras coisas, artigos produzidos por professores como Mário Padre que, defendendo uma pedagogia moderna, afirmou que somente a instrução do povo poderia resolver todas as mazelas do país, uma vez que “o homem ignorante o homem analfabeto, é uma célula morta, nociva, é um entrave ao progresso [...] Portanto o maior problema é criar escolas, sobretudo primárias” (PADRE In: BRASIL. *O Combate*, 1933. Ano V, nº 39). Neste ano, o jornal também noticiou o funcionamento de três escolas, sendo uma delas o Educandário Sertanejo de Euclides Dantas, que abriu o ensino noturno, passando a

direção para o professor Clóvis Lima, cujos alunos do mesmo receberiam aulas de “línguas vernáculas, matemática, história pátria, civismo e outras disciplinas, e o jornal parabenizava dando votos de sucesso” (BRASIL. *O Combate*, 1934. Ano V, nº 36 e 48).

Também verificamos, nas notícias desse ano, menção a professores, como Maria Viana, Maria Rosária Viana - da Escola Mista do Arraial de São João da Villa Nova -, Cleonisse Gonçalves de Souza e Dulce Mendes Gonçalves - da Escola de Corte e Costura -, e Euclides Dantas, fazendo a propaganda do Educandário Sertanejo. (BRASIL. *O Combate*, 1934. Ano V, nº 41 e 42).

Em 1935, continuaram as menções a professores, e Laudionor Brasil publicou uma notícia em prol da instrução, convidando a todos para realizar a cruzada da educação para erradicar com o analfabetismo, exaltando o modelo dos EUA (BRASIL. *O Combate*, 1935. Ano VI, nº 34 e 41). Também publicou, no referido ano, o artigo do professor Mário Padre sobre a evolução pedagógica do Brasil. Artigo esse que fez uma contextualização histórica, desde a chegada dos jesuítas, ressaltando que, durante o Império, em 1826, foram criadas escolas primárias com métodos péssimos de ensino, na base da violência e terror da palmatória e que, a partir da república, há uma revolução pedagógica no Brasil, baseada nas propostas de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, dentre outros. Segundo Padre, esses educadores defendiam novos métodos de ensino e combatiam o modelo de escola antiga, e, ainda, que a construção de uma escola nova, pautada na escola primária é base de todo o progresso, significando um futuro feliz. (PADRE. In: BRASIL. *O Combate*, 1935. Ano VII, nº1).

Camillo de Jesus Lima integrou a equipe de *O Combate* em 1936, um ano após sua chegada em Vitória da Conquista, e começou defendendo a criação da escola noturna do núcleo Integralista, por atender crianças pobres e diminuir o número de analfabetos na cidade (LIMA, In: BRASIL. *O Combate*, 1936. Ano VII, nº 29). Nesse contexto, Laudionor Brasil ocupou o cargo de vereador da cidade pelo Partido Autonomista, já após o rompimento com Deraldo Mendes e Euclides Dantas, que se encontrava cego (LIMA. In: BRASIL, 2002). Então, continuaram girando, nesse ano, as notícias em torno da menção a professores, com exaltação de alguns, como José de Sá Nunes e Maria Leal; notícias de escolas, como a integralista, o Barão de Macaúbas, Marcelino Mendes etc.; também a aprovação do ensino religioso, cujo jornal se posicionou a favor dos católicos. Em outro artigo intitulado “A Casa do professor”, remontando às ideias de Anísio Teixeira, o jornal convidou as pessoas a doar donativos para construir uma casa para Euclides Dantas, como prova de gratidão por tudo o que ele fizera. (BRASIL; LIMA. *O Combate*, 1936. Ano VIII. nº 2,3,5, 16 e 18).

Tal como já vimos anteriormente com as discussões realizadas por Buffa e Nosella (1997), a educação nesse contexto se encontrava fortemente marcada pelas discussões da ABE. Essas discussões preservavam a tentativa de implantar uma escola primária integral, como um modelo adequado aos incipientes processos de industrialização e urbanização na sociedade brasileira, em processo de desenvolvimento, trazendo os preceitos de uma educação nova, com novos métodos de ensino, sob forte influência norte-americana.

O professor, utilizando os recursos que lhes era atribuído, almejava adaptar o ensino às particularidades da região e do ambiente, buscava exercitar os alunos a possuir os hábitos de observação e raciocínio, bem como noções de literatura e história pátria, manejando a língua portuguesa como instrumento do pensamento e da expressão. Estava presente também o ensino dos trabalhos práticos e manuais, através de atividades físicas e jogos, com conhecimento de regras elementares higiênicas, conforme definiu Nagle (apud RIBEIRO, 2003, p.100), e que já tivemos oportunidade de citar em capítulos anteriores.

Esse modelo de ensino, considerado moderno para época, estava presente, de certa forma, nas notícias e manchetes de jornais, redigidas ou mencionadas pelos professores anteriormente citados. Esses faziam questão de relatar que o estabelecimento de ensino X, por exemplo, trazia os métodos modernos de ensino, por meio de seus professores e dirigentes, tal como: O Educandário Sertanejo e Colégio Marcelino Mendes (dirigidos por Euclides Dantas), O Externato Brasil (dirigido por Laudionor Brasil), e, posteriormente em 1940, o Ginásio Padre Palmeira (onde Camillo de Jesus era também professor), etc.

Revisitando as notícias dos exemplares do Jornal *O Combate*, no qual Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima eram redatores e sempre mencionavam Euclides Dantas, que era colaborador do mesmo, verificamos como esses sujeitos se posicionavam diante do cenário educacional, resumindo a sua visão de grupo social, produzindo memórias e partilhando a forma como se relacionavam com o mundo em que interagiam.

No ano de instauração do Estado Novo não percebemos mudanças no teor das notícias de *O Combate*; as mesmas discussões continuaram em pauta e Euclides Dantas continuou sendo bastante mencionado. O jornal já anunciou a perspectiva de se fundar um Ginásio em Conquista. (BRASIL; LIMA. *O Combate*, 1937. Ano VIII-IX, nº 2, 8, 22 e 45).

Em 1939, *O Combate* noticiou a prisão de Plínio Salgado, se posicionando contrário ao integralismo, através dos mesmos redatores que no ano anterior o defendia: Laudionor e Camillo (BRASIL; LIMA. *O Combate*, 1939. Ano X, nº 21). Porém, até 1942, as notícias giraram em torno da implantação, inauguração e propaganda do Ginásio de Conquista, fundado pelo Padre Palmeira, em 1940, de caráter particular; inauguração essa que foi

marcada por grandes solenidades e se constituindo em um grande marco para a cidade. Euclides Dantas - já debilitado fisicamente, ainda permanecia referenciado na cidade - foi um dos oradores convidados para a solenidade de abertura do ano letivo, no dia 31 de março de 1941. (BRASIL; LIMA. *O Combate*, 1939. Ano XI, nº 20; 1940. Ano XII, nº 17; 1941. Ano XIII, nº 26, 39; 1942. Ano XIV, nº 30).

Em 1940, o quadro que compunha o corpo docente do Ginásio de Conquista assim estava, segundo Viana (1982, p.456):

A diretoria do ginásio de Conquista era composta pelo Padre Luiz Soares Palmeira, Padre Nestor Passos e o Prof. Aguinaldo Palmeira e o corpo docente era composto por Dr. Adriano Bernardes Batista, Dr. Adelmário Pinheiro, Dr. Francisco Bastos e os professores Alfonso Hoffman, Camillo de Jesus Lima, Benedito Passos, Francisco Fagundes e Jorge Palmeira.

Entre 1943 e 1945, Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima se posicionavam contra os professores fascistas e prestaram várias homenagens a Euclides Dantas, falecido em 1943. Dentre elas, a notícia redigida por Camillo contra a Academia de Letras da Bahia (Salvador) por não ter divulgado a morte de Euclides. Também os dois noticiavam propaganda de escolas, como o Ginásio de Conquista, Corte e Costura, Datilografia, Ensino noturno da ação católica feminina e, ainda com ênfase no discurso de erradicação do analfabetismo, homenagem a Marcelino Mendes e Euclides Dantas, em 1943 (LIMA; BRASIL. *O Combate*, 1943. Ano XIV-XV, nº 5, 18, 19; 1944. Ano XV, nº 14, 22; 1945. Ano XVI, nº 10 e 28). Em 1945, a publicação do artigo do professor Everardo Públio de Castro - diretor do Barão de Macaúbas -, arrependido por ter sido integralista, bem como a publicação de Camillo anunciam a instalação do Partido Comunista da Bahia, no dia 2 de julho (LIMA; BRASIL. *O Combate*, 1945. Ano XIV, nº39). Nesses referidos anos, os dois continuaram exercendo os cargos que ocupavam na cidade. Laudionor ainda como vereador e Camillo de Jesus como secretário municipal, ambos presentes nas discussões municipais, cujo prefeito era Régis Pacheco, aliado de Vargas.

Após as incursões nos exemplares do Jornal *O Combate*, verificamos que, quando nos deparamos com outros registros escritos, na conjuntura instalada, entre 1930 e 1945, observamos que esteve muito presente em Vitória da Conquista o discurso de exaltação da pátria e cidade. Discurso esse atrelado aos deveres cívicos e patrióticos da nação republicana, que vão de encontro aos posicionamentos sobre questões ligadas à educação, presentes nas notícias do referido jornal, as quais foram produzidas por esse grupo de professores intelectuais, referidos anteriormente. Euclides Dantas, por exemplo, foi um dos nomes que

mais exaltou a cidade de Conquista e a pátria, conforme podemos observar no hino da cidade, por ele escrito:

HINO DE CONQUISTA (Letra Euclides Dantas e Melodia Francisco Vasconcelos)

Conquista jóia do sertão baiano. Esperança ridente do Brasil. A ti, meu orgulho soberano, o afeto do meu peito juvenil. A ti minha esperança no futuro. Os sonhos do meu casto coração, és e sempre será meu palinuro. Ó pérola fugente do sertão.

Conquista tesouro imenso, o mais belo da Bahia, que primor que louçania, tem mais brilho aqui o sol. Conquista terra das rosas, de florestas seculares, tem mais amor em seus lares, que luzes no arrebol (refrão).

Deixar o doce encanto dessas ruas, deixar o céu que tanto bem me almeja, eu morreria de saudades tuas, minha querida terra sertaneja. Entretanto, se a pátria me exigir, deixar-te para a pátria defender, esse afeto bairrista é vã mentira, pelo Brasil inteiro iria morrer.

refrão.

Surge o sol, fogem passaros dos ninhos, todos vão venturosos trabalhar. Eu também imitando os passarinhos, deixo o morno regaço do meu lar, para escola caminho satisfeito, da pátria vou saber as glórias mil. Conquista, que emoção vibra em meu peito, ao fitar-te no mapa do Brasil.⁷⁸

Embora não tenhamos localizado a data exata do hino, fica mais ou menos evidente que pode ter sido escrito em meados da década de 30, no contexto da Segunda República, inclusive porque, de certa forma, retrata o discurso nacionalmente difundido por Vargas e sua equipe de propaganda, com base na tríade Lar, Escola e Pátria! A exaltação da pátria e a valorização da educação e do trabalho estão presentes nos escritos de Euclides Dantas.

Quase sempre, nas oratórias de Euclides Dantas, encontramos exaltação de figuras proeminentes do cenário político, como o Dr. Régis Pacheco e Getúlio Vargas, e o discurso que colocava a cidade como berço do progresso: “nossas terras são ubérrimas e forazes”, e “Conquista cada vez mais se concretiza como sendo o berço do progresso da nação” (DANTAS, *A Conquista*, 1911. Ano I, s/p). Essa posição do referido professor o colocava como um dos grandes interlocutores do republicanismo nesse momento.

Aliás, um traço dos escritos de Euclides Dantas - como podemos ver na homenagem e exaltação a Régis Pacheco, quando este se tornou prefeito de Vitória da Conquista (1937), no Estado Novo – é a contextualização histórica da trajetória deste, desde quando ele chegou em Conquista, com a justificativa de que este veio a fim de erradicar o surto da varíola, em 1920:

⁷⁸Disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista tanto a letra quanto a música: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/v1/pmvc.php?pg=content&id=11>>. Consultado no dia 30 de outubro de 2009.

Os últimos meses do ano de 1919 ainda foram de martirizadoras apreensões para Conquista. As dolorosas lutas partidárias de Meletes e Peduros estavam bem recentes. Não convém lembrar. Pudéssemos passar uma esponja nesse quadro pungentíssimo de vergonha e de atraso em que os mais íntimos parentes lutavam de clavinote e punho [...] como sempre depois da guerra, a peste. Grassava em Conquista horrível epidemia de varíola, morriam dezenas de pessoas, dizimadas pelo impiedoso flagelo. Foram pedidas providências ao Governo Estadual, para o saneamento da importante faixa sertaneja. O governador acudiu o apelo dos sofredores. Nomeou o jovem médico, ainda há pouco formado pela academia de Medicina da Bahia, o Dr. Luiz Régis Pacheco Pereira, para debelar a peste variólica em Conquista. Aqui chegou em abril de 1920 [...] O jovem médico foi o responsável moral por todo período de felicidade que Conquista gozou e que a história não esquecerá. Nome que se pode gloriar de sua honradez dos seus créditos morais e cívicos, o atual prefeito municipal de Conquista, em prestando serviços à Pátria, valiosos, entre os que mais valiosos podem ser. (DANTAS, s/d, p.10-48).

Mais ou menos no mesmo período, que ele não data, o autor reporta à Coluna Prestes, lhe dedicando as seguintes considerações:

A Coluna Prestes, no seu percurso doloroso, é incontestável que semeara as mais tristes amarguras por onde passava. Não interessa argumentar a causa de tão angustiosos acontecimentos. E chega a Conquista a notícia de que se aproxima a Coluna Prestes. Os boatos são aterradores. Dois, três, quatro mil homens vêm aí e atacarão a cidade, do modo mais impiedoso. Fugir, abandonar, vazia, a cidade, a exemplo de que fizeram outras terras sertanejas, não seria possível. Os revoltosos poderiam vir. Tivessem razão ou não em seus intuítos, jamais lhes poderiam assistir direitos de assaltar cidades indefesas, saquear, depredar. Conquista nunca desfaleceu, na defesa dos seus legítimos direitos constitucionais. O povo conquistense não é uma porção de covardes. [...] Faz-se o alarme. Reforçam-se as trincheiras. Espera-se, a cada instante, o ataque. O Dr. Régis Pacheco, sempre inalterável, com aquele seu costumeiro sorriso, a todos anima. É leal ao governo. Não admite a desordem. Detesta a mazorca. [...] Não será nunca esquecida essa página em Conquista. O Dr. Régis Pacheco demonstrou, então, ainda uma vez, sua capacidade governativa. São suas estas palavras memoráveis: ‘estou com o governo. Devo defender, com a minha própria vida, a legalidade. Não quero saber se os revoltosos têm razão. Acima de tudo, eu sei que não se devem atacar cidades indefesas, desonrar, depredar, por motivo de questões de qualquer natureza, quanto mais por questões políticas’. (DANTAS, s/d, p. 29-30).

A defesa e a exaltação dos valores morais, dos cidadãos patriotas e leais à cidade, bem como o repúdio aos comunistas, criado nacionalmente, efetiva uma memória de terror na cidade e construção de uma ideia de que aqueles que não estavam com a ordem eram bandidos, arruaceiros, “contrários à ordem social”. Por consequência, contrários também aos interesses da sociedade e à construção da perseguição deflagrada no Estado Novo, por meio

de uma representação que reporta para a memória social da cidade e da nação - os comunistas eram terroristas e bandidos.

Por sua vez, vamos localizar a figura de Laudionor Brasil, no Partido Liberal Conquistense, ao lado do grande fazendeiro batista Cel. Deraldo Mendes que, apoiando a candidatura do presidente em 1930, redigiu o *Manifesto do Partido Liberal*, apoiando a revolução de 30. Também publicou um livro de crônicas e poesias, intitulado: *De lenço vermelho: crônicas em defesa da aliança liberal*, em co-autoria com o jornalista Bruno Bacelar de Oliveira, a fim de concitar a população a votar em Getúlio (BRASIL, 2002). Sousa e Borborema (2001) enfatizam que a atuação desses intelectuais não se restringia apenas à exaltação do Partido Liberal, de seus líderes, seus discursos, etc, mas eles também criticavam qualquer oposição, tanto em nível local como nacional, conforme podemos verificar, nas considerações de Camillo de Jesus Lima:

Por essa época – agosto de 1929 – dois jovens idealistas em Conquista, com a ingenuidade adorável dos românticos e dos entusiastas, acreditaram ser aquela a hora de salvação do Brasil. [...] eles odiavam e repeliam, com justa indignação dos bem intencionados, a posição antidemocrática e antipopular do governo Washington Luiz, não compreendiam o caráter reacionário da Aliança Liberal. [...] Assim Laudionor A. Brasil e Bruno Bacelar de Oliveira de namorados transformaram-se em apaixonados da Aliança, que tão bem, sabia pintar-se aos pés da deusa atiraram braçadas de retórica, nuvens de ditirambos, ao tempo em que transformaram as gotas de tinta, com que escreviam, em gotas de veneno contra os senhores da política local e os mandões da política nacional. (LIMA *apud* SOUSA; BORBOREMA, 2001, p. 228).

Com a vitória de Vargas, o então intendente Cel. Otávio Santos, do Partido Republicano da Bahia, havia lançado a candidatura do Cel. Zeferino Correia de Melo e Régis Pacheco, como vice, contrários a Vargas, os quais perderam para o Partido Liberal Conquistense e foram afastados do cargo. O interventor baiano Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral indicou o Cel. Deraldo Mendes (um oligarca que era presidente junto com Laudionor Brasil da Aliança Liberal de Conquista) para assumir a Intendência Municipal (Prefeitura), e Laudionor Brasil passou a trabalhar na mesma, redigindo, inclusive, no Jornal *O Combate*, artigos contrários ao mandonismo das oligarquias, conforme já mencionamos anteriormente.

Apesar de se posicionar contrário aos interesses do mandonismo das oligarquias, Laudionor estava apoiando um oligarca, o Cel. Deraldo Mendes, fazendeiro de família tradicional da cidade. A mesma contradição é presente em Euclides Dantas, quando, na mesma obra que referencia a figura de Régis Pacheco (que em 1937, já se posicionava a favor

de Vargas, após ter sido perseguido em 1932 por ter sido a favor da Revolução Paulista), se posicionou contrário à Velha República, que ele antes defendia, denominando a “Nova República”:

O Brasil precisa de uma fase nova. Referindo-se à extinção do banditismo, e, em face das promessas reiteradas da Nova República de exterminar o jaguncismo, o Dr. Régis Pacheco exclama, com mais franco entusiasmo: Aplaudo a Nova república. Conquista sabe que sempre fui um inimigo acérrimo da política do clavinote. [...] A velha política com todas as suas tramas, com todos os seus ardis, não desaparecera. A revolução, holocausto em que se sacrificaram grandes patriotas, por muito nova ainda, não conseguira extirpar da pátria brasileira a nefanda praga da porticalha. [...] Passaram aqueles tempos de espertezas partidárias em que os interessados supunham unir natural o direito de cada qual puxar as brasas para a sua sardinha, fosse como fosse. [...] O Estado Novo, regime que vem pôr termo a essas irregularidades tão deprimentes da política velha, o Estado Novo, bem o sabemos, não se interessa na exposição de prestígio deste ou daquele. (DANTAS, s/d, 42-43).

E prosseguiu, declarando-se a favor do Estado Novo:

E, vem, com a surpresa de todos, mas para o bem de todos, o golpe de 10 de Novembro de 1937 [...] os acontecimentos últimos eram tão confusos, os comícios contrariavam-se tanto em ideologias, em pretensões, em plataformas, que ninguém poderia esperar, nas raias do bom senso, uma vitória eleitoral de conseqüências pacíficas, de resultados benéficos e utilitários para a nação. O benemérito Getúlio Vargas cortou o nó górdio celebre da questão e arrancou dos tentáculos da ambição o Brasil digno de melhor sorte [...] Graças a Deus! acabou de vez o maldito partidarismo. Estamos livres da política, vamos todos trabalhar pelo Brasil uno, pelo Brasil de todos os brasileiros. Da política velha há muita gente que esteja aí, blaterando, farisaicamente, como se todos os homens de ontem, malditos se tornassem perante o novo regime. Não. O Estado Novo não é, nem poderia ser uma exclusão absoluta de quantos brasileiros capazes dignamente prestaram, prestam e poderão prestar serviços à pátria. [...] O Estado Novo conservou quase todos os governadores dos Estados, convidando-os a colaborar na nova empreitada, saneadora da República. (DANTAS, s/d, p. 58-59).

Euclides Dantas, porém, sempre esteve ao lado político do Cel. Gugé (figura eminente da Primeira República), já Régis Pacheco era um médico representante da Segunda República. A conjuntura caminhava para o fim do mandonismo e do poder oligárquico, mas, na prática, sabemos que em Vitória da Conquista essa política persistiu, inclusive, muito depois de 1950, e o próprio Régis Pacheco, genro do Cel. Otávio Santos e aliado político do mesmo, continuou privilegiando esse grupo, e Euclides Dantas também.

No governo de Régis Pacheco (1937-1945), Euclides Dantas já se encontrava cego, mas fez (relatando oralmente) a biografia do prefeito, que também contou com um poema escrito por Camillo de Jesus Lima. Aliás, Camillo de Jesus Lima, juntamente com Laudionor Brasil, passou a ocupar a Prefeitura Municipal, o segundo presidindo as sessões, e o primeiro, a secretaria do grupo, que tratava da prestação de contas da gestão anual do prefeito. Iniciada em 1938, o Livro de Atas⁷⁹ dessas sessões apresenta registros que vão até o ano de 1948, apesar de o professor ter assumido o cargo, até 1945, e o segundo até 1946. Em todos os anos em que estavam nessas funções, a conclusão dos trabalhos era praticamente a mesma: “*não houve desvio de dinheiro público, tudo foi aplicado em trabalhos diversos e contas*”.

Também vamos encontrar registros oficiais que mostram a preocupação desses e outros professores com questões relacionadas à urbanização e geografia da cidade. Encontramos um Livro de Atas do Diretório Municipal de Geografia da Cidade, referente aos anos de 1938 até 1943⁸⁰, em que fica evidente a preocupação desses professores com a urbanização da cidade. O Diretório Municipal de Vitória da Conquista, localizado na prefeitura desta cidade, era composto por vários professores, dentre eles, Laudionor Brasil, Camillo de Jesus Lima, Euclides Dantas⁸¹. Uma das discussões mais presentes era sobre limites territoriais, mas os oradores, registrados em sessões nos dias solenes, eram quase sempre Camillo de Jesus Lima ou Euclides Dantas.

Um outro registro de memória escrita, muito importante para nossa pesquisa, que permite revivermos os professores intelectuais, por ser constantemente revisitada e mencionada, são suas poesias.

Clóvis Lima, que também foi um coetâneo de Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima, nascido em 1914, escreveu o prefácio da Revista Coletânea Conquistense (1976), dedicando algumas considerações àqueles que se sobressaíram nas letras da cidade e que possuíam cadeiras na Ala das Letras de Conquista, mais uma vez registrando a figura dos

⁷⁹ LIVRO DE ATAS PARA TOMADA DE CONTAS POR GESTÃO ANUAL DO PREFEITO. O Livro foi aberto em junho de 1938, às 10hs, pelo decreto 10-748 de 24 de maio de 1938, que designou essa Ata dos Trabalhos das Comissões. Numerado de 1 até 100, preenchido até 38. Estado de Conservação: Bom. Páginas amareladas, letra legível. Capa Dura. Livro Completo. Vai de 6 de junho de 1938 até 19 de fevereiro de 1948. Sessões realizadas na Secretaria da Prefeitura Municipal.

In: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista.

⁸⁰ O livro é numerado até a página 50, mas preenchido até a 14. Estado de conservação médio, páginas amareladas, algumas manchadas. Letra quase ilegível. Capa Dura. Constado em etiqueta como Registro de Empregados da prefeitura. Ano 1972. Porém é um livro de Ata da instalação do Diretório Municipal de Geografia da Cidade de Conquista. Ano 1938. Começa em 30 de agosto de 1938 e vai até 7 de agosto de 1943 (está completo). In: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista.

⁸¹ Compunham também esse Diretório os professores: João Norberto, Francisco Fagundes Lima, Rostil Matos, Alzamira Ferreira de Carvalho, Padre Palmeira, Jorge Palmeira, Valdomiro Oliveira, Maria Angélica de Oliveira Rosa, Ondina Seixas, Maria Viana e Padre Nestor.

nossos eminentes professores: Ernesto Dantas, Maneca Grosso, Euclides Dantas (que atuaram na condição de primeiro grupo durante a Primeira República), e aqueles que atuaram na continuidade desse processo: Euclides Dantas (que prosseguiu) Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima:

Estarei integrando essa seleta, na condição de um simples remanescente da geração que as letras baianas ofereceu os nomes de Euclides Dantas, Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima, inesquecíveis poetas que muito dignificaram a sua terra, [...] a nossa terra, progredindo deixou de ser aquele burgo caricato que concentrava todo o bem querer, do saudoso cantor de Vinte anos de amor e de tortura, [...], pois, para ele, se vivo fora, Conquista continuaria a mesma, com o seu perfume de lenda muito grato, e ele filho extremoso, a viver como o mais feliz caboclo da aldeia, em nada se agastando com o cosmopolitismo destruidor que, embora tudo remexendo, não perturbaria a tranquilidade acolhedora de sua tenda que, paradoxalmente, exibia o nome de O Combate ⁸² [...] Euclides Dantas, amando Conquista com veracidade, muito contribuiu no sentido de que a nossa terra não permanecesse como tantas outras terras de ninguém. O exemplo está no educandário⁸³ que fundou e por longos anos o manteve no nível de uma modelar casa de ensino [...] iluminou o caminho de centenas de conterrâneos nossos, devotos seus, a bendizer-lhe o nome que ainda perpetua benesses através de uma escola normal⁸⁴, que o tem como patrono [...] Camillo, como bem o disse Carlos Chiacchio com a sua autoridade de crítico consumado, podia escrever sonetos quando e quando bem o entendesse, porque o fazia como um verdadeiro mestre [...] jamais será exaustivo citar-lhe o nome, e incessantemente louvar-lhe o estro que tanto nos emociona e de cuja luz alguns raios se infiltram neste livro que concentra quase todos os poetas conquistenses. Nomes de ontem e nomes de hoje. De Maneca Grosso a Carlos Jeovah⁸⁵, que presumo seja, o mais jovem poeta da Terra das Rosas. A cronologia, aliás, é mais expressiva partindo de Ernesto Dantas, o “velho das Candeias”, que, dizem escrevia versos em latim, de tão erudito que era. [...] Esse livro preciso, revive o passado e fixa a fase presente da vida intelectual de Conquista, que por tão profusa e graciosa poesia, é, também, a terra dos poetas. (LIMA, In: COLETÂNIA..., 1976, prefácio).

A Ala de Letras de Conquista foi fundada em 1938, por Clóvis Lima, Euclides Dantas, Camillo de Jesus Lima e Laudionor Brasil. Neste mesmo ano, Laudionor Brasil publicou o livro *Vinte anos de amor e de tortura*. De acordo com Medeiros (in: BRASIL, 2002), foi muito importante a criação dessa ala para os letrados da cidade, porque proporcionou o contato com letrados de outros lugares, dando oportunidade de divulgação das

⁸² Ele se refere a Laudionor de Andrade Brasil

⁸³ Referência ao Educandário Sertanejo que Clóvis Lima também dirigiu e ministrou aulas, junto com Euclides Dantas.

⁸⁴ Instituto Educacional Euclides Dantas – Escola Normal de Vitória da Conquista, fundada em 1952.

⁸⁵ Carlos Jeovah, na época em que Clóvis Lima escreveu esse prefácio, em 1975, era o integrante mais novo da Academia das Letras de Conquista, então ele se remeteu ao poeta mais antigo, Ernesto Dantas

produções e ideias, e de os manterem atualizados com as mudanças da literatura em âmbito regional, ainda que timidamente:

Os anos trinta do século passado são um momento importante para aqueles letrados. Em 1938, surge para congregá-los a Ala de Letras [...]. A Ala passou a manter contatos com letrados de outros lugares, a dar oportunidade a seus sócios de discutirem literatura mais atual. Com isso, a produção literária local timidamente vai apresentar nova feição. Muito timidamente surge a poesia moderna, inclusive aquela de conteúdo político e social, com Camillo de Jesus Lima e, depois, com Laudionor Brasil. (MEDEIROS. In: BRASIL, 2002, p. 52).

A memória escrita desses professores destaca, nas suas produções poéticas, temáticas relacionadas às questões político e social, demarcando o surgimento da poesia moderna conquistense, tendo em Camillo de Jesus Lima e Laudionor Brasil seus principais expoentes.

Camillo de Jesus Lima escreveu na biografia de Laudionor Brasil, e o ressaltou como companheiro de lutas e de ideais, ainda que discordassem de alguns pontos, principalmente na política, uma vez que Camillo se aproximava cada vez mais do Partido Comunista e de Luiz Carlos Prestes, enquanto que Laudionor permanecia defendendo Vargas. Ele ainda o considerava um romântico, boêmio, sensível às causas dos proletários, por ter sido um deles, como seu pai o foi. De acordo Lima (in: BRASIL, 2002), a própria escolha do nome de um dos filhos de Laudionor, Wladimir Brasil, foi em homenagem a um líder revolucionário das causas proletárias. Como podemos verificar nas palavras escritas do próprio Laudionor Brasil:

Wladimir, meu filho pequenino – olha bem as origens obscuras de onde vieste. Teu avô era um simples operário, humilde e bom. Eu – sou um simples proletário da pena. Nada, portanto, da pretensão de ser um poeta universal. Nada das intenções de ser um grande condutor de homens. Deverás viver no seio do povo, de onde vieste. Modesto, entre os humildes. Bom, entre os pequenos. Mas, se, um dia, passar no teu caminho o vulto de um tirano, não percas, Wladimir, a grande oportunidade: - Dá-lhe a mais firme pedrada que poderes. E terás conquistado para a tua vida um slogan maravilhoso: - Eu apedrejei um tirano. (BRASIL, 2002, p. 79).

Os ataques antifascistas e a favor dos menos favorecidos também aparecem nos poemas e produções de Laudionor Brasil, a exemplo de *As trevas da noite estão passando* e,

Enquanto a noite envolve o mundo..., se referindo ao caos provocado pela Segunda Grande Guerra e às investidas de Hitler⁸⁶:

Enquanto a noite envolve o mundo
 Vós todas, as mães sacrificadas,
 mães polonesas, mães francesas, mães inglesas,
 gregas, russas, belgas, chinesas,
 mães americanas, mães brasileiras,
 Vós, que tendes filhos nos bulhões da guerra,
 é que não podeis esquecer,
 nem podeis repousar [...]
 Ah! Mas não será eterna a vossa dor!
 Breve, os povos livres ganharão a guerra
 E, cantando o hino ardente da Liberdade,
 Além de erguerem estátuas a Churchill – o vencedor do Monstro (BRASIL,
 2002, p. 69,70)

As trevas da noite estão passando...
 e vão com elas, espaço em fora,
 para o abismo do desconhecido,
 os gritos de dor de todas as mães que choram os
 filhos que vão para voragem da guerra [...]
 Não há mais bonecas em Nuremberg
 quando a criancinha loura acordar,
 nesta noite de Natal, correrá ao fogão
 para ver o sapatinho velho que lá deixou
 mas voltará triste
 do alto da parede, num retrato grande,
 um homem a estará olhando com ameaças:
 “continua... a Gestapo não dorme”. (BRASIL, 2002, p. 32-33)

Porém, Laudionor Brasil, apesar de rejeitar o nazismo e utilizar seus versos poéticos contra o mesmo e contra a figura do ditador fascista, apoiava Getúlio Vargas, contradição esta que, nas palavras de Camillo de Jesus Lima, era quase uma idolatria, como pode ser percebido em seu relato:

O governo brasileiro não ocultava, através da máquina fascista do estado, seus entusiasmos pela causa do mal. [...] parte dessa época uma angústia universal e indignidade oficial brasileira a nova fase poética de Laudionor Brasil. Seus sentimentos de homem livre foram mais forte que a sua predileção inexplicável, quase idolatria, pela pessoa do então chefe do governo, por essa época dileto discípulo e franco colaborador do fascismo (LIMA, in: BRASIL, 2002, p. 31).

⁸⁶ Camillo de Jesus Lima compartilhava dessa posição de Laudionor Brasil, afirmando: “quando com meu precioso Laudionor Brasil lancei a Vaquinha Literária de As Trevas da noite estão passando... tinha a certeza de que estava revolucionando o mundo e fazendo tremer o cabo Hitler”. (LIMA, s/d, p.7).

Medeiros (in: BRASIL, 2002, p. 52) reafirma as considerações de Camillo de Jesus:

Alguns daqueles intelectuais conscientizaram-se do mal que representa o nazismo para o mundo e o denunciam. A partir de 1939, Camillo de Jesus Lima e Laudionor de Andrade Brasil combatem o nazismo e a guerra abertamente. Porém Laudionor de Andrade Brasil ainda mantém postura de respeito a Getúlio Vargas. É algo confuso, que se repetiu em vários cantos do país, essa indefinição. Camillo de Jesus Lima evolui mais embora mantendo seus relacionamentos locais. Laudionor Brasil, preocupado com as questões sociais e com crimes do nazismo, mantém uma consciência religiosa.

Laudionor Brasil, revivido pela memória de seu coetâneo Camillo de Jesus Lima (In: BRASIL, 2002), comparece como sendo defensor dos ideais republicanos contrário aos vestígios imperiais e nazi-fascistas. E é inclusive interessante observarmos que ao mesmo tempo em que parece se identificar com as ideias socialistas, inclusive dando a um de seus filhos o nome de Vladimir em homenagem a Lênin, ele defende Churchill.

Nos seus escritos ressalta o trabalhador, considerando que o pai era carpinteiro e ele começou ainda jovem a trabalhar como alfaiate, balconista, etc., ainda que tenha adquirido respaldo social e se aliado a coronéis. Esse posicionamento demonstra uma contradição vivida por ele tal como a posição adotada pelo mesmo em relação ao governo de Vargas, como percebemos em alguns de seus poemas, tais como: *O avaro*: “Ah! Ninguém como tu anseia e sofre, porque tens a alma na prisão de um cofre, satélite infeliz de moedas de ouro”; *Depois, eu farei o teu poema*: “Ainda se ouvem nos caminhos do mundo os sons cavos das patas dos ginetes, dos cavaleiros do apocalipse... a besta ainda continua solta [...], Quando a estrela estiver no seu zênite, estarão extintas as podridões da terra. E o caboclo da América e o camponês da Ucrânia se estreitarão no mais fraterno abraço”; *Meu Pai*: “Meu pai era um operário forte e bom [...] para morrer e deixar ao filho, apenas, esta vontade imensa de trabalhar e esta aversão insensível aos exploradores do trabalho alheio”; *O poeta canta a sua terra*: “vou cantar a minha terra. Nos meus versos, entretanto, não a tornarei rainha porque sou republicano”; *O coro triste da sinfonia maravilhosa*: “Brasil amado! Porque deixas que o mundo escute o coro triste da sinfonia maravilhosa do teu progresso, esse lamento na voz de angústia dos teus filhos flagelados?”; *Enquanto a noite envolve o mundo*: “Ah mas, não será eterna a vossa dor! Breve, os povos livres ganharão a guerra, e, cantando o hino ardente da liberdade, além de erguerem estátuas a Churchill – o vencedor do monstro” (BRASIL, 2002).

De Laudionor Brasil, encontramos tanto poemas românticos, quanto político social. Já de Euclides Dantas, que era membro de agremiações culturais e, segundo o relato de Viana (1982), foi o fundador da Revista Literária “A Ribalta” - além de Clóvis Lima (1976), que o identifica enquanto poeta - encontramos apenas dois poemas na Coletânea Conquistense (1976): *Romaria ao Senhor do Bonfim* (relata sua aflição por se encontrar nas trevas da cegueira) e *In Hoc Signo Vincas* (em homenagem a Jesus Cristo). De Camillo de Jesus Lima, encontramos tanto nessa coletânea, quanto na sua biografia, também assim como Laudionor, poemas diversos, tanto românticos quanto políticos, bem como poemas críticos, tais como: *A Balada do Vira Mundo* (enfocando a liberdade de seguir para onde se quer); *Não estou só* (romântico); *Mestre* (diálogo com Cristo). Na obra *Antologia Poética* (s/d), em que encontramos uma homenagem a Camillo de Jesus, são apresentados poemas românticos e *As Trevas da Noite estão passando*, que foi uma coletânea de poesias que fez em parceria com Laudionor Brasil. Em outros poemas, como *A Megera está rondando*, ele criticava as misérias e injustiças promovidas pelo sistema político e econômico até então vigentes na época:

Valei-me, Don Cavaleiro!
 Os filhos dos operários
 e os filhos dos camponeses,
 estão tremendo de medo nas casas esfumaçadas.
 A megera está rondando,
 vagando pelas estradas.
 Essa que anda de noite,
 caçando os filhos do povo,
 traz a memória da gente
 velhas histórias de outrora.
 Não tem água nos olhos,
 nem leite nos peitos.
 Mas traz o ódio nos olhos
 e traz veneno no peito.
 E as unhas sujas de sangue.
 seus longos dedos ossudos,
 Batem em todas as portas
 caçando os filhos do povo.
 Fantasma das horas mortas.
 [...] Aquele quer que a megera
 faça dos campos de seara
 campos de concentração.
 O outro vendeu a alma e o corpo
 ao ouro da reação.
 Mãos assassinas, da sombra,
 mostram o caminho sangrento
 por onde passa a Tarada, engelhada, encarquilhada,
 levando o açoite na mão.
 Estão forjando as cadeias
 que hão de abrir chagas no pulso

que se ergueram nos comícios
 como mastros levantados,
 exigindo mais justiça
 menos miséria, mais pão!
 Valei-me Don Cavaleiro!
 A megera está rondando
 vagando pelas estradas
 batendo em todas as portas. (LIMA, s/d, p.142-143).

Também vamos encontrar na Revista Academia de Letras da Bahia (in: REVISTA, 1975), a profunda ligação de Camillo com Vitória da Conquista, conforme trechos abaixo:

Sou um selvagem que ficou parado,
 ante o esplendor da civilização
 e tenho na minha alma concentrado,
 o orgulho de um nativo não domado
 o amor as coisas simples do sertão
 amo com ânsia de paixão veemente
 a pequena cidade onde que nasci
 Esta Conquista que cativa a gente
 e que, é a luz do meu amor ardente
 a mais bela cidade que já vi (p.199)

sem teto sem pão,
 se eu fosse um rei, eu faria a bandeira da minha terra
 de capa rota de uma criancinha pobre, que olha as estrelas com os olhos
 molhados
 e eu seria o maior homem da Terra, quando visse todos os povos, todos os
 grandes, todos os nobres andarem de rastros, beijando a sombra dessa
 bandeira rota que, o sol, panejasse, como um gonfalon vitorioso, todo
 cravejado de astros! (p.208-209)

Pai, meu altar, meu ídolo, meu templo
 deste-me tudo, dando-me a ventura
 do tesouro maior do teu exemplo (p.201)

A partir do cotejamento das fontes passamos a verificar que esses professores intelectuais, que atuaram durante a Segunda República vão se constituindo novos sujeitos históricos, os quais ganham evidência na conjuntura republicana. Frutos da própria atmosfera presente, tanto no cenário nacional ou internacional, são sujeitos públicos, reconhecidos a partir dos grupos em que interagiram, unidos por uma identidade cosmopolita republicana comum e pautada na defesa da liberdade, igualdade, progresso da nação, educação como bandeira republicana etc., mas, também, guiados pela própria realidade republicana contraditória que, como diz Fausto (1977), é síntese das suas próprias ambiguidades.

Assim, ora eles representam a ascensão de novos grupos sociais nos espaços públicos da cidade, ora grupos tradicionais, mas, são evidenciados num tempo em que havia uma

valorização do professor enquanto profissional, de respaldo social na cidade e no país. São os formadores de consciências e de cidadãos republicanos, aos moldes da nova sociedade que deveria ser construída, pautada nos postulados da ordem e do progresso da nação, sendo, por isso, os interlocutores locais desse republicanismo que se instalava.

Ao tratarmos dos dois grupos de professores intelectuais na Primeira República e Nova, poderíamos nos apropriar dos estudos de Magalhães (1999, 2007) sobre geração, para afirmar que as condições objetivas lhes são favoráveis, ou seja, são homens que:

[...] acompanham e sofrem influências das mudanças da conjuntura histórica do mesmo estágio de vida. Estes também dividem este mesmo marco sócio-histórico com os outros grupos de idade de outras gerações que estão vivendo na mesma sociedade. [...] Cada geração é determinada pela mutante conjuntura histórica que lhe proporciona um saldo positivo ou negativo em determinadas oportunidades vitais (MAGALHÃES, 1999, p. 13-16).

Quando identificamos os professores intelectuais conquistenses no processo de interação geracional, compondo os cenários da primeira e da segunda república, verificamos que ambos, em seu interior, possuíam um diferencial de vivência histórica, mas conviviam dentro de um mesmo grupo. Grupo esse que compartilhava experiências comuns e seguindo na medida em que envelheceram juntos, se valendo, assim como considera Magalhães (1999, p.34) de “velhas” e “novas” pautas e aprendizagens socioculturais, relacionadas ao meio social e interagindo entre si.

Do primeiro grupo, Ernesto Dantas, nascido em, aproximadamente, 1850, acompanhou na sua mocidade as lutas abolicionistas que defendiam o fim da escravidão, e, na maturidade, as discussões republicanas, sendo que, com a instauração deste regime, já contaria com uns 39 anos. Este aparecia imbuído de um discurso humanista, e igualitário, mesmo após ter adquirido a patente de coronel, buscando alforriar os escravos de sua esposa, alfabetizá-los, indo de encontro à realidade dos demais coronéis da cidade, porém, se posicionando politicamente ao lado do líder político Cel. Gugé, defendendo seus interesses e sendo respeitado pela camada dominante da época., tal como seu enteado Maneca Grosso. Este, nascido em 1869, contava com 20 anos quando foi proclamada a República, acompanhando as discussões republicanas na juventude e na fase adulta. Já vivenciando esse novo regime, apesar de ser coronel, possuía características similares ao seu padrasto e mesmo declarado ser um republicano, escreveu no poema *Modo de Vida de Simão*, que já transcrevemos anteriormente, críticas à República vigente, na figura do presidente, apesar de apoiá-lo, uma vez que ele era uma figura proeminente da política local do período, ficando ao

lado do poder situacionista – o que provocou atrito apenas com os opositores locais e com os aliados desses. Euclides Dantas nasceu no ano em que a abolição foi instalada, em 1888, e, na sua juventude, acompanhou a implantação da República Oligárquica. O que havia em comum entre eles e que os faziam integrar no mesmo grupo eram as suas filiações, as ideias, as oportunidades daquele momento da República.

O segundo grupo contou com a fase amadurecida de Euclides Dantas, que trazia para os anos 30 a experiência das mudanças políticas no cenário nacional e contradições em seu posicionamento político quando, a partir de 1930, atacava o poder tradicional das oligarquias locais. Apesar de sempre ter apoiado as mesmas, e ter continuado apoiando, ele vivenciava a passagem da Primeira República para a Segunda, inclusive, dividida pelo golpe do Estado Novo, em 1937, interagindo com Laudionor Brasil, nascido em 1901, e com Camillo de Jesus Lima, nascido em 1912. Esses vivenciaram, em sua juventude, as transformações provenientes dessa conjuntura e que também carregavam as ambiguidades de ora defender e ora criticar o lado político no qual faziam parte, que ainda era a do grupo político dominante dos coronéis, posição essa também adotada em relação ao integralismo e a Vargas, principalmente Laudionor Brasil.

Homens e frutos de seu tempo sócio-histórico, todos eles, imbricaram elementos novos e velhos das experiências vividas, compartilhadas entre si e que, apesar das especificidades singulares, presentes em cada formação, possuíam em comum o ideal republicano, o autodidatismo que os distinguiam na sociedade, e o destaque ocupado nos mesmos espaços que transitavam. Os mais jovens referendavam os mais velhos como modelos a serem seguidos, assim como os segundos se referiam aos primeiros, como sendo seus sucessores. Desse modo, esses dois grupos construíram suas memórias coletivas, deixando marcas de atuação dos professores também intelectuais, possuidores de prestígio social, e que iam sendo reafirmados por meio de seus escritos. Atuações e escritos esses que vêm mantendo e atualizando esse ideal, na medida em que seus registros permaneceram, ao longo do tempo, ganhando veracidade, incorporando a memória social da cidade e/ou dos professores, na medida em que são revisitados, recuperados na biografia da cidade, nos manifestos de intelectuais locais, nos comentários e na exaltação de seus nomes, em vários lugares da cidade.

Independente de comporem o quadro social da década de 1910 ou 1940, os professores dos dois grupos formaram, na sua contradição, duas “gerações” republicanas que exaltavam a terra natal. Defendiam a República, os menos favorecidos e também os coronéis, ou ditador (Vargas), se posicionando de maneira ambígua, politicamente e ideologicamente, ora

tendendo mais ao mandonismo que monopolizava as instâncias políticas da cidade, ora ao liberalismo propulsor dos ideais progressistas e modernizadores que estavam eclodindo em âmbito nacional, perceptíveis nos jornais locais, nos quais esses professores eram interlocutores, colaboradores da difusão de que *Conquista é o berço do progresso e da intelectualidade e da educação*, como condição preponderante para esse fim. Podemos considerar que eles escreveram parte da história da educação local, através de seus registros escritos, diante de uma sociedade que, em sua maioria, não possuía sequer o nível básico de escolaridade.

Assim sendo, esses professores foram se constituindo como os mediadores de um republicanismo, que defendia, além da modernização do ensino e fim do analfabetismo, o lema de ordem e de progresso, de exaltação da nação e da moral cívica, que tanto na Primeira República quanto na Segunda os unia nesse ideal. Integrantes de uma sociedade que estava reconhecendo outros grupos sociais, além daqueles que provinham da propriedade econômica, uma vez que, com a exceção de Maneca Grosso, todos eles vinham de famílias, cujos pais eram profissionais liberais, em sua maioria professores - embora não deixassem de referendar grupos de prestígios que detinham a posse do poder e da terra. Enfim, tiveram participação ativa na construção da memória social da cidade, que guarda a imagem de homens intelectualizados, professores, uma vez que a condição de intelectual permitia que eles circulassem em vários espaços e se distinguissem pela capacidade intelectual que possuíam, ainda que a sua escolarização fosse básica, mas que lhes permitiram ser professores naqueles momentos, colocando-os numa condição especial.

O primeiro grupo daqueles que se posicionaram mais na defesa do progresso da cidade foram inicialmente identificados como professores, destinados à formação básica da população, ou seja, são professores como Ernesto Dantas e Euclides Dantas, que chegaram à cidade com a finalidade de formar os filhos das famílias tradicionais, e também dos oriundos das camadas menos abastadas e até mesmo desprestigiadas. Mesmo Maneca Grosso, que procede de uma tradicional família de coronéis, também se destaca nessa posição. A *ignorância* passou a ser alvo de críticas e, nesse período, antecedeu as campanhas contra o analfabetismo, iniciadas a partir da década de 30.

O segundo grupo de professores intelectuais prossegue na mesma perspectiva, pois, apesar das campanhas em prol da educação e difusão da criação de escolas, na sociedade local estava inserida num contexto onde o analfabetismo ainda continuava predominando. Incitar a população a frequentar às escolas e exaltar o professor, como o formador de consciências, conforme verificamos nas notícias de jornais, se tornaram tarefas desses professores,

comprometidos com as causas republicanas e com o discurso difundido nacionalmente pela Escola Nova.

É interessante observar que, nos períodos em estudo, os jornais impressos se constituem em um grande veículo de informação e, por sua vez, construtor de opinião e de memórias. Quando revisitamos as bibliografias locais, as fontes mais utilizadas pela maioria dos trabalhos são os jornais, principalmente nas obras de memorialistas, como Aníbal Viana e Mozart Tanajura, que escreveram a História de Conquista, e são bastante lidos. Enfatizam muito os primeiros anos do período republicano, ressaltando as famílias tradicionais e os professores, colocando sempre como verdade os fatos noticiados pela imprensa.

A dinâmica que envolve o processo da memória na sua construção e atualização vai ficando evidente quando revisitamos a literatura, a imprensa local e sua constante referência. Por meio de um certo romantismo e ufanismo elegem e mantêm determinados nomes, geralmente homens e mulheres oriundos das famílias tradicionais, ou que mantinham estreitas relações com as mesmas, como foi o caso de nossos dois grupos de professores, mas que, em contrapartida, construíram essas relações a partir do diferencial do seu autodidatismo e *intelligentsia*, que se tornam evidentes, diante de uma maioria analfabeta. É uma sociedade em que o novo não perdia de vista as relações do velho que, por sua vez, o inseria nos espaços privilegiados e o colocava numa situação de respaldo social.

Estamos considerando que a memória escrita, através do arcabouço de repetição provocada, ganha veracidade sobre os espaços sociais, sobre os grupos que eram referenciados, sobre os nomes que aparecem se sobrepondo aos demais membros da sociedade, dentre eles, aqueles professores que integravam a *intelligentsia* republicana, em âmbito local, fortemente influenciada pelos princípios do positivismo social que, durante as quatro primeiras décadas do regime republicano, apesar da presença de diversas outras correntes ideológicas, se sobrepôs a essas. Eles ajudaram a construir um ideal de professor e de pátria mantidos até a atualidade e, dentro desse processo como um todo, vai construindo uma memória social mantida e também transformada por esse grupo de professor intelectual.

É impressionante como fica cada vez mais evidente a hipótese de que muito do que se está presente na memória social de Vitória da Conquista, ou dos personagens que se sobressaíram na cidade e nas memórias coletivas dos grupos que os mantêm - contando a história da cidade como se tivessem vivido tal história - vai repetindo direta ou indiretamente o que está escrito nos jornais locais, até as palavras muitas vezes são as mesmas, inclusive nos livros que contam a história da cidade e até mesmo nos escritos de acadêmicos. Estão, ali, as

notícias dos jornais, até implicitamente e, às vezes, sem serem referenciadas, sendo reproduzidas, como se fosse a história a verdade comprovada dos fatos.

É preciso sempre ressaltar que estudamos as memórias de um dado grupo social e não da realidade em sua totalidade. Certamente há outras camadas de professores que construíram a realidade, ainda que não tenhamos encontrado fontes que nos apresentem esse outro lado.

Observando o quadro de interação que mediatiza a realidade com as práticas sociais, constatamos que esses professores, apropriando-se de poderes utilizáveis como recurso em um determinado momento histórico - jornais, revistas, poesias, salas de aula, discursos, autobiografias etc. -, foram se tornando articuladores da manutenção, manipulação e criação de memórias coletivas (ou de grupo), que passam a fazer parte de uma memória social. Muito do que temos hoje, como verdade que é repetida e reproduzida, muitas vezes, sem sabermos, incorporamos (pela família, escola, religião, classe, etc.). Conforme de certa forma já colocado, não sabemos de onde veio e como foram transmitidos, mas, certamente, foram resultados dessas articulações operacionalizadas pelo campo da memória, no qual os dois grupos de professores em foco tiveram participação ativa na primeira e segunda República Brasileira.

É assim que encontramos Ernesto Dantas, Maneca Grosso, Euclides Dantas, Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima em Vitória da Conquista, em nomes de ruas ou praças⁸⁷, ou até mesmo em iniciativas para serem homenageados, através de monumentos (nem sempre concretizados)⁸⁸, instituições⁸⁹, referenciados em programa de rádio⁹⁰, ou até mesmo blogs⁹¹ na Internet, sendo revividos a partir da memória social que os guarda e da

⁸⁷Rua Ernesto Dantas, localizada no Bairro Centro; Rua Euclides Dantas, localizada no Bairro Sumaré; Rua Laudionor Brasil, no Bairro São Vicente; Praça Camilo de Jesus Lima, na rua Marcelino Mendes, no Bairro Centro.

⁸⁸Em 1961, Camillo de Jesus Lima, liderou um movimento visando construir um obelisco no Morro da Tromba para prestar uma homenagem à Maneca Grosso (VIANA, 1982). Em 1960, foi erguido um busto de Laudionor Brasil, dentro da Escola Normal, marcando dez anos do seu falecimento, sendo marcado por uma cerimônia solene, em que Camillo de Jesus Lima e Everardo Públio de Castro foram os oradores convidados, porém, em 1964, com a deflagração do Golpe Militar, o busto desapareceu misteriosamente, assim como o Jornal *O Combate* foi fechado (MEDEIROS, In: BRASIL, 2002).

⁸⁹Centro de Cultura Camillo de Jesus, Lima, localizado na Avenida Rosa Cruz; Instituto de Educação Euclides Dantas – Escola Normal.

⁹⁰O programa de Rádio apresentado por Herzem Gusmão, veiculado todos os dias da semana por volta do meio dia, sempre começa referendando algumas figuras de destaque local, e esses professores vez ou outra são mencionados.

⁹¹O Blog do Paulo Nunes sempre menciona fatos da história local, principalmente na primeira e segunda República. Maneca Grosso é o mais destacado dentre eles, devido a sua importância no conflito entre Meletes e Peduros, em 1919. Em blog passou a divulgar, após a exposição realizada sob a coordenação do Prof. Ruy Medeiros, em janeiro de 2009, remontando aos 90 anos do mesmo. Laudionor Brasil também foi destacado na década de 30. Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080224_noticia_02.htm>. Maneca Grosso foi também referendado no Blog do Diego, através da publicação de seu poema: Em cima do morro da tromba, que,

memória escrita que os registra. Ainda que as gerações mais novas não os conheçam, sabem que foram pessoas muito importantes para a cidade.

de acordo com ele, a sua bisavó Berica declamava no Grêmio Dramático Castro Alves, nos idos de 1926 e também aos seus filhos, ao longo do tempo. Disponível em <site: <http://conquistaagora.blogspot.com/2008/07/em-cima-do-morro-da-tromba.html>>.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões realizadas nos capítulos da presente dissertação, em que primeiro definimos os ideais republicanos, tendo como um de seus lemas a educação para todos, atrelado ao discurso do progresso da nação que fomentou a profissionalização do magistério e, por conseguinte, a valorização do professor intelectual enquanto formador de consciências e de cidadãos republicanos em nível nacional e local, no contexto da primeira e segunda república, seguida pela identificação da categoria do professor intelectual, como sendo aquela que designa professores que atuaram em diversos espaços públicos sociais, na imprensa, nas letras, na política etc., ao mesmo tempo, adquirindo respaldo social, sobretudo por sua atuação coletiva, representando os grupos sociais no qual faziam parte, é que situamos os resultados da pesquisa sobre a memória escrita sobre os professores intelectuais conquistenses, como interlocutores do republicanismo entre os anos de 1910 até 1945.

Desse modo, procuramos enfocar nesse trabalho que, dentre os intelectuais republicanos conquistenses que ascendiam socialmente nessa conjuntura, estavam alguns professores, os quais, mesmo com formação escolar mínima, conseguiram, através do autodidatismo, frequentar outros espaços públicos e adquirir o *status* de intelectual, se destacando nos mesmos, seja como poeta, jornalista ou político, sem deixar de ser professor, durante o período em foco (1910-1945). Cabe ressaltar que a maioria deles começou sua carreira como professores, com exceção de Laudionor Brasil, que começou como alfaiate, mas que, já nos finais da década de 20, era auxiliar de ensino.

Os professores do primeiro grupo, no contexto da Primeira República - Ernesto Dantas, Maneca Grosso e Euclides Dantas - mesmo estando envolvidos com questões políticas locais, em uma cidade cujo mandonismo local era dominante, seja difundindo o ideal progressista de cidade ou dentro da religião, continuaram sendo professores e foram considerados formadores de uma geração, uma vez que o analfabetismo era muito grande e que, até mesmo entre os coronéis detentores de poder e prestígio social, a instrução era mínima, de acordo com Viana (1982). Como o próprio lema republicano implicava em falar bem, escrever bem, ampliar a instrução, os agentes que proporcionariam isso seriam os professores, daí a ascensão social desses, possibilitando, inclusive, que os mesmos estivessem em outros espaços e adquirissem o *status* de intelectuais, ou então o contrário, uma vez que alguns profissionais começaram com a posição de intelectuais e se tornaram, também, professores.

No segundo grupo, observamos, já na conjuntura da Segunda República, que os professores intelectuais que a compuseram - Euclides Dantas, Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima - utilizavam os espaços jornalísticos e políticos para defender uma escola moderna, valorizar o professor, criar campanhas contra analfabetismo e a favor da construção de escolas, uma vez que a função de intelectual dos mesmos não anulou suas preocupações enquanto professores e a luta em prol de uma educação pública para todos.

Certamente, existiram outros grupos de professores na cidade, porém, o presente estudo visou identificar a categoria professor intelectual em Vitória da Conquista, considerando, inclusive, que havia outros professores que tiveram o *status* de intelectual e adquiriram respaldo na cidade, como, por exemplo: Mário Padre, Padre Palmeira, Eustáquio Blesa, Everardo Públio de Castro etc. No entanto, esses não participavam das agremiações culturais ou ala das letras da cidade - uma de nossas delimitações para o grupo dos professores intelectuais que pretendemos focar, ou seja, aqueles que ocuparam, além da sala de aula, os espaços jornalísticos, políticos e poéticos da cidade.

As discussões em torno da memória, pensada na sua perspectiva de recurso teórico de pesquisa, nos possibilitou nortear o nosso objeto de estudo: memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo na cidade, primeiramente com a revisita a este conceito e depois com a construção do campo da memória dos professores intelectuais.

Quando recompomos estes professores, a partir de uma memória escrita, no período correspondente entre a primeira e segunda república, percebemos que um grande professor no século XIX e nas primeiras décadas do século XX se distinguia, dentre os demais, por apenas saber ler e escrever, alfabetizando bem os alunos. Já, a partir da década de 1930, um grande professor, além de saber ler e escrever, devia possuir conhecimentos gerais e ensinar pelo menos o primário.

Assim, tomamos a categoria de professor intelectual na perspectiva de definir os professores que, além da sala de aula, participavam ativamente e coletivamente das discussões políticas e culturais da conjuntura no qual faziam parte, mas, também, podemos considerar que há possibilidade de identificar a posição intelectual desses professores, na terceira posição de intelectuais apresentada por Gramsci (s/d), como a de difusores de ideologias⁹², uma vez

⁹² Concepção ideológica do presente estudo, parte da concepção marxista de que as ideologias aparecem quando a divisão do trabalho separa trabalho manual ou material de intelectual, gerando as contradições e divisão de classes, conforme conceitua Cury: “A noção de ideologia existente na sociedade de classes implica na elaboração de um discurso pretensamente universal que ao identificar a realidade com aquilo que as classes dominantes dizem que é, ocultam as contradições, subjugam e tomam o lugar das representações opostas as suas. As representações da classe dominante necessariamente se tornam particulares porque os interesses de classe, a levam a dissimular a essência contraditória da relação. Desta maneira, a classe dominante, visando assegurar

que não criaram ideias novas, nem se tornaram revolucionários e sim interpretavam o que estava sendo construído e discutido nacionalmente e regionalmente, adequando essas ideias à realidade local, o que não deixa de ser importante, uma vez que as especificidades locais modulavam dinâmicas próprias da realidade, dando o caráter singular da cidade em relação às demais. Tudo isso nos permite afirmar que a atuação dos professores intelectuais em Vitória da Conquista não era apenas de mera reprodução.

Cabe ressaltar que o discurso em prol da salvação da nação, por meio da educação, presente na atmosfera de Vitória da Conquista, não era restrito nem à localidade e nem ao país como um todo. Para Funes (2006), a década de 1920, por exemplo, representou o período em que os intelectuais obtiveram como incumbência salvar a nação na América latina. A novidade é que, a partir de então, a nação já não era mais considerada um complemento do Estado, e sim um lugar de condensação das complexidades e contradições sociais, no contexto de uma modernidade incipiente e eclética, mas também perceptível. E esse quadro refletiu nos professores intelectuais conquistenses, uma vez que estava presente por todo o país.

O autodidatismo foi uma marca na formação dos mesmos, até pelo menos a década de 1940 e 1950. Levantando dados sobre os professores que lecionaram no período correspondente à primeira e segunda república, constatamos isso, na medida em que verificávamos, por meio das fontes escritas, que a maioria dos professores que tiveram destaque na cidade, sendo considerados intelectuais, apesar de possuírem pouca ou nenhuma formação escolar, fizeram carreira em outros espaços além da sala de aula, se destacando na área das letras, da oratória e do jornalismo e adquirindo grande prestígio social. Considerando que a maioria da população era, em sua maioria, analfabeta, o mínimo de capital cultural adquirido por esses sujeitos já se tornava um diferencial e os colocava numa condição privilegiada e de grande relevância, perante a sociedade.

A partir das notícias de jornais e também de outros registros, podemos considerar os professores intelectuais conquistenses, nos espaços já escolhidos por nós, como sendo aqueles que discutiram a educação na cidade, sendo então os mediadores das ideias que circulavam em nível nacional, difundindo, mesmo em suas contradições - além da modernização do ensino e fim do analfabetismo - o lema republicano de ordem e de progresso, de exaltação da nação e da moral cívica, tanto a Primeira República quanto a Segunda os unia nesse ideal.

uma unidade ideológica dentro do sistema social, impede à classe dominada a tomada de consciência reveladora das contradições”. (CURY, 1984, p. 3 e 4).

Tanto Ernesto Dantas, quanto Euclides Dantas, Laudionor Brasil e Camillo de Jesus Lima, não vinham de famílias tradicionais, e sim de uma camada menos abastada, que os faziam declararem-se “proletários”. Embora estivessem ligados diretamente aos coronéis locais que monopolizavam o poder da cidade, representavam novos grupos sociais (o dos profissionais liberais), que iam gradativamente adquirindo respaldo e ocupando espaços juntamente com os mandões locais, o que já configurava uma mudança, a partir da conjuntura republicana. Tais situações nos permitem inferir que eles tiveram participação ativa também na construção das memórias sociais da cidade, juntamente com os grupos dominantes.

Após o registro de todas as informações que consideramos pertinentes de serem mencionadas, extraídas das fontes que apresentamos, buscamos identificar e analisar a memória desses professores como homens, frutos de seu tempo, com suas atuações decorrentes das transformações ocorridas em um dado período histórico, das experiências vividas e compartilhadas dentro dos grupos que pertenciam, sejam na família, no trabalho, nas crenças, nos ideais etc., que os incluía no perfil de uma sociedade em transformação.

Mesmo, com as singularidades, inclusive geracionais, de cada um, eles não eram sujeitos isolados da realidade maior que faziam parte, pois seus posicionamentos eram conectados aos acontecimentos e aos grupos nos quais estavam inseridos. É importante ressaltar que o destaque desses professores na cidade, como intelectuais, não era uma particularidade local. Nos âmbitos regional e nacional, temos exemplos, como Olavo Bilac, Cecília Meirelles, Mário de Andrade, Carlos Chiaccio, dentre outros, que se destacaram, principalmente, na conjuntura dos anos 30 a 50, como também mediadores da República que se efetivava, sendo todos eles professores, jornalistas, políticos e poetas.

Também é importante enfatizar que na busca pela memória coletiva desse grupo de professores, compreendemos que eles tiveram participação considerável na construção da memória social da cidade. Colaboraram com a difusão de que Conquista é o berço do progresso e da intelectualidade, se apoiando nos discursos republicanos do contexto de exaltação da pátria e propagação do progresso, que, conforme já mencionamos, não era uma particularidade local.

O que é explicável pela conjuntura do período, na Vitória da Conquista do século XIX, é a prioridade das instâncias de poder, para a criação de estradas, iluminação pública, ampliação da cidade etc., conforme já vimos, enquanto que, na década de 30, era para a criação de escolas, ampliação do comércio, urbanização etc. Todos frutos das transformações ocorridas em âmbito nacional.

Era comum nos dois grupos de professores estudados, apesar dos contextos distintos, o ideal republicano, os espaços que ocupavam na imprensa, na política e na cultura (através de seus escritos), e *status* que possuíam perante a sociedade, lembrando que todos eram autodidatas, e considerados grandes intelectuais. A variabilidade individual consistia em que, mesmo formando um único grupo dentro de um mesmo partido político, havia momentos em que cada um caminhava em sentido diferente - eram todos republicanos, mas enquanto um idolatrava a figura de Vargas, como Laudionor Brasil, o outro admirava a de Prestes, como Camillo de Jesus Lima; um era mais pacífico nas críticas veiculadas nos jornais, como Ernesto Dantas, o outro mais agressivo, como Maneca Grosso; e ainda tinha Euclides Dantas que, de todos, foi o que mais proferiu discursos exaltando as figuras locais e a cidade, tanto que era considerado o orador oficial dos momentos cívicos conquistenses, e o escolhido para compor o hino de Conquista.

A partir do cotejamento e análise dos dados, a cerca dos referidos professores à luz da memória, constatamos, que as memórias escritas que nos dispomos a analisar, apresentam os mesmos de maneira muito positiva, quase heróica, algumas vezes endeusados, considerando que eles permanecem na memória da cidade como sendo grandes homens, pela intelectualidade, funções que ocupavam na sociedade, como também por terem sido homens que estiveram do lado político “certo”, ou seja, do lado do poder dominante. Isso nos permite considerar que, enquanto interlocutores do republicanismo que se efetivava na cidade - numa conjuntura em que várias correntes ideológicas estavam presentes por todo o país, das mais tradicionais, as mais radicais -, eles se posicionaram a favor da República, defendida pelos interesses de uma elite local e nacional, e/ou de uma camada média que ascendia se imbricando com a elite tradicional, sendo por sua vez portadores dos ideais liberais, positivistas, pelo menos no contexto de 1910 até 1945. Tudo isso foi nos permitido ver através da memória escrita em que esses professores intelectuais permanecem exaltados.

Nessa perspectiva, também podemos observar que em um dado momento da história, os professores de primeiras letras e/ou primário possuíam *status* e se tornaram referências na memória social. Quando se destacavam, eram reconhecidos como homens eminentes, intelectuais de uma época - e que ainda permanecem -, apesar de hoje a imagem do professor se encontrar cada vez mais dilacerada.

Enfim, chegamos até aqui, ainda com lacunas a serem respondidas e pesquisadas, e com a perspectiva de dar continuidade a essa temática, considerando que as fontes escritas encontradas nos possibilitam outros levantamentos correspondentes aos professores intelectuais conquistenses, a serem aprofundadas no decorrer da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **O mestre**. 3. ed. São Paulo: Landy editora, 2006. (Coleção novos caminhos).

AGUIAR, Itamar Pereira. **Do púlpito ao baquiço**: religião e laços familiares na trama da ocupação do sertão da ressaca. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC/SP, 2007.

ALTAMIRANDO, Carlos. Introducción General. In: ALTAMIRANDO C. (dir.). **Historia de los intelectuales em América Latina**. I La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz conocimiento, 2008.

ALVES, Ana Elizabeth S. et al. Da qualificação profissional: memórias sobre o ensino prático em laticínios. In: **Anais do VI Colóquio do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista, 2006.

_____; et al. Datilógrafos (as) e costureiras: profissionalização nas décadas de 1930 e 1940 em Vitória da Conquista. In: **Anais do VII Colóquio do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista, 2007.

_____; LIMA, Gilneide. O.P; CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel. N. Indústria e ensino prático em Laticínios na mesorregião centro-sul da Bahia na década de 1930: considerações históricas. In: ALVES, A.E.S; LIMA, G.O.P; CAVALCANTI JÚNIOR, M.N (Org.). **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas/SP: Alínea, 2009.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 3. ed. Campinas/SP: Autores associados, 2005.

AQUINO, São Tomás de. **Sobre o ensino (De Magistro)/os sete pecados capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. Coleção Debates.

ARISTÓTELES. **A política**. Rio de Janeiro: Edições Ouro, s/d. (Coleção prestígio).

ARÓSTEGUI, Julio: Historia del Presente e interacción generacional, In: **La historia vivida**. Sobre la historia del presente, Madrid, Alianza, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **Las pasiones intelectuales**: deseos de gloria (1735-1751). Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2007. Vol I.

_____. **Las pasiones intelectuales**: Exigencia de dignidad (1751-1762). Buenos Aires: Fondo de Cultura económica, 2009. Vol II.

BARBOSA, Rui. **A Reforma do Ensino Secundário e Superior**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. Vol IX. 1882. Tomo I.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**: sobre la modernidad, la posmodernidad y los intelectuales. Buenos Aires: Universidad Nacional del Quilmes, 1995.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fortes, 1999.

BITTENCOURT, Circe. M.F. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto & GONZALEZ, Maria F. (Org.). **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 2 volumes.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Intelectuales, política e poder**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1999.

BRASIL, Laudionor de Andrade. **A luz desce da estrela**. Vitória da Conquista: edições do autor, 2002.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: A Escola dos Annales, 1929 – 1989. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

CAMARGO, Aspásia. A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política. In: **Revolução de 30**. Seminário Internacional. Brasília: Editora da UNB, 1983.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

CARONE, Edgard. **A terceira república 1937-1945**. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. (Corpo e alma do Brasil).

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt.Santos. Casa Henriqueta Prates. In: **História e cotidiano no Planalto da Conquista**. Vitória da Conquista-Ba: Museu regional de Vitória da Conquista/UESB,1998. (Memória Conquistense, nº3).

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt.Santos. **Brasil Colônia**: estado da arte em história da educação. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html, 2005>. Acesso em: setembro de 2008.

_____. Elementos fundamentais da pedagogia jesuítica. In: **Educação em Questão**. Natal-RN: EDUFRN, 2004. V.20, nº 6. p. 107-129.

_____. Constituições Religiosas e Educação na Bahia Setecentista. In: **20 Anos de HISTEDBR - Navegando pela História da Educação Brasileira**: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas do HISTEDBR. Campinas/SP: Graf. FE - HISTEDBR/UNICAMP, 2006.

_____. Sessenta Anos é um Bom Começo... como nos conta a educadora Rosália Figueira Silveira. **Revista Científica Tecitura**: FJT, 2007.

_____. Arquitetura e arte colonial brasileira: introdução aos arquivos baianos. In: CASIMIRO, A.P.B.S; LOMBARDI, J.C; MAGALHÃES, L.D.R (Org.). **A pesquisa e a preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória**. Campinas/SP: Alínea, 2009.

_____; MAGALHÃES, Livia. D.R; CARVALHO, Laucimar. S. Pessoas de Notório Saber sobre a Região de Vitória da Conquista: A Educadora Rosália Figueira Silveira. In: **Anais do IV Encontro Estadual de História da ANPUH - Bahia**. Vitória da Conquista: Uesb, 2008.

CASTANHO, Sérgio. E.M. A educação escolar pública e a formação de professores no Império Brasileiro. In: LOMBARDI, C; NASCIMENTO, I. (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas/SP: Histedbr; Ponta Grossa: UEPG, 2004.

CHARLE, Christophe. **O nacimiento de los “intelectuales”**: 1880-1900. Buenos Aires: nueva visión, 1990.

CIPRESTRE, Antônio. **100 anos de história**: a trajetória do espiritismo em Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: edições do autor, 2008.

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA: Recomendações (1934 1963). Brasil: Ministério de Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1965.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.C.F; NEVES, L.M.W (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967. p. 15 a 35.

COSTA, Natalli Soeiro. A herança do fim do Império: dificuldades e questões polêmicas presentes no contexto da educação da Bahia na década de 80 do século XIX. In: **Anais do VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista: edições do autor, 2009.

CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984. Autores Associados (coleção educação).

DANTAS, Ernesto. Cantilenas. In: **Coletânea do escritor conquistense**. Vitória da Conquista, 1976, p. 77-76.

_____. In: **Coletânea do escritor conquistense**. Vitória da Conquista, 1976, p.79-80.

DANTAS, Euclides. **Régis Pacheco**: esboços biográficos. Vitória da Conquista: Uesb, s/d.

_____. In hoc signo vinces. In: **Coletânea do escritor conquistense**. Vitória da Conquista, 1976, p.67.

_____. Romaria ao Senhor do Bomfim. In: **Coletânea do escritor conquistense**. Vitória da Conquista, 1976, p.68-69.

DICIONÁRIO de Língua portuguesa on line. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/ajuda/ajuda_abreviaturas_etimo.aspx>. Acesso em: março de 2009.

DEWEY, John. **Experiência e Educação** (trad. de Anísio Teixeira). 2. ed. São Paulo: Nacional: 1976.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: Dos Annales a Nova História. São Paulo, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção a obra prima de cada autor).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Rodolfo. **Entre o sagrado e o profano**: o lugar social do professor. Rio de Janeiro: Quartet, 1998.

FONSECA, Humberto José, et al. **História e cotidiano no Planalto da Conquista**. Vitória da Conquista-Ba: Museu regional de Vitória da Conquista: UESB, 1998. Memória Conquistense, nº3.

_____. Formação política da região sudoeste da Bahia. In: **O poder em disputa**: Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1999. Vol 4.

FREUD, Sigmund. Psicopatologia de la vida cotidiana. In: **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1948. Vol II.

FUNES, Patrícia. **Salvar la nación**: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: prometeo libros, 2006.

FURET, François. **A revolução em debate**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GONDRA, José Gonçalves. Instrução, intelectualidade, império: apontamentos a partir do caso brasileiro. In: VAGO, et al (Org.). **Intelectuais e Escola Pública no Brasil**: séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a formação da cultura**. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.

GROSSO, Maneca. Do Cimo do Morro da Tromba. In: **Coletânea do escritor conquistense**. Vitória da Conquista, 1976, p.131-133.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**: 1848-1875. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho**: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista: edições Uesb, 2004.

KLEIN, Fernando Luiz. **Atualidade da pedagogia jesuítica**. São Paulo: edições Loyola, 1997.

KUHLMANN, Moyses Jr. Os intelectuais na formação da infância. In: **Educação e seus sujeitos na história**. Belo Horizonte/MG: argvmentvm, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: Séc XVI. Lisboa: Portucália, 1938. 10 volumes.

LIMA, Clóvis Lima. Prefácio. In: **Coletânea do escritor conquistense**. Vitória da Conquista: [s.n], 1976.

_____. Prefácio. In: **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, 1975. Volume XXIV.

LIMA. Camillo de Jesus. **Antologia Poética**. Vitória da Conquista: Uesb, s/d.

LUZ, José Augusto. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: **História da educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **A trajetória das gerações brasileiras nascidas entre 1926 e 1975**: um perfil sociodemográfico. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

_____; CASIMIRO, Ana Palmira. B. S. Educação no Sudoeste da Bahia: seus sujeitos, seus espaços; seus materiais. In: **V Colóquio do Museu Pedagógico**, 2005, Vitória da Conquista, 2005.

_____. A Educação na Primeira República. In: LOMBARDI, J.C, SAVIANI,D. NASCIMENTO,M.I (Org.). **Navegando pela História a Educação Brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP/ HISTEDBR, 2006a.

_____. Políticas educacionais e trajetórias geracionais: primeiros relatos da pesquisa em Vitória da Conquista-Ba. In: **Anais do VI Colóquio do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista, 2006b.

_____. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. In: **Revista HISTEDBR on line**. Campinas: UNICAMP, 2007. nº 28.

_____. O processo de catalogação das fontes documentais escolares em Vitória da Conquista. In: CASIMIRO, A.P.B.S; LOMBARDI, J.C; MAGALHÃES, L.D.R (Org.). **A pesquisa e a preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória**. Campinas/SP: Alínea, 2009.

MANZI, Jorge. A memória coletiva do golpe de Estado do Chile. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto & GONZALEZ, Maria F. (Org.) **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MARI, Cesar Luiz de. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. In: **26ª Reunião da ANPED: Novo Governo novas políticas?** Rio de Janeiro: Autores Associados, 2003. p. 34-52.

MARTINS, Angela Maria Souza. A educação libertária na primeira República. In: LOMBARDI, J.C, SAVIANI,D. NASCIMENTO,M.I (Org.). **Navegando pela História a Educação Brasileira**. UNICAMP: Gráfica FE UNICAMP/HISTEDBR, 2006, v. 1, p. 1-769

MARX, K; ENGELS, F.Prefácio. In: **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MAXIMO, Antonio Carlos. **Intelectuais da educação e política partidária**. Brasília: Líber livro Editora e EdUFMT, 2008.

MAYER, Frederick. **História do pensamento educacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MEDEIROS, Ruy H. A. **A Ideia de Conquista e o Sertão da Ressaca**. Conferência proferida no IV Congresso de História da Bahia. Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. 1 (texto completo.) 2001. p. 283-296.

MEDEIROS, Ruy H.A. et al. Poder Político e Educação nas primeiras décadas do século XX. In: **Anais do VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista: edições do autor, 2009.

MEKSENAS, Paulo. Existe uma origem da crise de identidade do professor? In: **Revista espaço acadêmico**, 2003, n° 31. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/031/31cmeksenas.htm>>. Acesso em: janeiro de 2009.

MESQUITA, Josenilda P.; MATTA, Alfredo.E.R. Educação na Bahia em 1930: embates entre a burguesia ascendente e oligarquia latifundiária. In: **Anais do VIII Colóquio Nacional e I Internacional do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista: edições do autor, 2009.

MIRANDA, Edimê Gomes; ALVES, Virgínia Santos. Vitória da Conquista: da redemocratização (1945) às sucessões de 1950-1954. In: **O poder em disputa: Vitória da Conquista e região**. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1999. Vol 4.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: Estado Discursos e Propagandas. In: **Boletim Informativo do Laboratório de Ensino de História**. Londrina: vol 3, p.87 a 94, abril, 1997.

MYERS, Jorge. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANDO C. (dir.). **Historia de los intelectuales em América Latina**. I La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz conocimiento, 2008.

NAGLE, J. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Bóris (Org). **O Brasil Republicano: 2 - Sociedade e Instituições (1889-1930)**. Tomo III. Vol II. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

NAIFF, Luciene. A.M; SÁ, Celso.P; NAIFF, Denis.G.M. Preciso estudar para ser alguém: Memória e representações sociais da educação escolar. In: **Revista Paideia**. São Paulo: USP, 2008.

NEVES, Erivaldo F. **História Regional e Local**. Fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. UEFS/Arcádia, 2002.

NEVES, Margarida de Souza; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Retratos del Brasil: ideas, sociedad y política. In: **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. TÉRAN, Oscar (Coord.). Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, dez 1993. N° 10.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia**: duas versões do projeto liberal. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2003.

_____. O Governo do 8° Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) na Bahia. In: **Anais do VI Colóquio do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da Primeira República no Brasil. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **O Brasil Republicano: 1- Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Tomo III, Vol 1. São Paulo: Difel, 1975.

OLIVEIRA, Jeremias Macário de. **A imprensa e o coronelismo no sertão do sudoeste**. Vitória da Conquista: editado pelo autor, 2005.

ORRICO, Israel Araújo. **Mulheres que fizeram história em Conquista**. Vitória da Conquista: edições do autor, 1982.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1934): a Bahia na primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAULO, Alexandre Ribas de. A formação do pensamento político na Europa Ocidental nos primeiros séculos da Era Cristã. In: **Revista Sequência**. nº 49, p. 33-52, dez. de 2004. (Revistas eletrônicas, disponíveis em < <http://www.buscalegis.ufsc.br/revi.php/sequencia/article/viewFile/1260/1256>>). Acesso em fevereiro de 2009.

PENNEBAKER, James; CROW, D. M. Memórias colectivas: y la durabilidad de la historia. In: RIVIERO, A; BELLELLI, G, BAKHURST, D. (Eds). **Memoria Colectiva e identidad nacional**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: **Revista arquivos da memória**. Lisboa: Nova série, n.2, 2007.

PECORA, Ana Rafaela; SÁ, Celso Pereira de. Memórias e representações sociais da cidade de Cuiabá, ao longo de três gerações. In: **Revista psicologia – reflexão e crítica**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **História da civilização brasileira**. O Brasil Republicano. 2 - Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III. Vol II. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

PINHEIRO, Israel Oliveira. A política na Bahia: atrasos e personalismos. In: **Ideação**. Feira de Santana: UEFS, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma Educacional: uma política sociológica**. Poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

MORAES, Nilson Alves de. Saúde, imprensa e memória. In: LEMOS, Maria; BAHIA, Luiz (Org.). **Percursos da memória: construções do imaginário nacional**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **O Brasil Republicano: 1- Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Tomo III, Vol 1. São Paulo: Difel, 1975.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSENFELD, Israel. **A invenção da memória: uma nova visão do cérebro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. [S.l]:Edição Eletrônica, 2002. Disponível em file:///C:/site/livros_gratis/contrato_social.htm (72 of 72) [4/1/2002 14:09:39. Acesso em julho de 2009.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007a. V. 20. Disponível em: < www.scielo.br/prc>. Acesso em: julho de 2008.

_____. Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. In: **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis/SC: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2007b.

_____; CASTRO, Ricardo Vieiralves de; MOLLER, Renato Cesar and PEREZ, Juliana Aieta. A memória histórica de Getúlio Vargas e o Palácio do Catete. In: **Estudos de psicológico**. Natal: online, 2008. Vol.13, n.1, pp. 49-56. ISSN 1413-294X.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil no séc XX**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. Vol III.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria B; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: paz e terra; São Paulo: USP, 1984. (Coleção estudos brasileiros).

SECO, A. P. & AMARAL, T.C.I. **Marquês de Pombal e a Reforma educacional brasileira**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: outubro de 2008.

SIGAL, Silvia. **Intelectuales y poder em Argentina: La década del sesenta**. s/l: Siglo veintiuno de Argentina editores, 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual, entre mitos e realidades. In: **Revista espaço acadêmico**, 2003, n° 29. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/029/29csilva.htm>>. Acesso em: janeiro de 2009.

_____. O intelectual no campo cultural francês: do caso Dreyfus aos tempos atuais. In: **Varia História**: Belo Horizonte, 2005.

SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição**. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do sertão da ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

_____; BORBOREMA, C.G. Literatura e política: a trajetória de um poeta militante no interior da Bahia (1930-1975). In: **Revista Politéia**: história e sociedade. Vitória da Conquista: [s.n], v.1 n.1, p. 225-246, 2001.

SOUZA, Amélia Barreto. **A alimentação no planalto de Conquista**. 1930 – 1950. Vitória da Conquista-Ba: UESB, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma leitura da vida política em Conquista na primeira república. In: **O poder em disputa**: Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1999. Vol 4.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: Crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: PMVC (ed comemorativa). Brasil Artes Gráficas LTDA, 1992.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

TEIXEIRA, Gilberto. **Profissão**: Professor. Texto publicado em 2005. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=7&texto=227>>. Acesso em: fevereiro de 2009.

THOMPSON, Edward.P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol I.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1998.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Cap: 2

VIOTTI, Emília. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos, 7. ed. São Paulo: Unesp, 1987.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista histórica de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA. vol. I, 1982 e v.2, s/d.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino 1931-1961. São Paulo: Papirua, 1990.

Fontes consultadas

Registros oficiais consultados:

Livro de Registros e Resoluções do Conselho Municipal. Intendência Municipal. Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1891-1898.

Livro de Registros do Município. Intendência Municipal. Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1894-1897.

Livro de registros de ofícios da Intendência Municipal. Intendência Municipal. In: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1897-1901.

Livros de Atas da Câmara. Prefeitura Municipal. Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1910-1916; 1917-1922; 1926-1930.

Livro de Atas do Conselho Municipal. Prefeitura Municipal. Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1932-1936.

Livro de Atas da instalação do Diretório Municipal de Geografia da cidade de Conquista 1938-1943. Prefeitura Municipal. Vitória da Conquista, 1938-1943.

Livro de Atas para tomada de contas da Prefeitura. Prefeitura Municipal. Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista Vitória da Conquista, 1938-1948.

Livro de Decretos e Portarias. Prefeitura Municipal. In: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 1943-1945.

Jornais

BRASIL, Laudionor. Externato Brasil: aos pais de família. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1930. Ano I.

BRASIL, Laudionor. Pela Instrução. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1930. Ano I. nº.39.

BRASIL, Laudionor. 24 de outubro. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1931. Ano III, nº2.

BRASIL, Laudionor. A escola Normal: é possível que agora, A Conquista, realize a sua grande aspiração. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1932. Ano IV, nº13

BRASIL, Laudionor. Colégio Marcelino Mendes. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1932. Ano III, nº35.

BRASIL, Laudionor. Política do trabalho: será colocada amanhã, com grande solenidade, a primeira pedra para o início da construção do prédio escolar desta cidade. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1933. Ano IV, nº29.

BRASIL, Laudionor. Escola Noturna. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1934. Ano IV, nº36.

BRASIL, Laudionor; DANTAS, Flaviano. Nova professora de São João de Villa Nova. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1934. Ano V, nº41.

BRASIL, Laudionor; DANTAS, Flaviano. Escola de Corte. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1934. Ano V, nº42.

BRASIL, Laudionor. Educandário Sertanejo. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1934. Ano IV, nº48.

BRASIL, Laudionor; DANTAS, Flaviano. Pela instrução. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1935. Ano VI, nº34.

BRASIL, Laudionor; DANTAS, Flaviano. Vem aí o professor Hemus. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1935. Ano VI, nº41.

BRASIL, Laudionor; LIMA Clóvis; LIMA Camillo de Jesus. A casa do professor. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VIII, nº5.

DANTAS, Euclides; DANTAS, José Desouza; BORGES, Bráulio. Vias de Comunicação. In: **A Conquista**. Cidade da Conquista, 1911, nº. 16.

DANTAS, José Desouza. A chegada de Euclides Dantas. **A Conquista**. Vitória da Conquista, 1911. Ano I, s/p.

DANTAS, Euclides. **A Conquista**. Vitória da Conquista, 1912, p.2.

DURVAL, Britto. Galeria dos laboriosos. **O clarim**. Vitória da Conquista, 1926. Ano I, nº II.

FONSECA, Yolando. Educandário sertanejo: os seus exames. **A Vanguarda**. Vitória da Conquista, 1926. Ano I, nº 1.

FONSECA, Yolando. Abramos o caminho ao progresso. **A Vanguarda**. Vitória da Conquista, 1927. Ano I, nº 8.

FONSECA, Yolando. Professor Elio Mello: manifestação merecida. **A Vanguarda**. Vitória da Conquista, 1927. Ano I, nº 9.

FONSECA, Yolando. A caixa escolar de Vitória da Conquista. **A Vanguarda**. Vitória da Conquista, 1927. Ano I, nº 10.

GROSSO, Maneca. **A Conquista**. Vitória da Conquista, 1911. Ano I, s/n, s/p.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. A minha remoção. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VIII, nº2.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Escola Integralista. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VIII, nº3.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. A casa do professor. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VIII, nº5.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Grupo escolar Barão de Macaúbas. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VIII, nº16.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Aprovada a lei do ensino religioso. Vida escolar – o encerramento das aulas do Colégio Marcelino Mendes. Professora Maria Leal. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VIII, nº18. Três notícias nesse mesmo exemplar.

LIMA, Camillo de Jesus. Escola Noturna do Núcleo Integralista. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1936. Ano VII, nº29.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Ginásio em Conquista. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1937. Ano IX, nº2.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Duas palavras a Euclides Dantas. Professor Euclides Dantas. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1937. Ano IX, nº8. Duas notícias nesse mesmo exemplar.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. O professor Euclides Dantas aos seus amigos e discípulos. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1937. Ano VIII, nº22.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Professor Euclides Dantas. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1937. Ano VIII, nº45.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Ginásio de Conquista: uma entrevista com o professor Rostil Matos. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1939. Ano XI, nº20.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. A prisão de Plínio Salgado – o chefe verde estava incógnito em São Paulo, várias prisões e outras. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1939. Ano X, nº21.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Ginásio de Conquista. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1940. Ano XII, nº17.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Reabrem-se as aulas do Ginásio de Conquista. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1941. Ano XI, nº 26.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL. Laudionor. Ginásio de Conquista comemorará semana da pátria. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1941. Ano XI, nº 39.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Ginásio de Conquista. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1942. Ano XIII, nº 30.

LIMA, Camillo de Jesus. Euclides Dantas e a Academia. Euclides Dantas – Erathósthene Menezes. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1943. Ano XV, nº 5. Duas notícias nesse exemplar.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Professor fascista fora! Ginásio de Conquista: curso de admissão **O Combate**. Vitória da Conquista, 1943. Ano XIV, nº 18. Duas notícias nesse exemplar.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Ginásio de Conquista-aviso. Escola de Corte (Sistema Luc) de Mme. Maria de Carvalho Lira **O Combate**. Vitória da Conquista, 1943. Ano XIV, nº 19.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Ginásio de Conquista sob inspeção federal. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1944. Ano XVI, nº 14.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Escola de datilografia N.S das Vitórias. Concurso das alunas da Academia Conquistense de Corte **O Combate**. Vitória da Conquista, 1944. Ano XVI, nº 22.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Festa de amizade no Colégio Marcelino Mendes. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1945. Ano XVII, nº 10.

LIMA, Camillo de Jesus; BRASIL, Laudionor. Ensino noturno gratuito. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1945. Ano XVII, nº 39.

MEDEIROS, Ruy. O gado e os primórdios de Conquista. In: **Jornal Fifó**. Vitória da Conquista, 1977, nº. 7. Atualizado no site: <http://br.geocities.com/ruyhmedeiros/gadoeosprimconquist.htm>, em 30/01/2002.

MEDEIROS, Ruy. O processo histórico conquistense - traços gerais. In: **Jornal Fifó**. Vitória da Conquista, 1977, nº. 9. Atualizado no site: <http://br.geocities.com/ruyhmedeiros/prochisconq.htm>, em 28/01/2002

PADRE, Mário. Evolução pedagógica do Brasil. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1935. Ano VII, nº1.

PADRE, Mário. In: Brasil, Laudionor. O Máximo problema do Brasil. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1934. Ano V, nº 39.

PADRE, Mário. O máximo problema do Brasil. **O Combate**. Vitória da Conquista, 1934. Ano V, nº39.

Blogs

MEDEIROS, Ruy. Meletes e Peduros uma luta armada entre pessoas da mesma família. In: **Blog do Paulo Nunes**. Vitória da Conquista, 2008. Disponível em <http://www.blogdopaulonunes.com/noticias_especificas2008a/20080224_noticia_02.htm>. Acesso em outubro de 2009

MEDEIROS, Ruy. Meletes e Peduros: Uma só e numerosa família. In: **Blog do Paulo Nunes**. Vitória da Conquista, 2009. Disponível em <<http://blogdopaulonunes.com/v2/2009/02/meletes-e-peduros-uma-so-e-numerosa-familia/>>. Acesso em outubro de 2009.

GUSMÃO, Herzem. História de Vitória da Conquista. In: **Blog da Resenha Geral**. Vitória da Conquista, 2009. Disponível em <http://www.blogdaresenhageral.com.br/acidade_historia.htm>. Acesso em novembro de 2009.

Outros:

DANTAS, Euclides. **Hino de Conquista** (letra). Vitória da Conquista, s/d.

INFORMAÇÕES de Dona Zenaide sobre Ernesto Dantas. Vitória da Conquista, novembro de 2009.

LIMA, Camillo de Jesus. **Discurso proferido na Academia de Letras de Ilhéus**. Vitória da Conquista, s/d.

ANEXO A - Professores intelectuais

1- Ernesto Dantas Barbosa (aprox. 1850-1921)



Foto: Aníbal Viana (1982)

2– Manuel Fernandes de Oliveira – Maneca Grosso (1869-1919)



Maneca Grosso e seus alunos na sua Fazenda Baixa do Arroz.
Foto: Aníbal Viana (1982)

3– Euclides Abelardo de Souza Dantas – Professor Tidinho (1888-1943)



Foto: Retirado do Livro: Laudionor Brasil (2002)

4- Laudionor de Andrade Brasil (1901-1950)

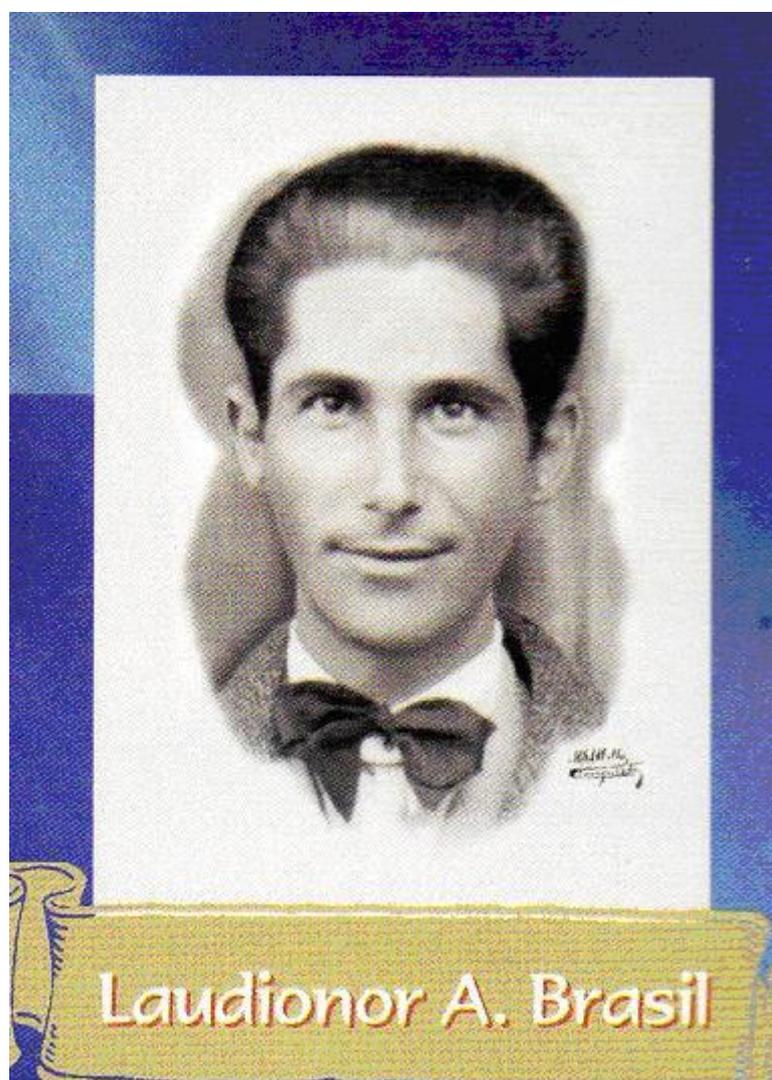


Foto: Laudionor Brasil (2002)

5- Camillo de Jesus Lima (1912-1975)

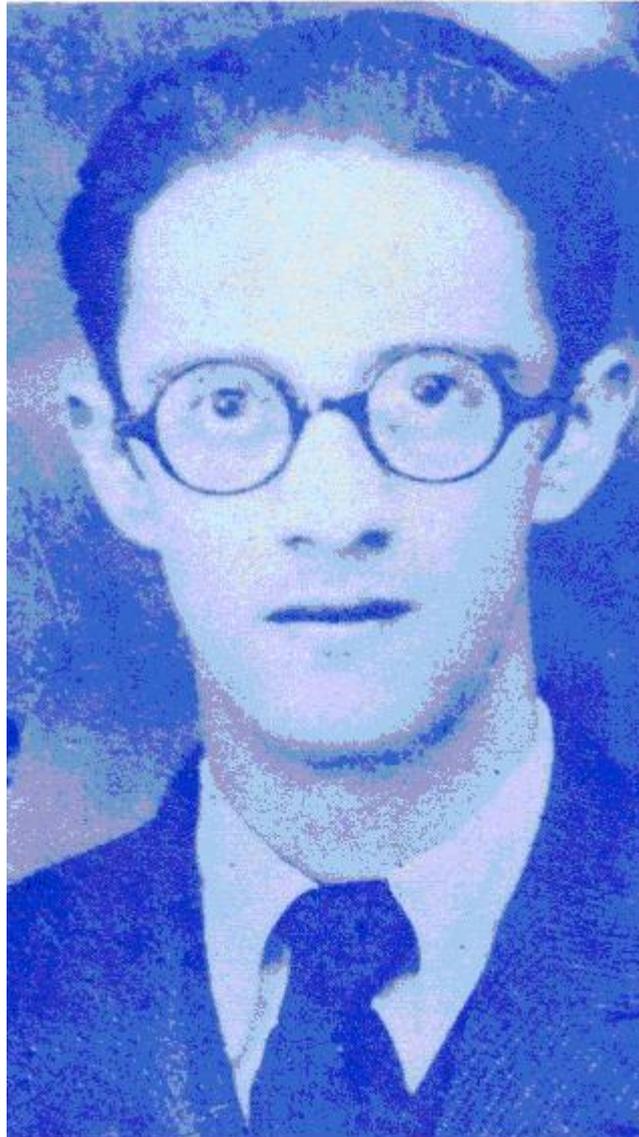


Foto: Antología Poética (s/d)